

Ranallo's Originals

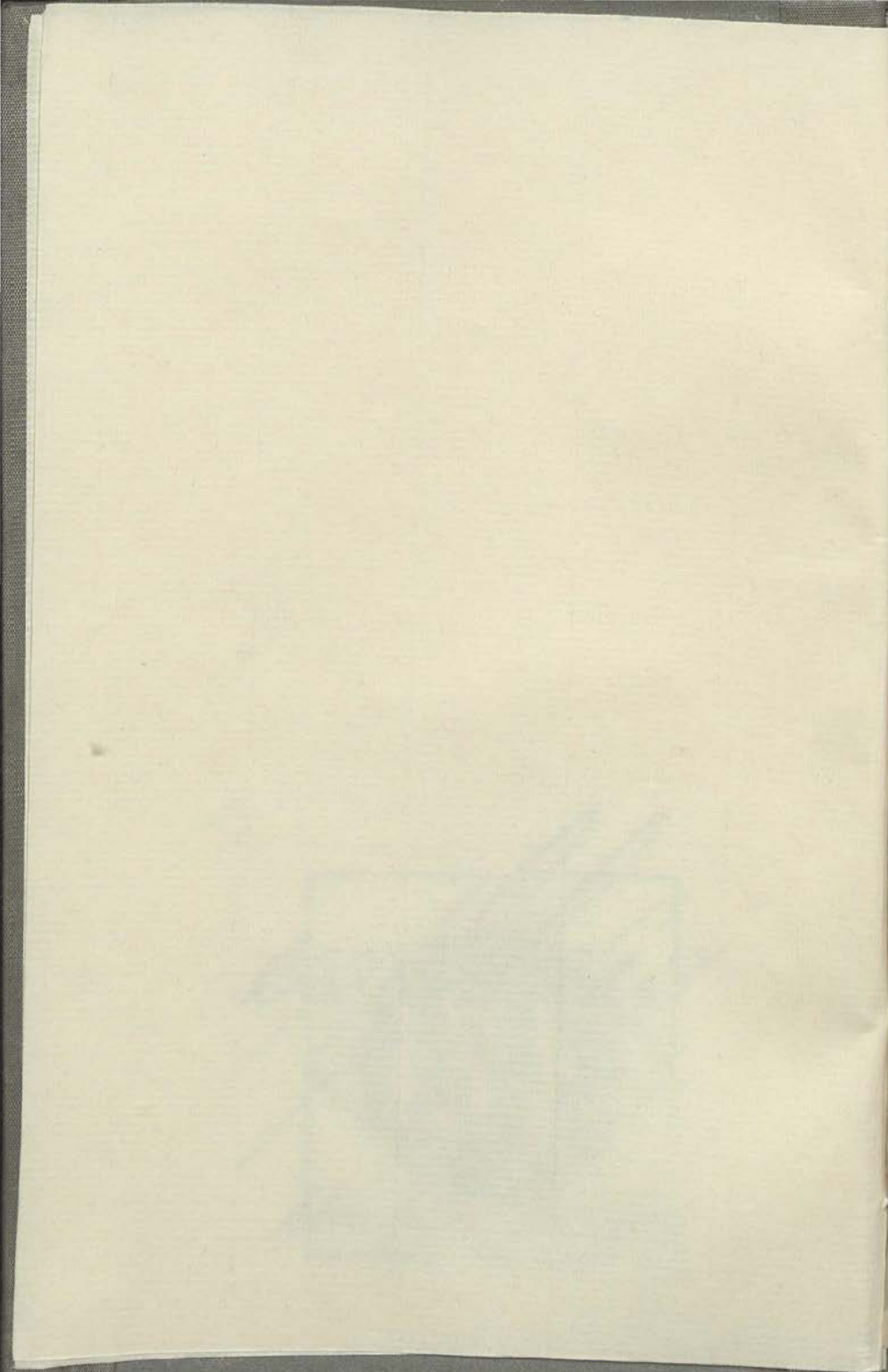


AS

FARPAS

VOLUME 4

EDITORIA
LISBOA



AS FARPAS

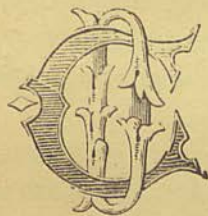
Vidal de Lima

RAMALHO ORTIGÃO

AS FARPAS

TOMO IV

O PARLAMENTARISMO



LISBOA DE
DAVID CORAZZI — EDITOR

40, Rua da Alameda, 40, Lisboa

1888



I

Na collecção do seculo xv intitulada *O conde de Lucanor*, de D. Juan Manuel, encontra-se um conto de origem oriental, commum á tradição da edade média, do qual Andersen publicou um sentido dinamarquez traduzido ha alguns annos por Theophilo Braga.

Temos d'este conto uma variante nossa, que precisamos de tornar conhecida. Ha mais tempo o deveriamos ter feito, porque o nosso conto encerra toda a razão de ser que assiste a estes pequenos livros, e ninguem poderá entender bem nem este volume das *Farpas*, nem os volumes que o precederam, nem os que se lhe hajam de seguir, sem se subsidiar com esta chave.

Pedimos attenção.

Era uma vez um bom rei da Arabia, pacato e divertido. Vivia em seu palacio socegado da vida, desfructando sábiamente as artes da paz. Punha papeletes nas barbas para que encaracolassem melhor. Olhava as moscas que passavam no ar com uma complacencia magnanima. Atirava bolinhas de papel amarrotado aos seus antepassados, que estavam aos cantos das casas representados em porcelana. Fumava o narguillé, encruzado n'um divan, sentado em cima dos calcanhares, tendo os olhos cerrados e fazendo sahir fumo pelo nariz.

O reino mostrava-se satisfeito e contente.

Quando algum subdito patenteava o minimo vislumbre de descontentamento com a marcha dos negocios publicos, o rei mandava carinhosamente que lh'o trouxessem, passava-lhe a mão pela cara fazendo-lhe um carinho, lançava-lhe dôcemente uma corda ao pescoço, e enforcava-o defronte do palacio.

Depois do que, o monarcha apparecia, risonho e benevolo, a uma janella, e fazia ao paiz esta fala:

«Meus senhores e minhas senhoras! O incommodado retira-se. Se ha por ahi mais alguem que não esteja satisfeito com a marcha dos negocios, que o diga!»

Graças a esta politica tão dedicadamente paternal e ao mesmo tempo tão simples, a satisfação era ge-

ral e o contentamento do povo não conhecia limites.

De quando em quando o rei, para divertir o corpo diplomatico, sahia em procissão pelas ruas.

De uma vez, ao fazerem-se os primeiros preparativos para uma d'estas festas, notou-se em conselho de ministros que as reaes vestimentas de gala estavam incapazes de sahir a publico sem desdouro da corôa, por isso que no ultimo banquete, tendo-se o monarcha deixado tomar de somno sobre a travessa do pudim, os ministros das côrtes estrangeiras e os seus respectivos addidos haviam deliberado chamar a attenção de Sua Majestade para uma questão de politica internacional, atirando-lhe com algumas talhadas de melão e com o resto da *mayonaise*.

De sorte que se resolveu mandar notas diplomaticas ás potencias estrangeiras para que estas deixassem de chamar a attenção de el-rei atirando-lhe com vitualhas que causassem nódoa, tendo o governo arabico de considerar como *casus belli* todo o arremêso que exorbitasse do justo limite do tremoço ou da bola de miôlo de pão — sem manteiga.

E outrosim se deliberou abrir concurso de quarenta dias para a adjudicação de uma vestimenta nova destinada ao chefe do Estado.

Appareceu, entre outras, a proposta verdadeiramente notavel de um tecelão, o qual não só satisfazia cabalmente a todos os quesitos do programma, mas ainda se obrigava a fazer as vestes e o real manto com um tecido por tal modo engenhoso, que o não veriam senão os homens de uma dada capacidade de espirito, e que para todos os estúpidos o mesmo seria pôrem a sua vista n'aquella andaina de fato e respectivo manto real como estarem simplesmente olhando para o puro ar atmosphérico.

Mui agradado e satisfeito se mostrou o rei com a nova d'esta feliz descoberta e se serviu e houve por bem mandar que immediatamente lhe tecessem o maravilhoso estôfo e d'elle se apparelhasse a vestimenta.

O príncipe lambia os beiços de alegria pensando na bella ratoeira que ia armar aos sabios do seu reino, offerecendo-lhes rebuçados de ovos e pastilhas de chocolate por baixo do manto, e cascando com o rigor da lei em cima de todo aquelle que, por não vêr o manto, lançasse a mão ávida aos dôces.

E de muito desconfiado que el-rei andava com a legitimidade do talento nacional, começou logo de esfregar as mãos com impaciencia notoria, mandando reforçar a força de barrotes novos e ordenando que se lhe preparasse corda em abundancia.

Correu a noticia de bôcca em bôcca. Referiram a e espalharam-a todas as folhas do reino. Não se falava em outra cousa. Era geral e profunda a anciedade e a expectação.

O tecelão, que tinha estado por quinze dias mysteriosamente encerrado em uma officina do palacio, participou afinal que a vestimenta se achava prompta e que sua real majestade podia quando lhe aprouvesse passar a examinal-a.

O grande monarcha porém, pela primeira vez em sua vida, hesitou.

Era certo que os cortezãos lhe diziam todos os dias com referencia aos altos quilates do seu espirito:

— É evidente, real senhor, e ninguem ja hoje o ignora em todo o universo, que foi vossa real majestade quem inventou a polvora!

Tantas vezes lhe tinham repetido este cumprimento palaciano, que elle havia acabado por lhe dar credito.

Sómente, meditando bem, não se podia lembrar como era que a polvora tinha sido inventada por elle! E applaudia-se muito de que lhe houvessem guardado bem a receita porque, em verdade, achar-se-hia em profundos embaraços se se visse obrigado a invental-a de novo.

Algumas vezes, querendo aprofundar esta idéa,

uma negra nuvem atravessava o espirito do principe.

Á noite, estando na cama, e tentando debalde decifrar algumas das charadas inseridas na folha official e feitas pelas duas casas do parlamento para recreio do clero e da nobreza, o tyranno acabava por se enfurecer, fazia da gazeta uma bola, atirava com ella á cabeça do camareiro-mór encarregado de segurar o castiçal, cobria em seguida a cabeça com a roupa, punha-se de bruços, ferrava os dentes no travesseiro, e pelos silencios tetricos da noite ouvia-se de quando em quando por baixo dos cobertores de papa do real leito uma voz cava e soturna que murmurava raivosamente:

— Não! não! não! não fui eu que a inventei!

Com a singular prudencia que o distinguia e que fazia d'elle um dos soberanos mais sabios de todo o mundo, o rei mandou que o primeiro ministro fôsse em seu real nome examinar a vestimenta nova.

Abriu-se então a porta da officina. O primeiro ministro entrou. Tornou-se a fechar a porta, e o representante do rei achou-se deante de um tear vasio. Ao lado do tear estava um cabide tambem vasio. E nada mais estava no interior d'aquelle aposento, senão elle, representante do soberano, e o tecelão, auctor do estôfo, em pé, altivo, satisfeito, com

os braços cruzados no peito, esperando as palavras do primeiro ministro n'uma attitude confiada e soberba.

Esse homem portentoso, uma vez admittida a clausula de que o tecido seria invisivel para todos os estupidos, ousara intrépidamente contar com a audacia da presumpção humana até o ponto de não fazer tecido algum, firme na convicção de que todo o homem, sem excepção, juraria estar vendo uma coussa que nunca existiu mil vezes antes do que parecer confessar a inferioridade da sua condição intellectual.

O ministro olhou um pouco no vácuo, franziu os olhos para os fazer mais pequenos e poder espreitar melhor, poz a mão aberta como um alpendre por cima das sobranceiras, deu dois grandes passos para deante, deu dois eguaes passos para traz, improvisou em seguida dois tubos com as mãos fechadas, poz um tubo deante de cada olho, e definitivamente desenganado de que não via nada, expediu um grande grito de surpresa, de alegria e de espanto.

— Eu tenho estado até agora calado, a olhar, — explicou o primeiro ministro — não porque desde logo não visse distinctissimamente a real vestimenta de sua majestade el-rei, meu amo e senhor... Mas, sou obrigado a confessal-o, entaramelou-se-me a lingua deante de tamanha magnificencia. Em verdade

digo, que uma perfeição assim nunca em minha vida vi! tão fino! tão delicado! tão brilhante! tão... não sei bem como me expresse...

— Perdão! interrompeu o tecelão, v. ex.^a não repara certamente que está calcando o manto com uma tal insistencia...

O ministro, ao ouvir estas palavras, deu seis pulos para traz com mais velocidade do que teria tido se debaixo dos pés se lhe houvesse desenrolado uma cobra cascavel.

— Oh! meu Deus! que me leva a fimbria da purpura pegada ao tacão! — gritou o artista.

— Mil desculpas! mil desculpas! murmurou o ministro, fazendo-se rubro como um caranguejo cozido e arrancando do pé uma bota, que atirou ao tecto.

— É o outro pé, senhor, é o outro pé!

O ministro atirou pelos ares a outra bota.

— Ar! ar! — gritou elle. — Abra-me a porta! Tanta riqueza, tanto gôsto, tanto luxo, offuscam-me a vista... Já me não sinto bom... Abra-me a porta, ou sou capaz, no auge da admiração, de ter uma tontura e de pregar algum rasgão na vestimenta...

E apanhando a porta aberta, o primeiro ministro desembestou como um raio pelo corredor fora, gritando em brados:

— Maravilha! maravilha! maravilha!

O rei quiz ainda fazer outra experiencia, e depois das informações dadas pelo primeiro ministro, mandou o segundo, cuja cabeça tinha tantos pontos de semelhança com uma pederneira, que o rei por muitas vezes, ao acabar de o ouvir discorrer, lhe chegara ao cachaço uma mão-cheia de isca e lhe batera frequentemente com um ferro na nuca, a vêr se fazia lume.

O segundo ministro, instruido pela narração do primeiro, tão depressa se achou na officina como gritou logo:

— Bravo! bravo! bravo!

E deu tres salvas de palmas. Depois, circumgindo pelo aposento os olhos desmedidamente esbugalhados, accrescentou:

— Optimo! magnifico! deslumbrante tudo! Mas, quer que lhe diga francamente uma cousa?... Saiba com o que eu engraçô mais?... É com o calçado! E, inclinando-se com mais attenção, passou reverentemente os dedos pelas azas das botas do primeiro ministro, que estavam por baixo do tear, levantou-as com respeito, fez uma genuflexão, e disse com uma commoção profunda:

— Isto está obra rica!... E agora se me dá licença, não me demoro mais n'este primeiro exame, porque corro a participar a el-rei, meu augusto amo, o que por meus proprios olhos acabo de vêr.

— Se este grande alarve conseguiu enxergar alguma cousa, então tambem eu hei de vêr! pensou consigo o monarcha. E batendo com o sceptro duas pancadas e um repique na porta da officina:

— Abra lá isso!

O tecelão abriu a porta, poz um joelho em terra, e disse:

— Senhor! tem vossa majestade deante dos seus reaes olhos a vestimenta de gala que me coube a honra de fazer para vossa majestade. Glorio-me, real senhor, de que nunca até hoje, em parte alguma do mnndo, se fez cousa mais admiravel e mais rica. Este é o fructo das cogitações e das vigalias da minha vida inteira. Não peço a vossa majestade nem riquezas, nem honras, nem dignidades para mim. O artista acha-se superior a essas bagatelas! Desculpe vossa real majestade a independencia do artista. Mas, senhor, por minha pobre mulher, pela minha companheira (*commovido pondo um lenço nos olhos*) por ella, que tanto deseja ser viscondessa e ter uma quinta, pedia a vossa majestade que me fizesse visconde e me mandasse abonar por favor uma propriedade boa. Emquanto á vestimenta, que vossa majestade está vendo, o meu maior desejo é que vossa majestade a desfructe em seu real corpo por muitos e dilatados annos, como todos desejamos e havemos mistér.

Emquanto o artista se expressava n'esses termos cheios de desinteresse, de abnegação, de patriotismo e de independencia, o rei olhava para todas as paredes e recantos da casa, para o tear, para o cabide, para os ministros e para o tecelão, Coçou por algum tempo na cabeça e por fim, com voz arrastada, disse;

— A obra está effectivamente boa... Vejo claramente — que está boa... Apenas me parece, assim á primeira vista, que será talvez leve de mais!

— Oh! haja vossa majestade por bem tomar o peso!

— Sim, hei, tornou o principe. Apre! que pesa muito! (*E voltando-se para o primeiro ministro:*) Ponha lá no programma da festa que havemos por bem ir na procissão sem a nossa camisola de flanela. (*Revertendo ao artista, com solemnidade:*) Nós, el-rei, estamos contente com a vossa obra, e, em attenção aos vossos merecimentos e partes, vos nomeamos visconde de Papafina em duas vidas.

E estendeu a real dextra ao tecelão, que, cahindo em joelhos ascendeu da sua plebeia condição de mesteiral, osculando a dadivosa mão de seu augusto amo.

O rei, fechando os olhos com uma grande majestade serena e terna, deixou-se oscular.

A imprensa, os altos funcionarios, o corpo diplomatico, todas as corporações scientificas e todas as sociedades sábias do reino foram convidadas a ir a palacio examinar a maravilhosa vestimenta.

Os membros da Real Academia foram todos concordes no elogio do admiravel tecido da vestimenta real, e o visconde de Papafina foi unanimemente eleito socio honorario.

Na imprensa politica grande polemica suscitada pelos partidos, mas a mesma admiração unanime emquanto á maravilha da vestimenta.

As folhas ministeriaes diziam :

«Vejam como o talento pullula e como a arte floresce sob a sábia administração de um governo rasgadamente civilizador e amante do fomento e da ordem! A opposição é uma besta.»

Os periodicos opposicionistas obtemperavam :

«E todavia muito mais rica e, se é possivel, ainda mais apparatusa seria a vestimenta do nosso mui amado rei, se á frente dos negocios estivessem homens que falassem menos no *fomento* e na *civilisação* e cuidassem mais na administração da riqueza publica. O governo é um burro.»

O corpo diplomatico tambem examinou a vesti-

menta. Escrupulosamente barbeados, profundos de sigillo e de etiqueta, os representantes das potencias estrangeiras demoraram-se por muito tempo defronte do cabide vasio da officina do tecelão, denunciando por meio de alguns gestos commedidos reservados, admissiveis na melhor companhia, a sua admiração immensa.

Falaram mysteriosamente por duas vezes ao ouvido uns dos outros: a primeira vez para perguntarem como cada um passava, e a segunda para responderem que cada um passava bem. Esta cerimonia, a que todos os grandes do reino, todas as familias titulares e a côrte toda em geral ligava sempre uma elevada importancia politica, produziu em el-rei e em todos os presentes uma viva impressão: elles passavam bem! Os ministros, olhando sempre para o cabide vasio, e grupados em volta d'elle pela ordem jerarchica dos paizes que representavam, tomaram ainda algumas notas — em cifra — nas suas carteiras.

Depois do que, recolhidos todos com el-rei em uma das salas de palacio, correctos, graves, austeros, meditabundos, procederam á profunda cerimonia de tirarem as luvas, e jogarem o bilhar.

Chegou finalmente o dia em que o monarcha tinha de estrear a vestimenta na solemne procissão,

que, para recreio da côrte, do corpo diplomatico e da nobreza, havia de percorrer a cidade, para esse fim juncada de flôres e embandeirada de flamulas e galhardetes.

Tratou-se de vestir o rei, o qual, depois de bem lavado e frisado, tendo-se-lhe limado os callos e cortado as unhas, se apresentou em camisa e de chinelas aos camaristas e ao visconde de Papafina para que o vestissem.

Com excepção da camisa, que era de linho de Irlanda com folhos de renda de Chantilly, todas as demais peças do real vestuario n'aquelle dia grande brilhavam pela ausencia, ou, — o que vem a dar na mesma — consideravam-se feitas com o novo e extraordinario tecido.

Duas horas e meia levou a vestir, abotoar, pregar, compôr o principe. O tempo estava sêcco mas frio. O thermometro, consultado varias vezes pelo rei enquanto lhe iam deitando para cima do corpo roupas e mais roupas do estôfo maravilhoso, marcava 6 graus Réaumur.

As reaes carnes estavam lividas e arripiadas como as de um peru sem pennas. O principe espirrava com frequencia e assoava-se muito a um lenço de fazenda egual á da vestimenta, o qual o visconde de Papafina lhe metterá na mão. Com a outra mão sua majestade segurava uma prega do manto, tendo ar-

queado o braço com uma graça particularmente pittoresca e distincta.

Todas as grandes personagens da côrte, cavalheiros e damas, seguiam el-rei suspendendo a cauda do real manto.

O effeito da vestimenta e do manto em todas as pessoas que presenceavam a passagem do cortejo era extraordinario e profundo. Murmúrios de admiração e de applauso saudavam a obra extraordinaria do artista exímio que havia concedido aquelle tecido para os olhos das intelligencias privilegiadas.

Viu-se então que todos sem excepção possuíam n'aquella culta cidade o privilegio da summidade do espirito. Os clamores dos que viam, dos que admiravam, dos que não podiam cessar de vêr e de elogiar, eram convictos e unanimes.

As commissões dos festejos nas diversas ruas do transito tinham regulado as manifestações da publica admiração por meio de programmas especiaes. De modo que cada rua admirava do seu modo.

Umam bramiam, outras davam palmas. N'estas havia desmaios de commoção e de espanto; n'aquellas convulsões de regosijo e de applauso.

Chegara-se a uma rua em que o silencio era profundo. Os moradores, de accôrdo com a commissão respectiva, tinham resolvido patentear a sua

elevada intelligencia e a sua fina critica emmudecendo.

De um cabo ao outro da rua, nas janellas e nas saccadas de todos os predios, de principio a fim, de cima a baixo, multidão immensa, apinhada, compacta, tinha as mãos espalmadas para a frente adeante do rosto, os olhos arrojados para fora das orbitas e as bôccas todas abertas, escancaradas, parecendo que todas aquellas maxillas estavam apenas seguras pelas orelhas. Era de um effeito prodigioso e tocante.

De repente, no meio d'aquelle silencio tão expressivo e grandioso, ouviu-se de cima de uma trapeira uma voz fina, clara, convicta, que gritou:

— O rei vae em fralda!

Todos olharam para o ponto de onde partira aquella voz.

Por cima de um telhado, com um braço passado em volta de um mastro em que estava içada uma bandeira, um rapazito alegre, inclinado para a rua, pendente em cima da multidão, apontava com o dedo para o grande monarcha, e ria ás gargalhadas estrepitosas, sinceras, profundas.

O rei parou de repente. Perdeu a posição em que lhe tinham posto os braços para apanhar as pregas do manto. Transtornaram-se-lhe enormemente as feições, bateu uma palmada na testa, e disse:

— Aquelle bandido não tem respeito, mas tem

razão. Venha já á minha real presença o visconde de Papafina!

Um dos circumstantes apontou-lhe para um rôlo de fumo que se via ao longe, muito ao longe, no horisonte, sobre a agua do mar.

Aquelle fumo era o visconde de Papafina que passava á America com os reaes thesouros que lhe tinha doado a corôa.

— Ah! infames! ah! canalhas! ah! traidores! ah! camêlos! bramia o rei com voz terrivel. É effectivamente em fralda que eu estou. Ludibrio e vingança! Em fralda e com um rheumatismo agudo no real corpo! Tragam-me depressa a minha forca e um capote! Uma camisola de flanela! umas calças! uma tipoiã! um alfange com peçonha no gume... e meio grog!

Mas ninguem podia ouvir as reaes ordens. A plebe desenfreada, a canalha vil, a gentalha sordida, repetia em brados descompostos o grito do pequeno sclerado. Deante das attitudes extranhas e nunca vistas d'aquelle grande rei, um dos primeiros potentados do mundo — em colera e em camisa — a alegria publica não conhecia barreiras.

Era um côro enorme, immenso, infinito, de todas as vozes que pode tomar o riso e a assuada. Era a casquinada, o guincho, o uivo; as imitações de todos os animaes: o grunhido, o berro, o zurro, o ca-

carejo e o relincho ; todas as vozes da natureza : o trovão, a carga de agua, o silvo do vento e os bramidos do mar ; todas as invenções da troça : o asobio, a pateada, os nomes, os epithetos, a rela, o chocalho, o zabumba, os repiques nos tachos, nas panellas de lata, nas baterias de cobre das cozinhas ; os pós, os estalos, os esguichos de agua, os buscapés e as bombas de fogo de estremalhar os curros.

E no meio d'este charivari monstruoso, indescriptivel, de ensurdecer o mundo, uma só palavra humana gritada por seis mil bôccas : — *Em fralda ! em fralda ! em fralda ! em fralda !* E em gargalhadas infinitas, inextinguiveis, todos gritavam : — *Em fralda ! em fralda !*

Não era só o povo, era a mesma nobreza, era o proprio clero ! O espirito diabolico do riso e da chufa tinha-se apoderado de toda aquella multidão, e communicara-se a todo o mundo, ás pessoas mais graves, mais conspicuas, mais sérias.

O exercito depuzera as armas e desabotoara os uniformes para não rebentar com o riso. Infimos galuchos, arrebatados pela galhofa, montavam a cavallo nos seus coroneis e davam palmadas no ventre de velhos generaes encanecidos no serviço da patria.

O estado maior de sua majestade, não podendo rir mais em pé, espojava-se delirante no macadam.

Os prelados, os grandes sacerdotes, os pontifices

maximos pinchavam, cantavam de gallo, agitavam energicamente as mãos abertas adeante dos narizes e buliam freneticamente com os dedos como se estivessem tocando clarinetes invisiveis e aerios.

O corpo diplomatico rolava pelos passeios impellido pelas convulsões internacionaes da gargalhada.

Os proprios fidalgos, os grandes de palacio, os ministros, a nobreza toda, gritavam immensamente: *Agarra! pilha! bota fora! Pum! Pum! Lá vae elle! Bumba! Catrapuz! Cócórócó!*

E o grande rei, a pé, em camisa, só, abandonado, pedindo a Deus para morrer, sapateava as ruas, correndo como uma corça, como uma lebre, como um gamo.

Até que, cheio de agua, de pós, de farinha, de ovos, que lhe tinham atirado, meio cego, meio surdo, meio morto de desalento e de canção, chegou finalmente a palacio, onde cahiu de cama, e enfermou de todas as doenças de que rezavam os livros escriptos por todos os sabios do seu reino. E por tanto tempo permaneceu doente que quando recuperou a saude os seus primeiro e segundo ministros tinham sido condemnados tres vezes pelo povo á pena de bastonadas e ao supplicio da canga, e os gatunos haviam roubado as traves da forza desengonçada, que cahira.

Uma cousa agora perguntarei eu, — narrador obscuro d'essa historia exegetica da opinião — a ti, leitor sensato :

Teve aquella creança que falou do alto de uma traqueira a intenção acintosa de deprimir ou de mal-dizer?

Quiz ella porventura desgostar ou ferir o rei, a nobreza, o clero, a academia, o corpo diplomatico, os ministros da corôa, os altos funcionarios, a imprensa, a critica, o povo, a cidade, o paiz ?

Tinha ella ácêrca do que expunha um juizo anticipado, uma intenção secreta ?

Determinava-a o orgulho da originalidade, o amor do paradoxo, o espirito da argucia e da polemica, a indole inquieta e irritavel, a raiva demolidora ?

Professava uma politica perigosa, uma philosophia suspeita ?

Teria, pelo menos, escondida no seio a arma terrivel do gracejo, que bate nos factos como um ariete, desmantelando arbitrariamente as instituições velhas e e supprimindo os homens ridiculos ?

Não. Repara bem, leitor. N'aquelle pequeno que lançou uma palavra dissolvente á solemne procissão official em que se reuniam todos os grandes homens e todas as grandes cousas do seu tempo, não se dava senão uma circumstancia bem ordinaria e bem simples: Elle viu uma camisa commum onde toda a gente admirava um real manto entretecido de todas

as subtilezas da arte e de todas as sumptuosidades da natureza. E depois disse o que vira.

São como aquella creança estes pequenos livros, simples, desambiciosos e humildes.

Elles não têm a presumpção da sciencia nem se julgam armados com os instrumentos infalliveis da justiça.

Encerram apenas — a creancice da verdade.

Por isso o que os escreve os considera tão pouco que os julgaria indignos de t'os dedicar, se não reflectisse, leitor, que, por mais desauthorisada que seja, a verdade vale tanto, que mesmo proferida inconscientemente por um nescio ou por um rustico, pode, como na historia do manto arabico, bastar algumas vezes para dispersar os cortejos, para desarmar os exercitos, para derribar as forcas, para pôr em fuga os tyrannos, para abater os mediocres, para vingar os opprimidos e para consolar os justos com o protesto triumphal de uma gargalhada enorme.

Março 1874.

II

Os jornaes d'este mez insistiram frequentemente no caso afflictivo de haver profundas divisões no interior do partido reformista. Historiam-se as alludidas scições pela maneira seguinte: O sr. Latino Coelho, ouvindo a noticia de que partira para Fontello o sr. Bispo de Vizeu, accendeu com imprevidencia politica notoria um charuto. Os reformistas ao saberem tal dividiram-se immediatamente em *reformantes*, em *reformativos* e em *reformeiros!* Ao outro dia, sem que até agora se podesse saber para quê, o sr. Cortez, sem prevenir o partido, assoou-se! Não foi preciso mais nada para que desde logo rebentassem do solo, abundantes como tortulhos, os *reformativos*, os *reformatotes* e os *reformengos*. Pelo mesmo tempo o sr. bispo de Vizeu, accordando uma manhã sem se lembrar de cousa alguma que cortar no corpo social, foi-se ao seu proprio corpo e cortou um callo. O resultado foi surgirem como uma praga sobre a superficie do globo os *reformatrancas*, os *reformatoxicos* e os *reformativoros*. Como o *Diario Popular* sorrisse,

romperam como por encanto dos seios do cosmos os *reformaphobos*, os *reformingas* e os *reformávaros*. O *Jornal do Commercio* ia protestar quando das pedras das ruas pulularam aos enxames os *reformonymos*, os *reformanticos* e os *reforminimos*. O partido então reuniu-se para tentar um accôrdo. Os primeiros porém que appareceram para falar foram os *reformari-cas*, os *reformecos*, os *reformalhos*, os *reforminhos*, e os *reformocas*. Ia-se propôr uma conciliação quando entraram de roldão na sala os *reformachicos* acompanhados dos *reformhirtos*, dos *reformagros* e dos *reformopides*. Os *reformódres* e os *reformigansos*, que tinham ficado na escada, principiaram a patear, quando saltaram em onda pelas janellas dentro os *reformonagros*, os *reformevos*, os *reformilhas* e os *reformudos*. Os *reformudos* perguntaram: «Onde estão os *reformonidas*, os *reformambicos* e os *reformifugos*? Um *reformelico* invejoso respondeu com rancor: «Hão de estar provavelmente a jantar com os *reformaphobios*, com os *reformigalhos* e com os *reformafetidos*!»

Uma voz mysteriosa e trovejante perguntou: «E os *reformadores onde é que estão*?»

Ninguem o sabia!

A redacção das *Farpas* offerece alviçaras a quem der com os *reformadores*.

III

A' falta de grandes homens que resistam inteiros á acção destruidora do tempo, Portugal para satisfazer o espirito peninsularmente idolatra da multidão toma os seus grandes homens — ao mez.

Com o fim de cada lua o nosso grande homem da lua antecedente esconde-se no occaso, emquanto o novo astro surge luminoso por entre as chaminés da patria.

A nossa gloria durante o mez findo foi padre Antonio, presidente da camara dos srs. deputados.

Antonio é um d'estes sujeitos que Byron gostava de cantar, e que veem ao mundo com o báratro no cerebro. Em menino os seus bonets cheiravam a chamusco. Adulto traduziu Tibulo em linguagem tal que obrigou a critica d'esse tempo a confessar que as pessoas ignorantes do latim compraram Tibulo no original a fim de poderem comprehender a traducção.

Fez depois o celebre livro dos *aprisionamentos*, no

qual o porvir do aprisoado é de tal modo e maneira conjunctivado ás partes da aprisoação e ao arbitrio do aprisoante, que a dicta obra dos aprisoamentos tem sido meditada por alguns lexicographos como um dialecto novo na historia philologica da especie humana.

Como deputado da nação sustentou mais tarde que as ostentações do luxo eram os favonios da prosperidade economica dos povos.

Como ministro da corôa revogou um dos mandamentos da lei de Deus que manda guardar os domingos.

Como professor da Universidade propalou cousas desagradaveis para Santa Izabel.

Fazendo em seguida uma pausa na ellipse luminosa que ia descrevendo no cosmos e sentindo que tinha ainda em braza a massa cephalica, pediu prima tonsura para refrigerar o craneo.

Sentiu então perpassar-lhe nas bossas, desafogadas da guedelha impura do seculo, a aragem seraphica da contricção. Então percebeu que n'elle se verificara a palavra de Isaias, e que do ôvo que elle concebera sahira um aspide.

Com as mechas saint-simoneanas da cabelleira gentilica de Antonio despovoaram-lhe o espirito as tentações incubas e os erros mundanaes. Vendo que até ahi estivera chocando um bicho damninho aos

calores nefastos do seu espirito illuso, levantou os olhos para Deus, e de dentro do professor e do politico, suspeitos de heresia, sahiu alado para as regiões mysticas da contemplação e do extasi, intemerato e limpido, o clérigo *in minoribus*.

As choreas celestiaes entoaram hymnos de graças ao Senhor. Os Atanasios e os Ambrosios abriram entre si um logar para o novo lume da Igreja, e Antonio, pondo os seus bentos pés no caminho de Roma, foi depôr no seio da curia e perante o Santo Padre a solemne retractação dos seus erros.

Sacerdote de Jesus, vêmol-o em seguida pleitear uma candidatura, bater em brecha as resistencias de um circulo eleitoral, abandonar o altar para fiscalisar a urna, e descer finalmente das alturas radiosas do Thabor, com as tábuas da lei debaixo de um braço e uma chappelleira debaixo do outro, a tomar o logar da presidencia na camara dos deputados.

Ahi fomos nós a encommendar-nos em espirito ás orações de Antonio, quando o vimos vociferar palavras de rancor sobre a multidão amotinada, metter na cabeça o seu chapéo, não com a compostura de quem encerra no tabernaculo os esplendores paradisiacos de uma frente predestinada, mas sim com o desplante guerreiro de quem cala uma viseira para o inimigo.

Vimol-o — com estes olhos mortaes que a terra ha

de comer — levantar a mão para o seu secretario, e bater-lhe!

Vimol-o finalmente objurgar as galerias com um arranque de energumeno, e intimar-nos a evacuação do territorio com o gesto mais semelhante áquelle com que o divino mestre expulsou do templo os vendilhões.

Aqui, alto, padre Antonio! Apagamos com o devido respeito a vela que vos tínhamos accendido, e vamos a inquirir qual de nós entrou indevidamente no recinto de S. Bento, qual de nós deve primeiro sahir de lá.

Nós, filhos miserrimos d'este seculo, vivemos nas commoções e nos interesses da lucta temporal que nos rodeia. Não temos votos, nem compromissos, nem promessas que nos empeçam a curiosidade dos negocios publicos. A nossa mesma obrigação é seguir o turbilhão que nos cerca e acompanhá-lo na sua parabola vertiginosa e tumultuaria.

Tu porém, reverendo Antonio, abjuraste o seculo com as suas presumpções, os seus erros, as suas mundaneidades e os seus interesses especulativos e mesquinhos. Mais feliz que nós, fizeste finca-pé n'esta precipitosa ladeira de espinhos, de enganos, e de lagrimas, em que rolamos para o anniquilamento ou para o abysmo; alevantaste os teus olhos para

Deus, e a religião recebeu em seu seio maternal e amoroso a tua fronte calcinada pelo fogo devorador das paixões humanas.

E agora, repousado, sereno, refrigerado, vendo inclinar-se respeitosamente na tua passagem aquellas a quem déste costas, pedes licença á religião para ir lá fora, e voltas ao seculo a incentival-o, a batter-lhe, a expulsal-o d'onde elle está, a embarcar-lhe uma campainha pela cabeça abaixo?!

Receaste que não podessemos viver cá sem as tuas luzes, e acodes a allumiar-nos as veredas tortuosas do saber?!

Erradamente presumiste de tua sciencia, beatissimo padre!

No Génesis devias ter lido que o espirito de Deus era levado sobre as aguas—*ferebatur super aquas*—e isto quer dizer que não é á babuge lodosa dos charcos politicos que devem baixar os que representam a divindade.

O Ecclesiastico diz: quem tocar no pez se ha de manchar n'elle—*qui tetigerit picem inquinabitur ab ea*. E é o mesmo que prevenir que não pode a estola de um sacerdote varrer impunemente com um aceno a galeria de um parlamento.

No evangelho de S. Matheus especifica-se terminantemente: *Nemo potest duobus Dominis servire*. E é ainda como se se dissesse que a causa do sr.

marquez de Avila é incompativel com o serviço de Jesus Christo.

Aos corinthios escrevia S. Paulo que a sciencia produz inchaços — *Scientia inflat*. Se o teu mal é este, ó amado Antonio, sangra a tua sciencia pela caridade, não a espremas pela ostentação.

S. Bernardo escreveu com penna de oiro este preciosissimo periodo: *Vinum scientiae saecularis inebriat quidem, sed curiositate, non charitate; implens, non nutriens; inflans, non aedificans; ingorgitans, non confortans*. És aquelle *quidem* embriagado com a sciencia do seculo! Ministro de Deus, sentado na presidencia da camara dos deputados, serves a curiosidade e não a caridade; a sciencia que ahi ostentas enche, mas não nutre; incha, mas não edifica; repleta mas não conforta.

A religião é a morte para o mundo. Esta é a opinião de Santo Antonio — *Sancta religio figurative vocatur mors*. Aos que da religião repontam para o mundo que abandonaram applicou um sacerdote portuguez o texto de Santo Antonio, deduzindo que esse era o caso de cheirarem mal os que morrem e se não enterram.

Suppomos ter provado a Padre Antonio que conhecemos os escriptos sagrados tão mal, pelo menos, como s. ex.^a reverendissima conhece os artigos

regulamentares da camara. Se em nome d'estas letras s. ex.^a nos expulsou da galeria, em nome d'aquell'outras o convidamos nós a que se retire da presidencia.

Ser de Deus e ser ao mesmo tempo de Cesar não pode ser. Ter a benção paterna de Sua Santidade Pio IX, e ter o osculo fraternal de s. ex.^a o sr. Carlos Bento, é muito ter.

Ou volte quanto antes para a religião a que se recolheu, ou deserte clara e abertamente para o mundo em que desvairou. E este derradeiro alvitre é — se s. ex.^a nos quer crer — o mais avisado talvez! É melhor estar na lama com as saudades do céu do que estar na religião com as saudades da lama.

S. ex.^a reverendissima decidirá porém em sua consciencia o que se lhe figurar mais consentaneo ao lustre da religião ou á honra da politica. Que s. ex.^a se apresse no emtanto a decidir-se, para que a patria saiba se tem de offertar-lhe uma mitra, ou um chifarote!

Agosto 1871.

IV

A situação politica . . .

Mas, — perdão — antes de encetarmos este assumpto, uma pequena historia:

Era uma vez um velho burro. Fôra madraço e manhoso. Não conquistara amigos porque os não merecia. Tinham-o lançado á margem no fim da vida. Principiou a viver ao acaso, pelos montes. Um dia achava se defronte de um vallado, estacado ao sol sobre as quatro patas, inerte, immovel, olhando para um cardo sêcco com grandes olhos redondos, encovados em orbitas esqueleticas, pensando nas vicissitudes da vida e procurando arrancar do seu cerebro, para se consolar, algumas idéas philosophicas.

Passou por elle e deteve-se a contemplal-o um joven asno, no viço das illusões, cheio de amor e de zurros, de alegria e de coices. A vetusta ossada angulosa do ancião parecia furar-lhe a pelle resequida e aspera. Um espesso enxame de moscas cobria-lhe

as mataduras do lombo e dava-lhe o aspecto de ter um albardão feito de zumbidos e de azas azulejando sobre um fundo de missangas pretas e palpitantes, — cousa rabujosa á vista.

— Sacode esse mosqueiro, disse-lhe o burro novo. Dar-se-ha o caso de que, á semelhança do homem, deixasses também tu atrophiar o precioso musculo que ahí tens na face para por meio d'elle abanares a orelha e moveres a pelle? . . . Sacode-te, bestiaga,

Ao que o lazarento, pausado, retorquiui:

— Não sabes o que zurras, joven temerario! O destino de quem tem maselas é que o mosqueiro o cubra. As moscas que tu vês, e de que o meu cerro é a estalagem com mesa redonda, são moscas fartas, têm a mansidão abundante dos estomagos cheios. Se eu as sacudisse, viriam outras, as famintas, de ferrões gulosos, que zinem como frechas, pousam como causticos, mordem como furunculos. As que tu vês prestam-me um serviço impagavel:— livram-me das que podem vir; são o meu xairol benigno e suave, o meu arnez, a minha couraça. Quando te chegar a idade de seres pasto de moscas (e breve te soará essa hora porque a mocidade é, como a herva, uma ephemera transição entre o alfofre da meninice e a palha da idade madura); quando te chegar o teu dia, lembra-te, asninho imprudente, d'este conselho amigo de um burro velho,

que não aprende linguas, mas que tem a experiencia que vale tanto como ouro: Nunca sacudas mosca desde que creares masela! Teme-te dos papos vasilios das revoadas novas. Papos cheios não só não mordem mas empacham! Comprehendeste, burriinho, a philosophia da minha inercia?

Revertamos agora, como vinhamos dizendo, á situação politica.

Em toda a sociedade em movimento ha dois unicos partidos: o partido conservador e o partido revolucionario.

A funcção do partido revolucionario, qualquer que seja o seu nome — republicano, socialista, federalista, fourrierista, anarchista, positivista, etc. — é transformar a ordem estabelecida, modificando as condições da civilisação no sentido de um mais rapido progresso.

Para este fim o partido revolucionario agita constantemente por meio de idéas novas as opiniões preconcebidas.

Como porém não está ainda definido o programma geral e harmonico da revolução, como a tendencia progressiva das multidões indisciplinadas se baseia no sentimentalismo esteril ou no phantastico ideal metaphysico dos phraseadores eloquentes, succede que todo o esforço revolucionario represen-

ta para a sociedade um perigo de desordem, de incoherencia e de anarchia.

A funcção do partido conservador é a manutenção da ordem contra todas as invasões que directa ou indirectamente ameacem a integridade da organização existente. Em todas as velhas sociedades os governos são por essa razão, os inimigos natos do progresso. A evolução progressiva da humanidade realisa-se, a despeito d'elles, pela elaboração irresistivel das idéas fora da esphera official, sob a acção das descobertas da sciencia ou das suggestões da arte. O mais que fazem os governos é submetterem-se ás transformações sociaes que a solução de cada novo problema resolvido pela sciencia impõe á existencia dos povos. Os governos, portanto, sempre que uma forte effervescencia intellectual não agita a sociedade e os não abala constantemente na emi-nencia do seu posto, forçando-os a concessões successivas, tendem ao retrocesso.

A civilisação não é na orbita politica senão o justo equilibrio das forças resultantes d'essas duas tendencias: a tendencia retrógrada na ordem, a tendencia anarchica na revolução.

Em Portugal o que succede?

A vida intellectual é extremamente debil. A sciencia não tem cultores desinteressados e ardentes, a acção da arte sobre a aspiração dos espiritos é nulla.

O resultado é que os partidos de opposição, não encontrando nos phenomenos da vida nacional a profunda expressão implacavel de novas necessidades a que os governos tenham de amoldar-se, acham-se naturalmente desarmados das grandes razões que reptam a progredir ou a abdicar.

Em taes condições o partido revolucionario dentro da milicia politica, sendo uma pura convenção, uma ficção constitucional, uma expressão rhetorica, sem raizes na consciencia e na vontade popular, — acabou por desaparecer inteiramente do nosso systema representativo. Ha muitos annos que a revolução não tem quem a represente no parlamento portuguez.

Ha, todavia, uma maioria parlamentar e uma opposição composta de varios grupos dissidentes. Estes grupos são fragmentos dispersos do unico partido existente — o partido conservador — fragmentos cuja gravitação constitue o organismo do poder legislativo.

Estes partidos, todos conservadores, não tendo principios proprios nem idéas fundamentaes que os distingam uns dos outros, sendo absolutamente indifferente para a ordem e para o progresso que governe um d'elles ou que governe qualquer dos outros, conchavaram-se todos e resolveram de commum accôrdo revezarem-se no poder e governarem

alternadamente segundo o lado para que as despesas da rethorica nos debates ou a força da corrupção na urna faça pesar a balança da régia escolha. Tal é o espectáculo recreativo que ha vinte annos nos está dando a representação nacional.

Imagem meia duzia de almocreves sequiosos que acham na estrada um pipo de vinho. Como nenhum d'elles tem mais direito que os outros a beber do pipo, combina-se que cada um ponha a bôcca ao espicho e beba em quanto os pontapés dos outros o não contundirem até o ponto de o obrigar a largar as mãos da vasilha para as apertar na parte ferida pelos golpes applicados pela companhia. É exactamente o que ha muito tempo tem sido feito pelos partidos portuguezes com relação ao usufructo do poder que elles acharam na estrada, perdido.

Chegou finalmente a vez de pôr o pipo á bôcca um partido excepcionalmente valoroso de sede e incontundivel de fibra. Este partido não desembocca o pipo por mais que lhe façam. Protestações escandalisadas, de almocreves, retroam.

— Este partido abusa!

— Isto não vale!

— Isto não é jôgo!

— Elle esvasia o pipo!

— Larga o pipo, pipa!

— Larga o pipo, pimpão!

— Larga o pipo, ladrão!

E incitam-se uns aos outros até a ferocidade:

— Chega-lhe rijo!

— Mais! que lhe dêa bem!

— Rebenta-me esse ôdre!

— Racha-me esse tonel!

— Ah! cão!

O partido, porém, continua sempre a beber, e é insensível a tudo: á dôr, ao insulto, ao chasco, ao improperio, á graça pesada, á insinuação perfida e á allusão venenosa!

Em vista de uma tal pertinacia, que nós mesmos somos forçados a taxar de irregular, os partidos em expectativa do pipo confederam-se, ferem o pacto da Granja, constituem-se n'um só partido novo, — n'uma só bôcca para o pipo. Fazem um programma, redigem um manifesto, vão de terra em terra pedindo ao paiz que intervenha. Precisamente lhes occorreu n'esse momento que o pipo tem dono! que é do paiz o pipo!

Instado a intervir, pelos pactuantes da Granja, pelos signatarios do manifesto, pelos auctores do novo programma, pelos oradores nos *meetings* revolucionarios, pelos jornaes opposicionistas, o paiz responde-lhes:

— Lestes a historia do sabio burro lazarento con-

tada pelas *Farpas*? Eu sou esse burro. Vós sois a revoada das novas moscas pretendendo expulsar a revoada velha. Ora, moscas por moscas — sendo meu destino que ellas sempre me cubram e me comam — prefiro as antigas moscas saciadas ás novas moscas famintas. Deixae-me em paz. E notae que eu nem sequer vos abano as orelhas, — que é para não bulir commigo!

FEVEREIRO 1877.

V

Em todos os tempos se tem observado que na arte depois dos grandes mestres apparecem os grandes criticos. Sobre os exemplos immortaes criam-se os preceitos eternos.

No seculo de Alexandre, depois de Eschylo, de Sophocles e de Euripedes, veiu Aristoteles. Com a litteratura latina do tempo de Augusto apparece Horacio. Do movimento litterario de Leão X sae Vida. Com os poetas francezes do seculo de Luiz XIV coincide Despreaux.

A arte portugueza do presente seculo, filha da re-

volução liberal de 1834, irmã gêmea do constitucionalismo e da carta, manifesta-se principalmente pela eloquencia parlamentar. Como fructos da intelligencia nacional, este seculo — a que se ha de vir a chamar em Portugal o seculo de Melicio — não tem a musica portugueza; não tem o poema dos costumes ou da civilisação moderna; não tem o romance caracteristico de uma época como o *D. Quixote*, como o *Gil Blas*, como *Os Miseraveis*. A unica cousa que nos resta, como solitario vestigio no tempo e no espaço da passagem nos nossos grossos pés por cima das amplas pégadas mazorras dos nossos avós, é isto: *O Diario das Côrtes*.

É d'esse vasto repositorio, onde por tantos annos se tem despejado o estro portuguez, os copos da agua choca da tribuna, o catarrho victorioso das maiorias triumphantes, e a saliva biliosa das oppozições despeitadas, que a posteridade ha de saccar com tenazes, para os collocar no Pantheon, depois de lixiviados a esponjas de potassa e de purificados a côco, sabão e areia, os bustos gloriosos d'aquelles que foram verdadeiramente grandes — a meia moeda por cabeça.

Os homens mediocres, os espiritos estreitos que em todas as grandes reuniões formam as maiorias e dão ás assembléas o seu character predominante, á força de se imitarem, de se repetirem, de se des-

gastarem em velhas questões sempre as mesmas, sem princípios, sem idéas, sem estudo, sem interesse da verdade, sem sacrificio, sem elevação, acabaram por fazer da eloquencia parlamentar portugueza uma atafona de palavrões estafados, de fórmulas ôcas, de velhas imagens pegajosas e safadas, como as cartas de um baralho immundo pelas dedadas sordidas de vinte annos de bisca. Esta rhetorica tropega, relaxada e senil, não podendo crear uma lingua forte e digna, deu o ser a um estylo especial de malandragem politica; fez a giria constitucional, a geringonça parlamentar, o calão portuguez.

Tal era a arte patria na sua expansão primordial e livre, exempta de regras e de preceitos, apprendida e cultivada na pratica e na tradição de S. Bento. Faltava-lhe a respectiva critica que fixasse este genero para o exame dos estudiosos, que lhe arrancasse a sua esthetica, que descriminasse as leis tacitas que o regiam. A camara dos srs. deputados, conscia d'esta omissão dep'oravel, ha muitos annos que estava pedindo um homem que lhe codificasse os preceitos da sua lingua.

Este homem finalmente appareceu.

João Felix Pereira — aquelle que no seu grande livro da *Civilidade* tinha conseguido lançar ao ar-rôto uma mão de ferro, colhendo-o na sua passagem

imprudente atravez das sociedades cultas, para o pisar a pés manietado pelos grilhões do decoro — Felix tinha de seu ôlho providencial a nossa arte moderna, e nas sombras da meditação e do estudo elle aguçava na humbreira da sua porta as unhas da mesma garra poderosa com que empolgara o arrôto nacional e que de novo elle dispunha a cravar, arteiro e firme, na entranha do tropo parlamentar.

Em um dos primeiros dias do mez corrente appareceu a final a nuvem trovejante no alto do Sinai; e João Felix abanando febrilmente a fronte apocalypticica baixou das alturas e entregou ás gerações falantes o seu novo livro *Peculio de Oradores*.

Obra extraordinaria, monumental, prodigiosa, como esses raros livros que apparecem de dois em dois seculos, e em que o genio que os produziu parece ser a condensação da intelligencia collectiva de muitas gerações, o *Peculio* é um volume de 478 paginas, em que vem tudo!

Tudo — certamente — quanto a arte tão caracteristica de encher o tempo e o espaço a botar palavras creou em Portugal n'estes ultimos trinta annos rhetoricos, parlamentares, de inanidade e de impotencia, aqui está n'este livro como o verdadeiro testamento, como o legitimo codicillo de uma socieda-

de cahida no imbecil pela monomania oratoria. Nunca em tempo algum se fez um livro d'este genero. Nunca mais se tornará a fazer outro assim. Esta obra é um symptoma phenomenal que se não repete.

Ella encerra o verdadeiro sumo que se espremeu de uma esponja embebida nas escorreduras da ultima substancia intellectual de uma época.

O *Peculio* contém para uso dos oradores nada menos do que cinco mil novecentos e vinte oito exemplos de eloquencia oratoria. Em todos estes trechos juntos não ha um só factó, um principio, uma observação, um vestigio, por mais tenue que seja, de uma idéa! Nós conheciamos varios bordões parlamentares dos que em todas as sessões legislativas correm de bôcca em bôcca como echos soltos na sala... *Sr. presidente, corra-se um véo sobre o passado. Latet anguis. Medidas fecundas e rasgadamente civilisadoras. É indizível a anciedade do paiz. Preciso de o declarar ao sr. presidente e á camara, etc...* Mas nunca suppozemos que o numero d'essas phrases consagradas pelo ramerrão se pudesse elevar á somma achada por João Felix. Ao *Peculio* não falta nada. Todos os *strenuos athletas da palavra* (chavão citado no *Peculio* sob o n.º 8) que houverem de combater em S. Bento deverão de hoje em deante ter sempre comsigo esta obra. Isso os

dispensará de terem comsigo o cerebro, porque, em verdade, qual é a missão dos srs. deputados?

Defenderem ou guerrearem o poder. Nada mais. Pois bem: quer n'um quer n'outro caso, e em varios outros, Felix põe á disposição dos oradores, como n'um cerebro complementar, tudo quanto se pode exclamar contra um ministerio ou a favor d'elle. Por exemplo.

PENSAMENTOS PARA DEPUTADOS DA MAIORIA

Vide *Peculio* de Felix numeros abaixo indicados:

N.º 4:798. — Liberdades constitucionaes, glorioso fructo da civilisação moderna.

N.º 4:900. — Razões amadurecidas pelo estudo, intelligencias fortificadas pela philosophia, corações educados pelo exemplo.

N.º 4:994. — Aquelles labios (apontando para os ministros:) erario de facundia.

Nota. — Esta phrase inapreciavel poderá tambem servir a oradores da opposição, que terão o cuidado de a proferir indicando os bancos da esquerda.

N.º 6:224. — Oh! fervoroso civismo!

N.º 5:354. — Erguer monumental padrão ao seu elevado merito.

N.º 5:455. — (Apontando para o sr. presidente do

conselho :) Com aquella franqueza austera, que caracteriza suas opiniões.

N.º 5:457. — Ninguem ousou recusar-lhes brilhantes testemunhos de admiração.

N.º 5:826. — O seu ministerio é a probidade administrando, a verdade governando, a liberdade reinando.

N.º 8:838. — Arrebatadoras seducções do mais phrenetico enthusiasmo.

PENSAMENTOS PARA DEPUTADOS DA OPPOSIÇÃO

Vide o mesmo *Peculio* numeros seguintes:

N.º 6:823 — O horisonte politico se annuvia, meus senhores, ameaçando caliginosa borrasca.

5:827. — A este sestro ruim, a esta sina malfazeja não ha escapar.

5:783. — Vil plebe da republica!

5:775. — (Apontando com firmeza para o sr. presidente :) Homem atrabiliario!

5:665. — (Indicando com azedume as cadeiras do ministerio :) Os hypocritas ensancham suas phylacterias.

Nota. Pode tambem servir para ministeriaes com tanto que o arrojem com vilipendio aos chefes da opposição.

- 5:464. — Maculados pela lepra da venalidade!
- 5:454. — Da mente se lhe varreram todos os respeitos do céu e do mundo, tocando a meta do descaro.
- 5:235. — Almas perversas enlodadas em maldades torpissimas.
- 4:992. — Affrontou o santuario da justiça.
- 5:231. — Isto é grave porque é atroz.
- 4:901. — Governo periclitante e impopular.
- 4:797. — Homens de entranhas feras e damnadas.

PENSAMENTOS PARA DEPUTADOS DE QUALQUER CÔR POLITICA
EM CONVERSAS PARTICULARES

Vide sempre *Peculio* numeros abaixo assignalados.

- 5:672. — Sazonarei meus discursos com razões discretas.
- 5:657. — Farei razão e direito a cada um.
- 5:662. — Perpetuo sacrificio de meus mais caros interesses aos interesses da patria.
- 5:546. — Effusão da sinceridade.
- 5:463. — Á puridade.
- 6:460. — Esforços perseverantes.
- 4:785. — Dédalo de negociações e de correspondencias.

PENSAMENTOS PARA BRINDES EM JANTARES PATRIOTICOS

5:569. — A paz deve ser o fim supremo dos governos.

5:115. — O progresso, que é o caracter do nosso seculo, anima com seu santo fogo o espirito de todos.

3:744. — Os puros sentimentos de patriotismo não se despertam em corações ulcerados por paixões ignobeis.

975. — Emanação divina, fogo sagrado, pharol que vae guiando a humanidade no estádio de sua perfectibilidade.

3:021. — As louçanias, os europeis, as galas.

3:928. — Paladio da tranquillidade publica.

1:728. — Todos os partidos têm paginas mais ou menos honrosas em sua historia.

5:261. — A arvore gigante da civilisação e da liberdade.

PENSAMENTOS PARA CONVERSAR COM VIUVAS DE MINISTROS

644. — Levantar o mysterioso véo com que Deus encobre os seus secretos designios.

- 2:891. — Offerecer sagrada hecatombe aos manes de tão pio varão.
- 5:894. — Legou a seus filhos o prestígio de um nome immaculado.
- 5:865. — Nobre exemplo de civica devoção.
- 5:836. — Com o espinho de tantas saudades a punzir o coração.
- 5:567. — Colher a palma do martyrio.
- 5:573. — A voz plangente do propheta de Jerusalem.
- 5:446. — Astro fulgurante mas que depressa baixou do zenith ao occaso.
- 5:51. — Engenho peregrino, talento mimoso.
- 5 261. — Mysterios inescrutaveis!
- 1:517. — Depois de suadas lidas descansou no eterno.
- 5:823. — O tempo, vorador dos evos.

PENSAMENTO PARA NOS REFERIRMOS AO SR. ALEXANDRE HERCULANO

107. — Uma das mais remontadas glorias litterarias do nosso paiz.

DICTO PARA NOS REPORTARMOS A EDUARDO VIDAL

117. — Bonina desabroxada!

DICTO PARA ASSIGNALARMOS ÁS TURBAS O SR BARROS GOMES

121. — O doutor mellifluo.

DICTO PARA NOS REMONTARMOS A MELICIO

63. — O fecho da abobada do grande edificio social.

DICTO PARA SER EMPREGADO PELO SR. PRESIDENTE
DA ASSOCIAÇÃO PRIMEIRO DE DEZEMBRO

94. — (Lacrimoso e pungente:) Os portuguezes desnaturados que seguiam as partes do rei de Castella!

DICTO PARA USO DO SR. BARÃO DE RIO ZEZERE

90. — Sus bons soldados, esforçae, esforçae!

Além do que, todos os tribunos encontrarão no livro de que se trata quanto a erudição nos ensina ácerca do *bric-à-brac* da historia e da mythologia, sendo que n'elle achamos:

Em tecidos e barbantes: *O fio de Ariadne, A teia de Penelope.*

Em bichos: *O abutre de Prometheu, O touro de Perillo.*

Em conservas: *A cabeça de Medusa, Os olhos de Argos.*

Em ferros velhos: *A espada de Damocles, a lança de Eneas.*

Em bengalas: *A vara de Moisés, A maça de Hercules.*

Em alvenaria: *A roda de Ixion, A pedra de Siphon.*

Em mobílias e arranjos de casa: *O leito de Procusto, A cornucopia de Amalthea, O tonel das Danaides.*

Avè, João Felix! todos os que vão falar te saúdam, ó Cesar da rhetorica, ó bôcca de oiro, ó sarça ardente, ó salamandra, ó columna de fogo! Tu és a arvore do bem e do mal do palavriado. Tu és o sycomoro da sciencia portugueza. O' monte de civilidade, vaso de grammatica latina, ceirão de opusculos, ôdre de pedagogia, torre de nonimativos, cidadella dos gerundios... *Miserere nobis!*²⁷

VI

Era em uma bella manhã do mez de março. A primavera, essa filha do amor e da briza — como diria o sr. Antonio de Serpa se as conveniencias partidarias lhe permittissem ainda dedilhar a theorba sob o lyrico balcão de D. Mafalda — tinha extendido sobre as campinas o seu manto de esmeraldas. Nas estradas que convergem a Lisboa um alegre raio de luz animava a circulação da vida suburbana. Havia um novo tom festivo no chocalhar das récuas dos almocreves, no rodar das pesadas carroças da hortaliça de que se exhalam emanções appetitosas de cuentro e de pimpinella, no tic tic do passo miudo e zeloso dos jumentos saloios ajoujados de bilhas de leite e de ceirões de roupa lavada. A agua das regas rumorejava suavemente por baixo da macia verdura avelludada dos favaes. As cotovias cantavam na espessura das hortas. Pelos portões das quintas, de pateo ajardinado, sahia em calidas baforadas o perfume dos limoeiros. Por cima dos muros pintados de amarello bracejavam sobre os ca-

minhos as hastes dos pecegueiros em flôr. Uma aragem tepida e balsamica cahia do céu azul e envolvia n'um dôce torpor voluptuoso e suave os nervos dos lisboetas que madrugavam voltando de Cintra ou desembarcando na gare de Santa Apolonia.

Foi dominado por essas influências do clima, da paizagem, dos aspectos da natureza, que o sr. Fontes Pereira de Mello deliberou deitar-se abaixo do governo, retirando-se ao diletantismo particular e abandonando aos que iam pela via a burrinha pacata e fiel do poder, que elle cavalgara em cinco annos de choito glorioso através das *diversas provincias da publica administração*.

Somos informados de que s. ex.^a reunindo os seus collegas do ministerio e os seus mais intimos amigos politicos, lhes falara d'est'arte:

Senhores! Achando-me esta manhã á janella do meu quarto, fazendo algumas considerações philosophicas e a barba, deliberei apear-me por algum tempo da azemola do poder.

Vozes de amigos intimos desapontados. — Oh! oh! Não o cremos!... Não o podemos crer!... É um gracejo, um puro gracejo de s. ex.^a! Que a burra do poder venha á presença de s. ex.^a para que s. ex.^a a cavalgue! S. ex.^a não pode assim descer da bur-

ra! Seria altamente impolitico deixar-nos n'este momento com a burra devoluta nos braços! deixar-nos, para assim dizer, com a burra atravessada na garganta! Haja ao menos um pretexto, haja uma razão!

O sr. presidente proseguindo: Quereis uma razão? Eu vol-a dou. Acho-me impossibilitado de proseguir provincias da publica administração além. Á força de meditar nos altos negocios de Estado acaba de me cahir um dente. . .

*Vozes—*Dê o dente para ordem do dia!

*O sr. presidente (tirando o dente da algibeira e collocando-o na discussão)—*Ahi tendes o dente. Abri sobre elle os mais largos e rasgados debates, e julgae-o como vos aprouver. É um queixal. Nada mais accrescento. Sobre este ponto considerações de melindre pessoal me inibem de continuar. Farei apenas sentir aos meus amigos politicos e aos meus collegas do gabinete que nem a camara nem o paiz nem a corôa poderão, segundo penso, exigir da minha fidelidade partidaria que eu sacrifique á investigação dos negocios os dentes que o meu ardente patriotismo me impõe a obrigação de reservar para os inimigos da patria. Tenho dicto. (*Vozes:—*Muito bem! Muito bem!)

O sr. Manuel da Assumpção, havida então vénia

para falar, consta que extendera a dextra, sobre o dente, e proferira com ardor e enthusiasmo as seguintes palavras:

«Meus senhores! Este dente é a pagina mais gloriosa da nossa historia. É effectivamente um queixal, como s. ex.^a muito bem disse na sua phrase tersa, de uma energia e de uma concisão dignas de Tacito. Ha oito dias que os jornaes que nos guerriam lançaram este dente na tela da discussão, procurando fazer acreditar ao paiz e ás nações extrangeiras, por meio de insinuações malevolas, que elle é canino. Mandando o dente para a mesa o sr. presidente acaba de confundir de uma vez para sempre os seus adversarios. Queixal! longa foi a tua carreira gloriosa. Enraizado no queixo de s. ex.^a atravessaste com elle as mais duras provações de uma carreira brilhante. Roeste o pão negro do ostracismo. Atolaste-te na lampreia de ovos das dôces illusões. Mascaste a cabidella dos terriveis enganãos. Depois de cada um d'esses estádios na senda dos progressos materiaes e moraes, s. ex.^a com mão decisiva, palitava-te. Um dia porém, á mesa do orçamento, no grande banquete da civilisação, n'esse campo de batalha onde se travam os combates incruentos do progresso e onde o talher de s. ex.^a por muitas vezes fulgurou desembainhado ao sol das

victorias, tu, depois de uma violenta refrega com umas amendoas torradas de exercicios findos, com uns biscoutos de gerencias anteriores, e com algumas outras verdades duras de tragar, appareceste furado. No dia seguinte s. ex.^a chamava ás armas a reserva e um dentista, e tu, ó dente, recebias como os bravos o baptismo do chumbo. A bala inimiga...

O sr. presidente — Tomo a liberdade de interromper o illustre deputado e meu nobre amigo para lhe fazer notar que o dente não recebeu o baptismo do chumbo sob a forma de bala, mas simplesmente sob a forma de pingo.

O orador — Do mesmo modo então que um fundo de chaleira?

O sr. presidente — Precisamente do mesmo modo.

O orador — Agradeço infinitamente a s. ex.^a a informação que acaba de prestar-me, e, se s. ex.^a m'o permite prosigo, pondo de parte a piada relativa á bala do inimigo...

— Dente! cahiste alfim. A tua queda tem o caracter de um triumpho, pois não cahiste arrancado por uma opposição acintosa e malevola; cahiste porque tinhas os teus dias cheios, e um pouco tambem porque estavas pôdre. Que mais queres, ó dente? que mais desejas? que mais ambicionas?

O sr. presidente — Peço perdão para ainda uma vez interromper o illustre deputado, rogandó lhe que

não tome por incivil o silencio do dente ás suas interrogações. O dente é hoje a primeira vez que apparece em publico separado dos seus companheiros, e deve se ter em conta o justo acanhamento que a sua nova situação lhe infunde. Eu acho me porém habilitado para satisfazer a curiosidade do illustre deputado em quanto ás ambições do dente logo que s. ex.^a o exija.

O orador — Como deputado da maioria tenho a declarar ao sr. presidente que nunca dirijo ao governo, nem no seu conjuncto nem separadamente a nenhum dos seus queixaes, pergunta alguma para que deseje resposta. As minhas interrogações são puramente rhetoricas. O silencio com que fui escutado pelo dente não sómente me não escandalisa mas antes pelo contrario me penhora como um testemunho de benevolencia a que não ousava aspirar. Concluindo, tenho a honra de propôr que, depois de embrulhado respeitosaemte em um papel, o dente seja levado ás plantas do poder moderador, para que sua majestade haja por bem resolver como lhe aprouver esta passageira crise. Faço votos por que o sr. presidente do conselho se apresse em pôr ao serviço da nação um novo dente.

Approvada unanimemente a eloquente proposta do sr. Assumpção, o sr. presidente do conselho re-

colheu-se a sua casa a tomar bochechos emollientes enquanto o resto do ministerio partia para o Paço a levar ao soberano o dente resignatario.

Constou pelos jornaes que apenas recebera o dente sua majestade se dirigira a casa do sr. presidente do conselho, com o qual teve uma entrevista de duas horas. Estas duas horas foram empregadas pela corôa em procurar reintegrar, pelas suas proprias mãos, o dente cahido da maxilla do illustre estadista.

Diz-se que a corôa, suando em bica, exgottara, para consolidar o dente cahido no seu logar primitivo, todos os meios compativeis com as disposições do codigo fundamental da monarchia. Sua majestade tentara fixar o dente ao chefe do gabinete com obreias, com adhesivo, com lacre, com pez, com gomma arabica, com barbante, com alfinetes e com pregos.

O dente reagiu a todas as reaes instancias: o excelso politico, em cujo queixo inferior elle se firmara durante cinco annos de gerencia governativa não queria mais a confiança da corôa, queria unicamente cozimento de malvas.

O monarcha lavrou então o decreto mandando o seu antigo ministerio bochechar, e encarregou o sr. marquez de Avila e Bolama de reunir com os seus amigos o numero de dentes necessarios para formar uma gerencia duradoura e firme.

D'este encargo se desempenhou o sr. marquez com o zêlo que o caracteriza, e o actual ministerio nasceu.

Maio 1877.

VII

As camaras abriram-se.

Os srs. deputados ruraes, tostados pelo sol dos comicios bucolicos, cheirando ao feno dos campos, ás teias de linho do bragal e ás maçãs camoezas, rijos de musculo pelas simples e solidas dietas reconstituintes, compenetrados de lombo de porco e de castanhas assadas, chegaram das suas circumscripções, com os patrios alforges pejados de requerimentos e de memoriaes. Morderam ávidos e peccaminosos o fructo prohibido dos edens da Baixa, cortaram o cabelo, mandaram fazer camisas, compraram o chapéo da moda e abriram as suas assignaturas em S. Carlos e no Gremio.

Pobres moços simples e honestos, estaes engulidos por esta Babylonia burgueza e barata! O vosso destino agora é serdes digeridos. Acabou-se a iniciativa e a liberdade dos vossos actos individuaes:

as vossas frias madrugadas no monte á caça das perdizes, a vossa intriga eleitoral com a junta de parochia, com o administrador e com o brasileiro, ao domingo, depois da missa conventual, sob as nogueiras do adro; as vossas leituras predilectas, os vossos livros, o vosso quarto, a canna de pesca e o vosso arroz de familia!

Agora pertenceis ao grande ventre da Capital. Impellidos pela acção digestiva da civilisação lisbonense ides percorrer fatalmente, successivamente, ininterrompidamente, todas as roscas de um systema intestinal, como se fósseis um verme parasita. Até que a diligencia da vossa aldeia despeje outra vez no ponto de que sahistes aquelle que durante algum tempo foi um politico, um legislador e um estadista.

Vossas mães não vos reconhecerão, a tal ponto ireis magros, defecados e anemicos! Levareis uma dispepsia contrahida nos jantares de mesa redonda e nas ceias do Matta; levareis o vicio do cognac e do tabaco de fumo! levareis o *Diario das Camaras* com a prosa do sr. Barros e Cunha e do sr. Barros e Sá; levareis as cartas de namoro de uma menina hysterica, leitora dos versos do sr. Thomaz Ribeiro e do sr. Eduardo Vidal; levareis algumas contas de credores, alguns frascos de perfumaria, uma garrafa de xarope Lafecteur, uma caixa de Revalenta

Arabica, menos dinheiro, menos cabelo, menos sangue, mais corrupção, mais esterilidade de idéas, mais rebaixamento moral, e, envolvendo tudo isso, uma tristeza ôca, uma vaga saudade imbecil, um tédio nojento.

Terá a esse tempo acabado o sr. Fontes, que vos inventou. O novo ministerio nem sequer saberá que vós existis. O brasileiro, o administrador do concelho, o regedor da freguezia desprezar-vos-hão. Então reconhecereis, tarde de mais para que vos aproveite a licção, que perdestes a faculdade do estudo, os habitos recolhidos e perseverantes do trabalho; que a politica portugueza é uma intriga baixa, deprimente dos altos estimulos e das nobres ambições; que laços liliputianos vos amarraram á velha atafona constitucional; que tendes para todo o sempre o vosso pé atado ao enorme trambolho a que está chumbado o vosso partido; que sobre uma aza do vosso espirito se sentou o sr. Carrilho, que sobre a outra aza se sentou o sr. marquez de Avila, e que suspenso do vosso pescoço pende para o chão com todo o peso do seu appellido o sr. conselheiro Arrobas.

Para inaugurar a nova legislatura veiu do paço da Ajuda o soberano, em coche de gala, precedido dos seus archeiros, com os reaes pés constitucionalmen-

te apertados no polimento novo das suas botas de generalissimo.

«Dignos pares e senhores deputados da nação portugueza! Mais uma vez calcei as minhas botas altas e abotoei o meu grande uniforme para vir dizer-vos que continua a estar lá em casa o throno dos meus antepassados. Apraz-me fazer sciente ao paiz e ao mundo que esse inviolavel penhor da paz internacional e da prosperidade publica ainda hontem foi convenientemente espanado pelos officiaes e gentis-homens da minha real casa, e sobre o dicto penhor me sentei eu hoje a lêr as folhas e a digerir uma taça de chocolate e duas boas brioches, com que ao erguer da cama castiguei o meu real corpo, inspirado pelo appetite que á divina Providencia aprouve conceder-me. Em quanto ao governo, ahi está essa bemdita papeleta, que é a carta da qual espero que os dignos pares e srs. deputados da nação continuem como até aqui a extrahir o numero de pilherias sufficientes para divertir o povo. Com isto não enfado mais, e passo a fazer aquillo que por vós outros está talvez já feito ha muito: venho a dizer—que me safo. Dignos pares e senhores deputados da nação portugueza, está aberta a galhofa.»

«Senhor! A camara ouviu com profunda sensação

e illimitado jubilo o discurso que a corôa se dignou de lhe dirigir. A corôa pode, quando quizer, ir para casa descalçar-se, despir-se, pôr-se á fresca, e continuar a lêr as folhas sentada no penhor da paz internacional e das publicas liberdades. Praza á divina Providencia continuar a manter illeso o augusto appetite da corôa para as suas brioches matinaes e bem assim para o não somenos bife com batatas e para o mais que é preciso para a vida correlativa dos seres. Em quanto ao governo a camara espera continuar a haurir da lettra da carta e do respectivo acto adicional as facecias necessarias para manter o espirito publico no mais subido grau de satisfação e de alacridade. Deus guarde a preciosa vida de vossa majestade por longos e dilatados annos.»

Aberto o parlamento, a attitude da camara electiva tem sido particularmente comica. A opposição deliberou unanimemente guardar um silencio imperturbavel e solemne, — como o dos peixes. A divisa de guerra inscripta na sua bandeira é esta: *Moita... e Peixismo!* programma terrivel e perfido que o governo não pode debellar, nem mesmo arrojando á opposição o deputado da maioria mais feito para esta crise — *Moita... e Vasconcellos!*

Que é que se ha de fazer n'este singular congresso convertido pela opposição de parlamento em pis-

cina? Oh! nova e insondavel angustia nos annaes do parlamentarismo nacional!

O sr. presidente senta-se, com os seus secretarios um de cada lado. A camara está nos seus postos, cheia de compostura e de gravidade, com as barbas feitas. Os tachygraphos têm aparado as suas penas mais velozes, têm-as molhado na sua tinta mais corredia, e, de punho suspenso sobre a pagina, com a manga de alpaca enfiada no braço, o collete desabotoado, o corpo curvo, esperam ávidos e diligentes. O sr. presidente toca a campainha e diz: — *Está aberta a sessão.* O sr. presidente assôa-se, tosse, procura nas algibeiras, consulta os srs. secretarios em voz baixa. Na mesa trocam-se palavras imperceptiveis. Os srs. secretarios procuram tambem nas algibeiras. Um d'elles tira uma carteira, o outro tira o relógio, o sr. presidente tira um lenço branco, que colloca sobre a mesa pondo-lhe em cima o antebraço. O sr. presidente enchuga os beiços ao lenço branco e torna a collocar-o sobre a mesa ao lado de um lapis. Alguns srs. deputados batem nas tampas das carteiras com os nós dos dedos e fazem gestos expressivos aos srs. continuos que apparecem. Os srs. deputados extendem a mão aberta parallelamente com o nariz e movem-a repetidamente, mettendo para dentro da bôcca a ponta do dedo pollegar: os srs. continuos percebem esta mimica e voltam tra-

zendo copos de agua. O sr. presidente, vendo este movimento, cruza os braços no peito, recosta a cabeça para traz, e espera. Os srs. deputados que beberam agua trocam uns com os outros palavras que se não ouvem na mesa dos tachygraphos e deitam as linguas de fora. (Silencio). Os srs. deputados que beberam agua e deitaram as linguas de fora tornam a metter as linguas para dentro. (Outro silencio.)

O sr. presidente: Está em discussão o paragrapho n.º 6 do projecto de lei n.º 8. (Silencio profundo).

O sr. presidente percorre com os olhos a assembléa, tendo o braço erguido no ar e um lapis em punho. No meio do silencio geral ouve-se nos bancos da direita um rugido intestinal.

Uma voz debaixo dos bancos da esquerda: — A maioria rugiu!

Uma voz debaixo dos bancos da direita: — Fora faccioso!

A primeira voz: — Peço ao sr. presidente que me dê o rugido para uma explicação pessoal.

Muitas vozes: — Peço o rugido! peço o rugido!

O sr. presidente tocando a campainha:—Ordem, senhores! ordem! Eu não posso dar o rugido a todos ao mesmo tempo. Inscrevam-se, inscrevam-se! (Pausa). Tem o rugido o digno deputado sr. Barros and Cunha.

O sr. Barros and Cunha (com amarga ironia e

uma grande calva) Sr. presidente, eu não rujo senão em inglez, no rugido de lord Byron e de John Stuart Mill. (Com uma grande sobreexcitação de amargura e de ironia). Se eu rugisse, o governo não me comprehenderia sem consultar os dictionarios! Sr. presidente, (cada vez mais amargo e mais calvo) eu desisto do rugido.

O sr. presidente: — Continua a estar em discussão o paragrapho n.º 6 do projecto de lei n.º 8.

O deputado sr. Rocha Peixoto, cheio de barba e de ardor: — A rugidos... Digo: a votos! a votos!

O deputado sr. Tanas Lyrico — (Apoiado!)

O sr. presidente: — Está approvedo o paragrapho n.º 6 do projecto de lei n.º 8. Como deu a hora, está levantada a sessão. A ordem do dia para amanhã é a discussão do paragrapho n.º 7 do dicto projecto n.º 8.

E está-se n'isto ha dois mezes! A opposição abstem-se de discutir. A maioria pela sua parte não pode discutir sósinha, porque, se ella discute, separa-se; desde que ella se separe, a opposição apoia um dos grupos divergentes e o governo recebe um cheque.

Todas as probabilidades são de que se ficará assim até o fim da legislatura.

Os jovens deputados ruraes estão plethoricos de

eloquencia. Elles vinham cheios de imagens, de narizes de cêra cuidadosamente trabalhados, de tropos, de repentes, de dictos, de réplicas, de jocosidades, de apostrophes, de vehemencias. Estas cousas todas represadas no cerebro dão-lhes vertigens; têm-lhes rebentado espinhas carnaes e furunculos; sentem rugidos cavos e profundos nos ventres; e, á força de não poderem pedir a palavra, ha alguns que principiam a pedir magnesia.

Lembrava-nos uma coisa: Visto os srs. deputados haverem decidido não ser politicos, fazerem como os jornaes: tornarem-se noticiosos, litterarios, amenos, de recreio e de annuncios.

Em que se prejudicaria a opposição se o sr. presidente dissesse:

— Tem a palavra o deputado sr. Luiz de Campos para nos dizer em oitava rima de como Dolores, a andaluza, morreu de amores em Cordova por Pepito, o toureiro?

Porque é que o deputado sr. Pinheiro Chagas não diz assim:

— Sr. presidente, Capitulo quarto: O mysterioso guerreiro acabava de sentar-se junto da cruz de granito; em sua mente tumultuavam pensamentos de

guerra e de amor; elle tinha deposto a lança; alli por acaso, no meio d'aquella solidão, achava-se um bandolim... etc?

Porque se não nomeia uma commissão de noticias?

O sr. deputado relator da commissão de noticias:

— Sr. presidente! Fez hontem annos v. ex.^a Os nossos parabens a v. ex.^a.

— Desde que começou a sessão até á hora a que proferimos estas palavras tem tomado meio arratel de rapé o nosso collega sr. Namorado.

— Antes de hontem, na *soirée* da presidencia, o deputado sr. Thomaz Ribeiro recitou um inspirado discurso sobre administração colonial, ao piano. S. ex.^a foi *bisado*.

— Nasceu uma cousa no cerebro ao nosso illustre amigo o sr. Melicio. Desejamos o prompto allivio de s. ex.^a... Etc.

Porque não ha de haver tambem uma commissão de annuncios?

O sr. deputado relator da commissão de annuncios:— Sr. presidente! refiro-me á bem conhecida dôce *Revalescière Du Barry*. Alli está um que a não quer tomar (*apontando para o sr. Anselmo Braamcamp*). Alli está outro que se tem regalado com ella (*apontando para o sr. Antonio Rodrigues Sampaio*).

Sr. presidente, nada mais tenho que acrescentar: v. ex.^a, a camara e o paiz decidirão.

— O illustre deputado e inspirado tribuno sr. Franco de Belem continua a ter á venda na sua pharmacia o terrivel xarope James, que s. ex.^a descobriu com o intuito de ser agradavel ás pessoas gulosas de peçonha que não têm meios para se fazem morder pela cobra cascavel.

— Sr. presidente, amanhã abre-se no *Retiro dos Pacatos* um novo casco do bello torreano; segundo a politica rasgadamente progressista da grande maioria d'esta camara, o povo, sr. presidente, pode e deve beber mais; áleria pois, patriotas!

— Tribuna da presidencia, rosa branca no chapéo. Aquelle que na sessão passada vos fez ôlho emquanto esteve discursando ama-vos.

— Amanhã anda a roda.

Sem as modificações indicadas, — no estado actual das cousas, — não sendo permittido senão discutir, e não havendo cousa que se discuta, os senhores deputados que tinham feitos os seus discursos e que necessitam de os collocar, inventam oportunidades engenhosas, por meio de expedientes semelhantes ao d'aquelle sujeito que se achava no seu estado interessante de uma anecdota ácêrca dos costumes americanos. — «Perdão! exclamava elle repentinamente,

não ouviram agora mesmo cantar um perú?» — Ninguém tinha ouvido — «Ah! não ouviram? Pois bem; por este perú, que ninguém ouviu, me lembra uma bem interessante anecdota... Viajava eu n'elle, — no Perú — quando um bello dia, seriam cêrca das sete horas da manhã»... E assim dava o ser á narrativa.

Foi exactamente o que succedeu, por exemplo, ao joven deputado sr. Manuel da Assumpção. O que logicamente elle devia fazer era — ficar calado. Ninguém tinha ouvido cantar o perú. Todas as razões determinavam o silencio. Pois bem: seja a proposito d'isso mesmo! seja sobre a propria necessidade de ficar silencioso! E s. ex.^a começou assim:

— «Desejava permanecer largo espaço ainda em silencio.»

E em seguida para cohonestar de certo modo o uso da fala:

— «Pareceu-me porém que n'esta occasião me competia...»

Aqui o terreno era resvaladio. O orador não pode esconder de si mesmo que o que verdadeiramente lhe parecia n'essa occasião era calar-se; e por isso accrescenta:

— «Mudei porém de tenção já depois de ter perdido a palavra; não desejo desviar a questão para mais largos debates!»

Vê-se pois, logo do exordio, que o discurso do sr. Assumpção se divide em tres partes.

Primeira parte : De como o orador resolve permanecer largo espaço em silencio.

Segunda parte : De como crueis duvidas assaltam o espirito do orador, e lhe quer vagamente parecer, que lhe convirá talvez — quem sabe ! — quebrar por um momento o silencio a que se refere a parte primeira.

Terceira parte e ultima : De como o orador resolve em derradeira analyse remetter-se ao silencio trazido á collecção na parte primeira.

O sr. Manuel da Assumpção é geralmente tido, no momento presente, pelo mais notavel orador da geração moderna. Todos os periodicos, tanto do ministerio como da opposição, são concordes em lhe tacer os maiores elogios. Diz-se que s. ex.^a está destinado a preencher na tribuna portugueza o lugar vago desde a morte de José Estevão. A critica nada mais tem que accrescentar aos elogios feitos : *estyllo imaginoso e florido, voz clara, potente e sonora, presença a mais agradavel, gesto sobrio*, inteiramente commedido, segundo os principios da arte expostos pelo sr. padre Cardoso no seu compendio de eloquencia, n'aquella parte em que o mesmo sr. padre textualmente diz : *Não se eleve a mão acima dos olhos nem desça abaixo do peito. Parta o meneio do*

lado esquerdo para o direito, terminando este como quem repousa e não de golpe. A mão esquerda nunca gesticule só, amolde-se á direita.

O sr. Assumpção é pois a voz mais auctorizada da camara. As suas palavras devem considerar-se como a expressão mais genuina das idéas, dos principios e das aspirações da geração que s. ex.^a representa. É n'este ponto de vista que julgamos do nosso imprescriptivel dever passar a meditar alguns pontos do discurso por tantos titulos notavel de s. ex.^a

Comecemos por attentar na delimitação dos campos. Vejamos qual o ponto mais culminante, o principio mais geral, em que se baseiam as divergencias de s. ex.^a perante a doutrina dos seus adversarios.

S. ex.^a principia por declarar *que é homem novo, que não tem conhecimento dos negocios publicos, que ignora as necessidades da nação.*

Portanto solicita *dos veteranos nas lides politicas* que o guiem, afim de poder com os seus companheiros *chegar a salvo atravez das tempestades e dos escolhos d'este oceano revólto ao formosissimo porto, em demanda do qual ha tanto tempo navegamos.* (Apoiados).

Depois do que, s. ex.^a immediatamente accrescenta: *Pois que? Não somos todos aqui obreiros do progresso e defensores da justiça?* (Apoiados).

(N'este ponto — digamol-o em parentese — não comprehendemos bem os apoiados da camara. Se a camara apoia o principio de que *somos todos navegantes em demanda do porto formosissimo*, como é que ella apoia egualmente que *somos ao mesmo tempo obreiros do progresso e defensores da justiça?*) O orador affirmava uma cousa e perguntava outra. Affirmava que andavamos no mar a navegar entre cachopos, e perguntava se não estavamos em S. Bento a trabalhar no templo do progresso e da justiça. Ora se a camara approvou que eramos effectivamente navegantes, logo que o orador perguntou se eramos obreiros o que a camara devia reponder-lhe era: *Não! não! somos navegantes*. Porque, — concedido que a camara se considere tanto phoca quanto expressão do suffragio popular, concedido que o sr. Assumpção seja tão eloquente quão amphibio, — nem o sr. Assumpção nem a camara podem ter a pretensão de se acharem — ao mesmo tempo — na terra a obrar no progresso e nas aguas entre escolhos a demandar o porto formosissimo.

Todavia para que o sr. Assumpção — desconhecedor dos negocios, ignorante das necessidades da nação, bacharel formado em direito e homem novo — acceite, como s. ex.^a vinha acima dizendo, os conselhos, a licção e os exemplos dos *veteranos*, é preciso saber-se uma cousa... E aqui é que bate o pon₃₉

to, aqui é que se vão conhecer os homens. . . É preciso saber-se em que corações é que *com mais vehemencia pulsa pela patria o mais santo e puro amor*.

É pela vehemencia da pulsação que o joven tribuno discrimina as opiniões e os principios. Importa-lhe pouco se o que cada um tem no cerebro é o amollecimento ou a idéa ; o que o interessa é o estado do coração ; o seu criterio politico é especialmente cardiaco.

Pela parte d'elle orador, ah ! como o seu coração pulsa ! ah ! como elle orador ama !

«Não, exclama ; vós não tendes pela patria, berço formosissimo de todos nós, affecto mais requintado do que este meu. Desde que creancinha balbuciei as primeiras palavras, afiz-me a querer-lhe com taes extremos que não concedo nem admitto possam ser excedidos. E, se trato de observar o que se está passando, observo quanto differente é o meu e o vosso amor. Eu, quando vejo a patria em lagrimas, choro com ella porque padeço das suas maguas, soffro do seu soffrer ; quando a contemplo em alegrias referve-me no peito um affecto tão puro e tão violento que só desejava exaltar-me com ella e levantar-me acima do espaço para ir prostrar-me junto do throno de Deus e bemdizel-o pelos beneficios que lhe concede.» (*Vozes*: Muito bem !)

Notavel quadro da infancia extraordinaria do illustre patriota!

Estamol-o vendo d'aqui nos braços da sua ama, dando á patria os vagidos d'aquelle primeiro enthusiasmo rôxo e convulso, resultado de um tremendo amor ou de uma tremenda colica, predestinação para chegar ao heroismo ou para tomar ruibarbo! Estamol-o vendo nos seus annos tenros, desmamado e profundo, luctando simultaneamente com os primeiros dentes, com as lombrigas, com o uza-gre e com as apprehensões de uma invasão estrangeira no solo nacional. Estamol-o vendo menino, pasto de vermes e de enthusiasmo patriotico, gritando pelos hymnos da philarmonica *Primeiro de Dezembro* e pelas pastilhas de Santonino!

O que não percebemos com egual nitidez é a differença que s. ex.^a, depois de crescido, encontra entre o seu amor da patria e o amor da patria dos seus adversarios politicos. Parece, segundo s. ex.^a, que a patria pode estar a chorar quando nós andamos a rir-nos, ou que pode rir quando nós nos achamos a chorar. Se a patria pode achar-se em desacôrdo com as nossas alegrias ou com as nossas penas, isto é, se a patria não somos nós mesmos, que entidade metaphysica é então a patria a que o sr. Assumpção se refere? Se a patria é a unidade geographica dos nossos interesses, dos nossos votos, dos

nossos sentimentos, e se, como o sr. Assumpção assevera, nós estamos ligados por uma tão estreita solidariedade de principios, que rimos ou choramos oppostamente perante a mesma causa commum, uns para um lado, outros para o outro, qual d'essas fracções em que nos dividimos se deve considerar a patria para os effeitos da nossa adhesão e do nosso affecto?

Que o sr. Assumpção nol-o diga! Nós queremos, como s. ex.^a, ir á estação d'esse entroncamento ideal, queremos, como s. ex.^a, metter a nossa cabeça pelo *guichet*, e como s. ex.^a, queremos gritar lá para dentro: — *Expresso de recreio e de patriotismo para cima do espaço! Bilhete de ida e volta para o throno de Deus!*

E d'esse dia em deante o sr. Assumpção não deixará mais de registrar no tomo das suas impressões de viagem ao Altissimo, ao lado da sua bagagem oratoria, a nossa modesta chapelleira!

A idéa que o illustre orador tem do povo não é menos extraordinaria que a que s. ex.^a forma da patria. Segundo o sr. Assumpção, o povo não são as *multidões anonymas que pediam em Jerusalem a crucificação de Jesus, nem as turbas fanaticas que seguiam o cavallo branco de Napoleão no dia seguinte ao do fuçilamento do duque de Enghien, nem os*

assassinios do arcebispo de Paris, nem os entusiastas de Rochefort.

Não, diz o sr. Assumpção que não foi o povo que fez isso! Foi talvez a nobreza. Foi uma commissão de viscondes que applaudiu os philosophos do Areopago, foi uma cavallariça de duques que relinchou atraz do cavallo de Napoleão, foi o clero que fuzilou o arcebispo de Paris e que mandou accender pelos cabidos e pelas collegiadas os enthusiasmos a que deu origem o espirito de Rochefort!

O povo, pelo que diz o sr. Assumpção, é o aldeão que não sabe lêr nem se importa com o manejo dos negocios publicos; apparece-lhe o homem engratado da sua freguezia, e diz-lhe: «Vae assignar aqui o seu nome.» «Para que?» pergunta o singelo aldeão. «Para não pagar tributos» responde-lhe o outro; e elle consente em tudo na fé do figurão lá da terra. É este o modo por que geralmente se fazem as representações.

Os deputados sabiamos nós que eram os figurões de Lisboa que os mandavam fazer nas aldeias; as representações diz-nos o sr. Assumpção que são os figurões das aldeias que as mandam para Lisboa; de sorte que, perante os poderes publicos, vêmos o povo n'esta curiosa condição: nem representa nem elege quem o represente!

Não ha mais invejavel felicidade. O povo está al-
40

liviado de tudo, absolutamente de tudo. Os poderes publicos encarregam-se por si mesmos de todos os serviços adjudicados ao povo, excepto unicamente de um, — que é pagar os tributos.

Com tal patria e com tal povo é realmente impossível que não haja uma satisfação geral, e muito bem diz o sr. Assumpção quando entre os unanimes applausos do parlamento s. ex.^a exclama :

«Descontentamento, se o ha, está em plano tão inferior que não alcanço vê-lo com os meus olhos!»

Pela nossa parte o unico desgosto que receamos no meio d'esta grande alegria é que o povo venha a aprender a lêr e a escrever. Porque logo que elle saiba escrever o que sente e tenha lido o que se está passando, é muito natural que quando os poderes publicos lhe mandarem a lei de meios, elle responda na sua grossa letra bastarda uma *carta*, — que será então verdadeiramente a reforma da *outra* — e que dirá o seguinte :

Senhores poderes publicos. — Cá recebi as vossas leis e os vossos discursos, e uma e outra cousa li pela primeira vez em minha vida. Eis a minha resposta, tirada da minha cabeça e escripta pela minha propria mão : Ide para o diabo que vos leve a todos! D'este vosso mandatario que nada mais vos manda—*Povo*.

Fevereiro 1875.

VIII

Se o publico n'este momento não tem mais nada que fazer — e se tem que o diga! — chamamos a sua attenção e o seu microscopio para a infinita pequenez d'esta engraçada coisinha: — *O systema que felizmente no rege.*

O publico imagina talvez que o governo é exercido por um rei constitucional com um ministerio e duas camaras, segundo as decisões da maioria do parlamento eleito pelo povo. O publico está perfeitamente enganado.

O que effectivamente ha, com relação ao governo, é o seguinte:

Como os partidos militantes, que aspiram ao poder ou que o exercem, são tres em cada legislatura, os votos da camara acham-se por tal modo fraccionados, que nenhum dos referidos partidos pode ter jámais a maioria absoluta.

Como por outro lado esses tres partidos abraçam todos os mesmos principios e as mesmas idéas, nasce

naturalmente em cada sessão legislativa um quarto partido que desempata a questão pessoal de se saber qual dos tres partidos em lucta deve trazer atraz de si os srs. correios de secretaria com as respectivas pastas.

Um cavalheiro, tendo á sua disposição quinze votos conformes, decide da direcção que deve tomar em cada manhã o trote dos ginetes dos srs. correios.

Os vinte votos eclecticos, fluctuantes, de que esse cavalheiro dispõe, postos já para a direita, já para a esquerda da camara, determinam a sorte dos ministerios e das opposições e decidem em derradeira instancia dos destinos publicos.

Façam idéa que o chefe do partido desempatante é na camara dos deputados o sr. conselheiro Arrobas.

Supponham a camara constituida, com o seu presidente e os seus secretarios; o ministerio defronte; os tres partidos militantes collocados nos seus logares, com a palavra pedida, as cabeças cheias de opposição e de caspa, o ôlho ávido, a mão ganchosa levantada para o poder, o copo de agua ao lado.

Em tal camara o governo — qualquer que elle seja — está em crise. É preciso que o quarto partido desempate.

Então uma porta abre-se, e o sr. conselheiro Arro-

bas apparece. Anciedade geral! commoção profunda! Uma palavra, um gesto, um sorriso de s. ex.^a vae decidir a situação. S. ex.^a adeanta se imperscrutavel e solemne; as suas botas rangem; a camara palpita. Cada um dos tres partidos procura captivar, seduzir, chamar a si o grande homem que passa. Sorriem-lhe, piscam-lhe o olho, accenam-lhe, mostram-se-lhe pastilhas, abrem-se-lhe caixas de rapé. Elle, imperturbavel, prosegue até ás cadeiras do partido governamental. A opposição conserva porém uma derradeira esperança: que elle se não sente, que elle reconsidere, que elle volte! S. ex.^a então pára. S. ex.^a pousa o chapéo. — O' céos! se irá sentar-se! Se não irá sentar-se! — A parte posterior do corpo de s. ex.^a parece fazer um movimento descendente. S. ex.^a apartou as abas da sua sobrecasaca, mettendo uma debaixo de cada braço. . . O corpo de s. ex.^a parece obedecer á acção do grande pêso de seu appellido, que repentinamente lhe descae pela columna vertebral desde a nuca até o osso sacro! Evidentemente s. ex.^a não pode com esse pêso! s. ex.^a agacha-se! os joelhos de s. ex.^a dobram! as suas calças estesilham e sobem! os canos das botas de s. ex.^a começam a apparecer, e são côr de café! Finalmente o sr. conselheiro está sentado. O sr. conselheiro sentou-se ao lado do governo. A situação está salva.

Se s. ex.^a se houvesse sentado ao lado opposto, o ministerio erguer-se-hia dos seus logares e iria ao paço levar a sua demissão a el-rei, em quanto o sr. Arrobas apontaria, com o seu dedo soberano, com o seu fura-bolos majestatico as pessoas por s. ex.^a destinadas a formar o novo gabinete.

De modo que o *systema que felizmente nos rege* não é em resumo outra cousa mais do que o sr. conselheiro Arrobas. A corôa é o sr. conselheiro Arrobas. A carta é o sr. conselheiro Arrobas. O parlamento é o sr. conselheiro Arrobas.

O discurso da corôa ultimamente proferido por el-rei no dia da abertura das camaras e publicado em seguida no *Diario do Governo*, se fôsse a legitima expressão do estado das instituições politicas em Portugal o que logicamente deveria conter era o seguinte:

«Digno conselheiro e sr. Arrobas da nação portugueza! Com o mais ineffavel jubilo me acho ainda uma vez no vosso seio, ao qual espero que continuareis, como até aqui, a amamentar os santos e tenros principios da ordem e do progresso.

«Ponho nas vossas mãos, digno conselheiro e sr. Arrobas da nação portugueza, a noticia das occur-

rencias mais importantes que se deram enquanto vós abandonastes a publica governação para irdes para Cascaes tomar os vossos banhos de mar.

«Continuam inalteraveis as nossas relações de amizade com as potencias estrangeiras.

«Dei uma commenda ao sultão de Zanzibar e emprestei uma das minhas tipoias ao presidente da republica do Transwal. O sultão accitou a commenda. O presidente não quiz a tipoia e preferiu ao meu real gado as pilecas do cocheiro João Russo, pela razão de que a minha parelha, destinada a captivar o eterno reconhecimento da Africa Austral, tinha um aguamento que lhe não permittia percorrer as ruas de Lisboa senão n'uma padiola. O referido presidente celebrou com o meu ministro dos negocios estrangeiros um tratado de que resultarão enormes vantagens para a provincia de Moçambique, pondo por unica condição que eu lhe não offerecesse mais tipoias da minha real casa, e o cumulasse com a fineza especialissima de o deixar andar pelo meu reino em trens de praça ou simplesmente pelo seu pé. Assim lh'o concedi, com bola de mão, já se vê, para que os effeitos d'esta minha régia munificencia assegurem de uma vez para sempre a prosperidade de Moçambique.

«O meu litigio com a rainha de Inglaterra ácêrca da posse de alguns territorios da bahia de Lourenço

Marques foi resolvido pela arbitragem do marechal Mac-Mahon de um modo tão favoravel para mim que me parece assaz conveniente que sobre este ponto o digno conselheiro e sr. Arrobas da nação portugueza se permita uma ligeira manifestação de jubilo, discretamente produzida de sorte que lisonjeie o juiz e sendo possivel lisonjeie tambem a parte contraria, porque o digno conselheiro e sr. Arrobas da nação portugueza deve comprehender que é bom estar de bem — como lá diz o outro — até com o carrasco!

«Apraz-me summamente annunciar-vos que 50 kilometros de caminho de ferro do Minho foram abertos á circulação. Estes 50 kilometros estavam votados ha oito annos, o que quer dizer que durante esse tempo temos feito: por anno 6 kilometros e meio, por dia 17 metros e 45 centimetros, por hora 76 centimetros de caminho de ferro do Minho. Cabe-me considerar que este enorme trabalho do paiz inteiro poderia uma unica familia de operarios desembaraçados tel-o feito com uma perna ás costas no mesmo espaço de tempo. Não posso deixar de considerar tambem que se o anno findo houvesse sido bissexto como aquelle em que entramos, o paiz poderia hoje contar mais 18 metros de viação accelerada. Não aprouve porem á divina Providencia que assim succedesse! o anno decorrido, digno conselhei-

ro e sr. Arrobas da nação portugueza, não foi bissexto.

«A viação publica deu pretexto para alegres viagens e bons comes-e-bebes, nos quaes não tomei parte, porque, á semelhança do rei Bobeche — esse immortal symbolo das monarchias modernas — todos me accusam do que se gasta, e ninguem me convida para o que se come. Seja pelas almas do purgatorio.

«A reforma administrativa, a da instrucção primaria, a do codigo do processo civil continuam no estado de projecto.

«E n'esse estado tão interessante quanto inoffensivo espero que continuem a ficar, graças ao summo zêlo, infatigavel actividade e inexcedivel prudencia de que tão exuberantes e reiteradas provas me haveis dado.

«Espero, digno conselheiro e sr. Arrobas da nação portugueza, que a todos estes assumptos, de tão vital importancia, deis todo o pêso que o vosso apellido comporta, e bem assim que lhes presteis a esclarecida attenção que todos devemos esperar do character tão sisudo que nos apresentam as vossas notaveis botas de canos côr de café.

«Está aberto o sr. conselheiro Arrobas.»

A resposta da camara ao discurso da corôa, ⁴⁴deveria ser a seguinte:

«Senhor!

«É com uma satisfação illimitada que a camara constata que Vossa Majestade, fiel ás praxes constitucionaes, á carta fundamental da monarchia e ao respectivo acto adicional, continua a ser habitado pelo sr. conselheiro Arrobas.

«Falou Vossa Majestade e da sua augusta bôcca sahiu para o seio da representaçã o sr. conselheiro Arrobas.

«A representaçã nacional tem a honra de introduzir outra vez em Vossa Majestade o referido sr. conselheiro, a cujo appellido esta camara vae metter patrioticamente os hombros, procurando com unhas e dentes eleva-lo á maior altura a que podem aspirar as forças do progresso.

«Deus guarde e conserve por longos e felizes annos o precioso sr. conselheiro Arrobas de Vossa Majestade, como todos havemos mistér.»

Uma cousa que não comprehendemos é o acinte de todos os srs. ministros portuguezes em não pôrem nunca senão a banalidade na bôcca de el-rei. Sempre que os srs. ministros fazem falar o chefe do Estado, sua majestade expressa-se como José Prudhomme. A prerogativa da corôa que suas excellencias os ministros mais se empenham em manter é a que assegura ao monarcha a soberania rhetorica da

bagatela, a pompa palavrosa da insignificancia, a emphase da nullidade.

Ha pouco tempo ainda, por occasião da viagem de suas magestades ás provincias, vimos os innumeraes discursos trocados entre el-rei e as differentes municipalidades que o receberam em solemnidade. Proferiram-se discursos que encheriam volumes, e em toda essa massa enorme de prosa official não ha a revelação de um só principio, de uma unica opinião sensata e util, de character pratico.

Sua majestade el-rei é, de cada vez que discursa, a pessoa encarregada pelos seus ministros de levantar do chão a velha banalidade nacional que percorre ha trinta annos a lama da publicidade aos pontapés de todos que passam, de lavar essa banalidade, de a enxugar, de a lustrar e de a expôr ao publico.

Pedimos licença para intercalar aqui, como digressão explicativa da natureza d'este facto oratorio, a historia profundamente philosophica da mais notavel das bengalas do nosso querido amigo o doutor Thomaz de Carvalho.

Esta bengala era de junco pintado de amarello, grossa como um dedo pollegar, tendo em uma das extremidades uma virola de cobre, e na outra um castão em forma de martello, de osso de boi, polido, tendo ao pé do junco um anel toscamente la-

vrado no mesmo osso. Presume-se que esta bengala houvesse sido fabricada, a titulo de ensaio, por um apprendiz de torneiro da rua do Arsenal e que houvesse custado a quantia de um cruzado no momento da sua obscura entrada na circulação publica. Havia-lhe passado por cima a roda de uma caruagem que macerára e desfibrára o junco dando-lhe o aspecto de uma roca.

A singular propriedade occulta d'esta bengala, a que constituia o seu excepcional merecimento, é que ella era insusceptivel de extraviar-se. Nenhum dos successivos donos por cujas mãos ella passara conseguira nunca perdê-la! Fôra em attenção a esta qualidade inapreciavel que o illustre medico Magalhães Coutinho a offerecera um dia, como um testemunho e um symbolo da eternidade da sua estima, ao seu collega Thomaz de Carvalho.

Para experimentar a bengala, dadiva do seu amigo, o erudito professor fez os mais reiterados esforços para a perder: abandonava-a pelas mais desertas escuridões, como a mãe desnaturada abandona o filho revelador do seu crime; deixava-a subrepticiamente pelos cantos mais escusos, nas escadas dos doentes, na sala de espera da Academia, no átrio da Eschola de Medicina, no Gremio, á entrada de S. Carlos. No dia seguinte, um porteiro, um continuo, um creado restituia infallivelmente o objecto aban-

donado. — A bengala de v. ex.^a, senhor conselheiro!
— O seu junco, ex.^{mo} senhor! — Senhor doutor, a roca de v. ex.^a!

Um dia, regressando em carruagem, de uma conferencia medica fora de Lisboa, o doutor Thomaz de Carvalho achou-se finalmente sem a bengala; tinha a verdadeiramente perdido d'essa vez; elle mesmo não sabia onde a deixara ficar. Decorreram dois dias e ninguem restituiu a bengala. O nosso amigo respirou com uma certa independencia feliz, como é proprio do imperfeito coração humano nos primeiros momentos em que se desata de uma intimidade qualquer, por dôce que seja, quando a consideravamos indissolúvel e forçada.

Tres ou quatro dias depois, Thomaz de Carvalho, que a esse tempo exercia ainda a clinica, descia em carruagem descoberta para a baixa de Campolide. De repente, n'uma volta de estrada, ergue casualmente os olhos do jornal que ia lendo, e entrevê um objecto que jazia sobre o macadam; manda parar, apeia-se, adeanta-se, nervoso, sobresaltado, com duvida, com esperanza, quasi com medo; aproxima-se, considera de perto esse objecto, e reconhece a bengala que lhe fôra dada por Magalhães Coutinho.

Ha idéas que são exactamente como a bengala

symbolica do nosso amigo. Não que ellas sejam falsas, subversivas, perigosas. Succede-lhes apenas terem exactamente a historia d'aquella bengala: Custaram barato, têm tido um numero indefinido de possuidores, jazeram por horas, por dias esquecidos, na lama das ruas e das estradas, passaram-lhes por cima as rodas dos trens, as patas dos cavallos, os pés dos caminheiros, estiveram abandonadas ás portas dos theatros, dos gremios, dos clubs, dos estabelecimentos publicos, nos portaes dos predios e nos patamares das escadas particulares. E o seu eterno destino é não se perderem nunca inteiramente, não desaparecerem, não se sumirem de todo. Ha sempre alguém que em cada manhã restitue essas idéas aos individuos que as hão de possuir n'esse dia.

Os sujeitos que governam nunca querem em politica outras idéas senão estas para seu uso. Ninguem lh'as discute, ninguem lh'as contesta, ninguem mesmo lh'as analysa. Ter essas idéas e não ter mais nenhuma é ter achado o segredo da mais imperturbavel paz e da mais inaccessivel serenidade a que pode aspirar a intelligencia.

A idéa governativa passa successivamente das mãos do sr. Fontes para as do sr. Marquez de Avila, para as do sr. Bispo de Vizeu, para as do sr. Anselmo Braamcamp.

— Ah! tens a Idéa, diz cada um dos governos que

sae a cada um dos governos que entra; custou um cruzado, torneou-a um apprendiz, calcaram-a tres gerações, enlamearam-a, sujaram-a moeram-a, des-fibraram-a, está n'isto que se vê! Não te encostes a ella, não te seguraria, porque está rachada no meio como uma roca. Mas, como roca, nota que tambem não fia porque lhe falta dentro uma rodela de cortiça que a arme. Finalmente não presta para nada a Idéa governativa. Mas tem este relevante privilegio: que ninguem a perde, que ninguem a pode perder. Perde-a tu, se és capaz! Ahi a tens pois: faço-te presente d'ella como um symbolo da nossa fidelidade eterna aos poderes constituídos, á monarchia, á carta e á familia real. Quando deixares de ser governo dá-a ao governo que fôr depois de ti. Se ella te cahir deixa-a cahir, que ella por si mesma te reapparecerá. Porque ninguem mais a quer n'este mundo senão nós outros, governo. Esteve tres dias com tres noites extendida ao comprido no meio da estrada, em Campolide, e ninguem lhe pegou!

É essa idéa que os ministros emprestam a el-rei para elle se apresentar em publico sempre que tem de falar aos povos.

Perante a carta e perante as instituições nada mais commodo, nada mais inoffensivo, nada mais prudente, nada mais pacifico! Perante o espirito e

perante a intelligencia nada porém mais desgraçado! nada mais lastimoso!

De sorte que da leitura de todos os discursos da corôa proferidos nos ultimos trinta annos suscita-se naturalmente este alvitre philantropico: abrir uma subscrição nacional para dar uma idéa nova a el-rei.

Por occasião de uma festa inaugural effectuada nos Estados Unidos, o presidente Lincoln encarregado de celebrar a inauguração, informou-se do que lhe cumpria fazer como chefe do Estado na assembléa reunida para tal solemnidade. Tratava-se de içar uma bandeira ao alto de um mastro e de proferir um discurso. Lincoln disse:

«Meus senhores! O acto a que vou proceder dá-me a justa imagem do que vós sois e do que eu sou. Eu não entrancei esta corda, não aplainei este mastro, não teci esta bandeira. Esse trabalho fel-o o povo. Eu sou o braço obscuro que o povo escolheu para pôr em jogo, segundo o seu designio e segundo as suas ordens, os diversos elementos da sua intelligencia e da sua actividade. Agradeço-vos, meus senhores, o permittirdes á minha humildade esta occasião de vos saudar com a veneração e com o respeito que se vos devem.»

Seria talvez uma idéa o propôr a el-rei para a

inauguração das sessões legislativas este modelo americano, segundo o qual sua majestade teria que dizer aos representantes da nação:

«Meus senhores! Chamastes-me para vos içar uma bandeira. Mas não tendes mastro, nem tendes corda, nem tendes bandeira. Para que sou eu o braço escolhido, se vós não sois a actividade empregada? Não vos devo nem veneração nem respeito. Adeus, mandriões!»

Quando o presidente Grant fez a sua ultima viagem nos Estados, em todas as povoações percorridas pelo chefe do poder se trocaram discursos com profusão pasmosa. O presidente porém havia previamente feito estudar em todas as estações competentes as questões que mais interessavam cada uma das localidades que elle ia percorrer. Haviam-se tomado as notas mais minuciosas, o presidente ia acompanhado dos homens mais versados nos pontos de administração, de commercio, de arte ou de industria que importava esclarecer, de tal modo que os discursos proferidos por Grant eram a noticia do grau de solução em que se achava cada um dos problemas affectos ao governo. O chefe do Estado em nome das intelligencias mais altas e mais brilhantes do mundo explicava paternalmente ás povoações mais pequenas e mais humildes: Plantae assim, cul-

tivae d'esta maneira, adoptae tal semente, exgottae tal pantano por este systema... Desbastae tal floresta por um lado e accrescentae por outro, seguindo esta planta... D'aqui para vós outros as seguintes vantagens... etc.

Este seria talvez um modêlo adoptavel para os discursos de sua majestade em viagem pelo seu reino.

No principio esta profunda reforma das praxes consagradas não deixaria de produzir nos espiritos uma grande extranheza.

Imagine-se o momento solemne da chegada de sua majestade a um concelho rural. A municipalidade burlesca, nos seus trajes de gala, como um côro de opera comica, adeanta-se com as suas casacas antidiluvianas e com os seus chapéos prehistoricos. O presidente da camara, pedindo vénia, começa naturalmente por dizer:

«Senhor! Cabe a esta camara municipal a subida honra de vir depositar nos degraus do throno de vossa majestade, tão illustre pelas proezas dos antepassados de vossa majestade como pelas façanhas de vossa majestade mesmo, as chaves d'esta heroica villa...»

Quando os povos boquiabertos imaginam que o presidente da camara endoideceu de repente, ao ouvirem-o falar no degrau do throno quando o rei es-

tá no meio do chão, e nas chaves da villa quando a villa não tem chaves nem portas nem muros, faria um saudavel effeito, que, em vez de sua majestade se mostrar tão mentecapto como o presidente da camara respondendo lhe pelos termos postos: «Recebo as chaves d'esta heroica villa, cujas proezas não menos que as dos meus antepassados, etc.» — sua majestade dissesse simples e abruptamente:

«Meus senhores! Sei que vos deu o pulgão nas laranjeiras. O vosso agronomo do districto assim o communicou ao meu ministro das obras publicas, mandando lhe um ramo de laranjeira com o pulgão respectivo. O meu ministro das obras publicas, ignorando o remedio que lhe competia dar a este mal, remetteu o pulgão ao meu ministro do reino; este encarregou a Academia das Sciencias de estudar essa questão por via dos seus ontomologistas e dos seus chimicos. Aqui vos trago n'este frasco o remedio para o pulgão. Ide tratar da vossa vida e das vossas laranjeiras. Adeus, meus senhores.»

Este novo systema de discursar teria grandes vantagens. Em primeiro logar satisfaria uma *necessidade local*, a extincção do pulgão. Depois ensinaria de um modo pratico, exemplificativo e claro, uma cousa que os povos em geral ignoram, isto é: para que serve um agronomo, para que serve um ministerio das obras publicas, para que serve uma acade-

mia e os povos começariam talvez a amar e a respeitar essas instituições consagradas á sua felicidade, instituições cuja missão phantastica não tem até agora apparecido aos povos senão envôlta nas trevas mais augustas, mais mysteriosas e mais impene-traveis. Além d'isso perante o discurso proferido, os povos começariam a vêr em el-rei, — em vez de um simples objecto de luxo e de rhetorica, inteiramente alheio aos seus destinos, aos seus interesses e ás suas aspirações, — um ente vivo, affectivo e dedicado. E na volta de sua majestade pela aldeia em que o alludido discurso se houvesse feito, é muito natural que os povos lhe dissessem as primeiras palavras sensatas e carinhosas que sua majestade tem ouvido:

«Senhor! Estamos profundamente obrigados e reconhecidos a vossa majestade, que nós em nosso coração consideramos superior a todos os soberanos que o têm precedido, porque os outros illustraram-se nas guerras derramando o nosso sangue, lançando as nossas mulheres na viuvez e os nossos filhos na orfandade, e vossa majestade prefere immortalisar-se modestamente na gratidão das nossas almas, trazendo-nos um obscuro beneficio: o remedio para o pulgão. Aqui tem vossa majestade um gigo das nossas laranjas que lhe offerecemos para vossa majestade as comer alegremente, como um digno ope-

rario que as mereceu, em companhia da sua mulher e dos seus meninos, aos quaes nós mandamos todos os nossos beijos. Passe vossa majestade muito bem e acredite que assim como nós nos achamos com vossa majestade quando o pulgão nos deu no que era nosso, assim vossa majestade se ha de achar connosco quando o pulgão lhe der no que é seu. Cremos que vossa majestade comprehenderá o verso. E cá ficamos ás ordens».

Não esperamos porém que estas modestas indicações alcancem jámais a honra de penetrar o espirito publico d'estes reinos, isto é: do sr. conselheiro Arrobas e ilhas adjacentes.

Janeiro 1874.

IX

Pela primeira vez em nossa vida, e talvez ultima, vamos encontrar-nos n'estas linhas com o sr. Barros e Cunha, deputado da nação e leitor do *Times*.

Entre assignar a famosa folha britannica e dar o seu voto ao sr. Barros e Cunha o Algarve por algum tempo hesitou. Entendeu-se a final que a espe-

cialidade d'aquelle cidadão devia ser aproveitada e s. ex.^a recebeu definitivamente e *ad perpetuum* o competente mandato para lêr o *Times* — por Tavira.

Tavira, aquella britannica Tavira, a loira Tavira, a candida *miss* dos figos de comadre, que todos nós conhecemos, nomeia expressamente o sr. Barros e Cunha para que elle represente por ella no parlamento — os jornaes inglezes.

Por tal razão os discursos d'esse vehemente e consciencioso tribuno ficariam muitas vezes inintelligiveis e desdenhados, se elle não tivesse sempre o cuidado de os terminar arrancando de sobre o seu coração um numero do *Times* banhado por suas lagrimas, embebido nos suores de seu rosto. S. ex.^a afaga maternalmente o jornal londrino, acarinha-o nos seus braços, aperta-o aos seios, encara-o com ternura maternal, parece disposto a amamental-o!...

A camara toda, commovida, olha.

Por fim s. ex.^a desfralda a folha, e com voz penetrante, decisiva, potente e nasal, como uma das trombetas de Jerichó tocada pelo nariz de um propheta, exclama:— «Elle aqui está, sr. presidente! elle aqui está! — Disse.»

Pelo que, Tavira, cahida em espasmos nervosos de satisfação e de orgulho, bate com a nuca e com os calcanhares no chão de alegria.

Querendo a camara na passada legislatura nomear uma commissão encarregada de estudar a grave questão da emigração para o Brazil, escolheu para esse fim varios srs. deputados, os quaes srs. deputados nem conhecem o Brazil para onde se emigra, nem o Minho de onde a emigração se faz, nem pela especialidade dos seus estudos nos provaram nunca que fôsem nem colonisadores, nem viajantes, nem geographos, nem medicos, nem economistas, nem agricultores. De modo que a respeito da emigração para a America os dignos vogaes da commissão alludida não podiam offerecer nem á camara nem ao paiz garantias algumas de poderem emittir o seu voto nem ácerca do solo, nem do clima, nem da organização do trabalho, nem do estado da industria, nem da proporção dos salarios, nem finalmente de nenhum dos elementos que constituem o problema tão complexo da colonisação.

Esta commissão nomeou seu relator o acima referido sr. Barros e Cunha, que a estas horas tem o seu relatorio feito, e que nós estamos d'aqui vendo já, em desempenho da sua missão, levantar-se na camara, conspicuo e grave, com o seu pequenino craneo escaldado e deprimido pyramidalmente pelas leituras do *Times*, soltando a voz peregrina, intencional e pomposa, e fazendo com a mão no ar o gesto explicito de quem espeta discretamente pequenino

ninos alfinetes invisiveis em pequeninos pontos egualmente invisiveis.

Inclinamo'-nos deante de s. ex.^a e tiramos respeitosa-mente o nosso chapéo á sua gravidade austera, imperturbavel, dôce e inutil. Sómente, emquanto ao relatorio que s. ex.^a fez, sentimos profundamente anunciar-lhe uma cousa: é que não prestará para nada, o que será a sua unica qualidade boa. Não será nocivo, será apenas banal. Por duas razões.

A primeira é que os partidos conservadores a que o sr. Barros e Cunha pertence não tomam de questão nenhuma senão a parte academica, oratoria, parlamentar. O que é revolucionario, isto é: activo, pratico, efficiente, demolidor, reconstitutivo, suas excellencias não o podem fazer: seria comprometterem-se a si mesmos. O meio official, grave, tradicional em que suas excellencias vivem não lh'o consentiria, e a obra de um homem não pode ser infelizmente o fructo exclusivo da sua intelligencia ou da sua vontade individual, ha de ser tambem fatalmente um producto do centro social em que elle vive. Ora para o mundo que constitue o espaço, o solo e a atmosphaera em que o sr. Barros e Cunha e a sua commissão respiram, a questão da emigração para o Brazil é o caldo de gallinha de Bossuet — uma cousa em que se não poderá falar senão com

tantos rodeios oratorios, com tantas figuras, com tantas imagens, com tanta rhetorica, que no fim de tudo se fique sabendo que aquillo de que se trata é um caldo de gallinha — sem gallinha e sem caldo.

A segunda razão é que os meios empregados pela commissão parlamentar encarregada de estudar o modo de evitar a emigração para o Brazil são insufficientes para se chegar a um resultado definitivo.

O sr. Barros e Cunha sabe necessariamente pelo *Times* como procedeu em Inglaterra uma commissão do governo encarregada de trabalhos identicos aos da actual commissão parlamentar portugueza. Estabeleceu-se um questionario admiravelmente bem concebido para elucidar todos os pontos do problema, foram convidados a depôr todos os cidadãos, sem distincção alguma, aptos a responder a todos ou a alguns dos quesitos do interrogatorio proposto. E do conjunto de todas essas respostas lançadas em um grande livro tirou-se uma opinião ao mesmo tempo collectiva e impessoal, justa, clara, nitida, precisa e insuspeita.

X

Toda a animação parlamentar, toda a vida representativa no mez corrente se resumiu no seguinte: a discussão da resposta ao discurso da corôa. Esta discussão partindo de um ponto — a aprovação do projecto —, para findar exactamente no mesmo ponto de que partiu— a aprovação do dicto projecto—, é verdadeiramente a imagem constitucional da kneph dos egypcios, a velha serpente com o rabo na bôcca, o symbolo desolador da immobildade oriental.

Tanta palavra dispendida, tanto tempo empregado, tanto dinheiro perdido, tantos suores, tantos gritos, tantos copos de agua desbaratados para se assentar nos termos em que o rei tem de cumprimentar o paiz e em que o paiz tem de responder aos cumprimentos do rei!

Como se, não havendo principios nenhuns de politica interna que affirmar, não havendo nenhuns factos de politica externa que expender, o que um rei tem que dizer ao povo e o que o povo tem que responder ao rei podesse, sem o mais criminoso abuso

das prolixidades rhetoricas, alargar-se d'estes termos:

Discurso da corôa: «Meus senhores, Deus lhes dê muito bons dias!»

Resposta ao discurso da corôa: «Senhor! Deus lhe dê os mesmos!»

Tudo mais é emphatico, é ôco, é ridiculo — e é immoral.

Ha um mez inteiro que os srs. deputados, sob o pretexto de accordarem na collocação de um adverbio ou no significado de um adjectivo para a confecção de um periodo banal, se discutem a si proprios; chamam-se reciprocamente *desordeiros, calumniadores e ineptos*; e documentam e provam entre uns e outros, de partido para partido, que são effectivamente *desordeiros, conspiradores, caluniadores e ineptos*.

As galerias enchem-se. Enchem-se de uma multidão desoccupada e ociosa, que não vae á camara levada pelas curiosidades scientificas, nem pelos interesses patrioticos. Vae apenas desfructar os contendores, rir-se d'elles, apupal-os no fundo da sua consciencia, e — o que é peor que tudo — perverter-se e desmoralisar-se no contacto da corrupção. Vão vêr a maledicencia dilacerar as reputações, como as feras nos circos romanos dilaceravam os martyres,

e aprender no exemplo dos novos gladiadores do decoro a desprezar a honra deante do insulto, assim como nas antigas luctas do gladio se apprendia a desprezar a vida deante da peleja.

Durante este mez as galerias do parlamento estiveram sempre cheias, segundo asseveram os jornaes. Encheram as empregados publicos que desertaram das suas repartições, litteratos ambiciosos que abandonaram os seus livros, burguezes enfastiados que deixaram o seu trabalho, operarios em *grève* que foram aprender a discursar nos seus comicios, pretendentes de empregos publicos, que foram examinar os pôdres por onde poderão romper os seus empenhos. E toda essa multidão perigosa, que precisaria de ouvir palavras de moralisação, de trabalho, de dignidade, assiste durante um mez inteiro aos exercicios de uma oratoria rasteira, sem elevação moral, sem correccão artistica, cheia de arrebatamentos estudados ao espelho, de improvisos ensaiados em familia, de coleras sobreposse, de indignações requentadas, de despeitos fingidos. Depois da lucta os atletas, com os collarinhos abatidos e sujos pelas distillações do suor e das tinturas indeleveis, apertam-se entre si as suas pobres mãos inoffensivas e inuteis, e fazem-se gestos amigaveis, surriadas de bom humôr, piscam-se o ôlho, deitam-se a lingua de fora, riem todos, e saem juntos de bra-

Fal - - - Curso pague -
↑

ço dado, amigos e inimigos, como velhos rábulas amáveis e cynicos, que vão comer juntos o jantar que ganharam descompondo-se em serviço da parte que ficou na cadeia.

E eis ahí no mais alto das instituições a eschola publica em que o povo tem de apprender a ser digno e honrado!

Tome-se sobre o discurso de cada deputado a somma das affirmativas e negativas que fizeram em todos os principios geraes da politica e da administração: vêr se-ha pela exposição integral das verbas correspondentes ás opiniões de cada partido e de cada individuo, que todos affirmaram e que todos negaram exactamente as mesmas cousas.

Toda a questão é pessoal. Á porta os correios de secretaria, com os seus cavallos á rédea, esperam tranquillos. A divergencia versa sobre os nomes dos individuos atraz dos quaes esses correios têm de trotar d'alli para o Terreiro do Paço e do Terreiro do Paço para a Ajuda. Periclitam constantemente os abusos. É forçoso deslocar os. Trata-se de saber de quem é a vez de os passear, com uma pasta encarnada, dentro de um *coupé* da Companhia.

Quantos insultos, quantos improperios, quantos copos de agua, quantos erros de grammatica se não poderiam poupar ao pudor do paiz dando defi-

nitivamente á companhia das carruagens este simples recado:

«Os partidos são cinco — regeneradores, historicos, reformistas, avilistas e constituintes: que os *coupés* do ministerio parem revezadamente de tres em tres mezes ás portas de cada um d'esses senhores, e quando o poder moderador quizer saber quem são os individuos que hão de levar-lhe o despacho em cada trimestre, que o poder moderador se digne de o mandar saber á inscripção patente na cocheira respectiva.»

Os srs. correios de secretaria seguiriam as carruagens ministeriaes, os srs. deputados votariam calados.

Um philosopho americano conta que nas ilhas Sandwich ha a superstição de que a força de um inimigo morto passa para aquelle que o venceu; em Portugal ha egual superstição com as successões do governo: a camara é sempre da opinião do que está no poder. Portanto, com a lei que propomos, acabariam as dissoluções e cessariam as discordias.

Pela primeira vez ouvimos n'esta legislatura lançar-se ao debate e discutir-se a palavra Republica. Vimos que a forma do governo republicano tem no seio do parlamento defensores e adversarios, havendo todavia um ponto em que uns e outros se acham inteiramente concordes, e é: que o povo portuguez

não está por enquanto nem bastante educado nem bastante instruído para poder sem grandes perigos aceitar a republica.

Pela nossa parte não somos monarchicos nem somos republicanos. A forma constitutiva do poder não nos importa. O problema politico interessa-nos pouco. E n'este ponto achamo'-nos inteiramente com o nosso tempo e com a sociedade actual. A questão grave que hoje preoccupa os povos não é de como se ha de distribuir o poder, é de como se ha de distribuir a riqueza. As classes que mais se agitam, as que por toda a parte amedrontam os manutensores da ordem, as que hão de revolver e fixar os destinos das sociedades futuras, não querem empolgar os symbolos do governo, querem simplesmente adquirir os instrumentos do trabalho; querem a terra e querem o capital. O problema moderno é o problema economico. Os reis estão sendo postos ou depostos por toda a parte sem perturbação e sem abalo. Porque? Porque ninguem se interessa em que elles se deixem ficar ou em que elles se vão embora. Voltaire defendia as monarchias com a razão de que preferia servir um leão que tivesse nascido mais forte que elle, a ser devorado por cem ratos da sua especie. Isto era no seculo XVIII, no tempo de Luiz XIV e de Frederico, em que nas monarchias havia o leão e não havia os ratos. No constitucionalismo mo-

derno temos apenas os ratos que nos devoram. O leão é uma pacífica fera embalsamada, inoffensivo ornato de *étagère*, que os ratos trazem consigo de baixo do braço e que lhes serve apenas de pretexto para elles adoptarem esta forma engenhosa e delicada de nos declararem que lhes appetece roer: — «Meus senhores, o leão pede viveres.»

Se a religião da liberdade, da egualdade e da fraternidade nos não obrigasse a considerar as sociedades e a respeitá-las como fundamentalmente autonomas, isto é, independentes de todo o dominio, o governo que nós consideraríamos o mais perfeito seria o que mais se approximasse d'aquelle que até hoje tem dirigido os destinos da egreja catholica. O poder supremo nas mãos de um papa infallivel, arbitro absoluto da verdade e da justiça, que não pode enganar nem ser enganado; o dominio e o governo firmado na obediencia passiva de todos os subditos e na inclinação dada interiormente ás vontades, abrangendo toda a esphera da iniciativa humana desde os actos até os pensamentos; tendo por policia a inquisição, o mais completo e o mais perfeito de todos quantos tribunaes se têm creado para cohibir as infracções da lei, tribunal que ataca o mal no seu germen, dentro da consciencia, e não depois de já declarado em perturbações effectivas, de modo que nem no fundo mais recondito da alma

é possível um esconderijo para a anarchia! Tal seria o bello ideal do governo, considerado como salva-guarda do socego e da ordem.

Hoje porém:

Como os governos não podem já ser considerados n'esse ponto de vista auctoritario e ordeiro dos partidos conservadores;

Como todas as sociedades tendem conjuntamente para se governarem a si mesmas;

Como em toda a Europa, excepto na Russia, as monarchias absolutas se transformaram em monarchias parlamentares, retomando assim os governados a maior parte dos poderes delegados nos governantes;

Como dentro em pouco tempo, precisamente, *fatalmente*, todos os povos impedirão que subsistam outros poderes que não sejam aquelles que por via da eleição representem a vontade popular:

Segue-se que a differença essencial das formas actuaes de governo não pode, como ainda ultimamente se dizia em um notavel livro, considerar-se senão como unicamente dependente da maior ou menor parte de poder que ellas asseguram ao povo.

Vejamos pois agora qual é a differença que existe entre uma republica e uma monarchia parlamentar.

A republica é o governo do povo pelos seus mandatarios eleitos, tendo por chefe do poder executivo — um presidente eleito.

A monarchia parlamentar, como ella existe em Portugal, é o governo do povo pelos seus mandatarios eleitos, tendo por chefe do poder executivo — um rei hereditario.

O sr. Duvergier de Hauranne, em um estudo consagrado á apreciação da republica conservadora que actualmente existe em França, diz que uma monarchia constitucional, com um rei que não governa, com ministros responsaveis e uma camara electiva sujeita sempre aos riscos de uma dissolução, é um dos regimens parlamentares que mais garantias offerecem á liberdade. Todavia, observa ainda o publicista a quem nos referimos, para o estabelecimento da monarchia é preciso a dynastia, isto é: a tradição. Quando a dynastia cae, desapparecendo ou cortando-se a tradição como em França e em Hispanha, nada mais perigoso do que suscitar ruins ambições, chamando um principe para cabide de uma corôa. N'este caso o unico systema que não offerece gravissimos perigos e grandes complicações intestinas e internacionaes é a republica. Ter a monarchia com todos os foros democraticos e derribal-a por um escrupulo de nome é grande imprudencia. Não ter a monarchia e tentar reconstitui-la sobre a

cabeça do primeiro forasteiro é falta de valor e de juízo para governar.

Nos livros mais recentes consagrados aos estudos políticos e á indagação das razões por que os povos perdem, conquistam ou conservam a liberdade, nas obras modernas de Lewis, Brougham, Lorenz-Sten, Glinka, Mill, Bagehot, Prévost-Paradol, não se acha differença entre republica e monarchia representativa.

A eleição ou hereditariedade do chefe do poder executivo não alteram de nenhum modo as condições da compatibilidade da liberdade com a politica. A forma do governo na Igreja — o mais despotico governo de quantos se possam imaginar — é a forma republicana. O Papa é um presidente eleito,

O poder popular não periga na coexistencia dos reis. Em Roma o imperio funda-se esmagando os patricios. Na moderna Europa as realezas affirmam-se despedaçando as resistencias dos senhores feudaes. Os soberanos procuram sempre na alliança do povo o apoio do mais forte. Perante as hostilidades de clero e da nobreza Napoleão I dizia ameaçadoramente: «Se lhes solto o povo estrangulo-os n'um abrir e fechar de olhos.» Napoleão III contava nas suas confissões feitas no desterro que fôra sempre socialista. A *Internacional* tem origem em uma expedição de operarios mandados a Londres á custa

do segundo imperio para estudar na exposição internacional de 1862 os melhoramentos que a França poderia introduzir na organização do trabalho.

A republica pela sua parte tem sobre a monarchia uma poderosa vantagem, a qual ordinariamente se lhe attribue como o seu maior defeito: a republica suscita as grandes ambições, que o constitucionalismo restringe e até certo ponto avilta. Ora é exactamente nas grandes ambições que se geram as grandes capacidades.

Isto porém são característicos especiaes que, reunidos a muitos outros que seria facil adduzir, podem em dadas circumstancias determinar a escolha em favor do regimen monarchico ou do regimen republicano. Com relação á liberdade os dois systemas não soffrem evidentemente distincção: um e outro affirmam um governo livre.

A differença que existe entre governos livres e governos que o não são, é:

Que em certos paizes a vontade que dirige os negocios publicos é em verdade a do soberano; n'outros paizes é a da nação.

Resta-nos vêr em qual d'essas duas categorias nós nos achamos.

Portugal é indubitavelmente governado pelos seus eleitos. O rei não tem evidentemente ingerencia na direcção dos negocios. O unico acto de iniciativa pes-

soal que temos visto praticar ao soberano consiste exclusivamente em dar hábitos de Christo a alguns cantores estrangeiros. Os cantores guardam d'estas distincções conferidas pela corôa uma saudosa lembrança. Lêmos, por exemplo, em um jornal de hoje que o barytono Cotogni mandara a Sua Majestade uma photographia, em que o artista conseguiu fazer reproduzir a sua pessoa na plenitude fascinadora de todos os seus meios physicos. Um habito de Christo que se dá, uma photographia com pretensões a gentil que se recebe, e estão quites a arte e a monarchia. Ninguem dirá que por tão innocentes commercios de affeição el-rei manifeste o intuito partidario — de lançar-se nos braços de um valido. Os unicos convivas extra-officiaes do principe — os tenores e os barytonos de *primo-cartello* — estão fora de toda e qualquer suspeita malevola que não seja a de desafinar.

Temos portanto que a mais perfeita soberania representativa na gerencia de todos os negocios do Estado existe effectivamente, desassombrada e livre, sob a monarchia portugueza.

Se depois d'isto o deputado sr. Rodrigues de Freitas e os seus correligionarios politicos, bem como todos os demais srs. deputados, nos dizem que a republica — com ser o mais perfeito dos governos segundo uns, ou o mais imperfeito governo segundo

outros — não pode por enquanto existir em Portugal, porque o povo carece ainda da instrução precisa para tomar o governo de si mesmo, hão de permittir os illustres deputados que nós tiremos d'esse seu argumento todas as conclusões que elle encerra...

E que digamos a suas excellencias:

Que, se um povo carece de capacidade para sustentar uma republica, é egualmente incapaz de supportar um regimen constitucional. Porque a verdade, que ninguém nos poderá contestar, é esta: que nós estamos sendo governados ha muitos annos, unica e exclusivamente, pelos poderes eleitos.

Ora, se o povo não pode exercer o suffragio para a eleição do governo sob o regimen republicano, como é que pode achar-se habilitado para eleger o governo sob o regimen monarchico? Em um e outro caso temos exactamente o mesmo processo, a mesma operação electiva, os mesmos dados na constituição dos poderes, as mesmas consequencias no uso do mandato, os mesmos resultados no exercicio do governo. A grande responsabilidade eleitoral da delegação do poder é exactamente a mesma na republica e na monarchia parlamentar.

Falta ao povo a capacidade intellectual para o governo electivo da republica?! Quem é então que tem a posse d'essa capacidade no regimen parlamen-

tar da monarchia? Como é que, passando do systema monarchico para o republicano, nos desaparece amanhã perante o exercicio do suffragio a capacidade que temos hoje perante o mesmo exercicio?

Quem é que pensa dentro da organização parlamentar do governo portuguez?

Segundo os srs. deputados democratas, alguns dos quaes confessam ter a republica pelo mais perfeito e mais cabal dos governos, quem hoje pensa por suas excellencias e pelo povo que os elegeu é sua magestade el-rei! Pelo que suas excellencias nos dizem, o soberano não é o poder moderador, é o poder-pensante. Quando a corôa cahir ao rei, caelles tambem a elles o cerebro. A camara electiva, a filha do povo, a representante dos nossos interesses e dos nossos direitos, a responsavel da força e da lei assim o declara! Ella só é digna, só é autonoma, só é independente e pensante — emquanto houver um rei. No momento em que o monarcha descer do throno, ella será inepta. Animaes do Apocalypse, os srs deputados só falam agora pela suggestão divina imposta pelo sceptro. A tribuna, essa tribuna que ahi está, se um dia o rei lhe voltar as costas, recusará com pudor o copo de agua oratorio, e pedirá — herva.

Será falso o argumento da incapacidade do paiz,

com que os srs. deputados combatem a opportuni-
dade da repullica em Portugal? Não é. Se a cama-
ra que ahi temos deante dos nossos olhos é a ex-
pressão legitima do suffragio popular, o argumento
é verdadeiro; o paiz é incapaz. Somente as conse-
quencias que esse argumento encerra não ferem
apenas o direito á republica, ferem tambem o di-
reito á liberdade. A logica não pode parar onde á
casuistica dos rábulas apraz que ella pare: a logica
ha de ir até onde o senso commum a possa acom-
panhar, e a logica leva o juizo, a boa fé e a verda-
de a declararem abertamente o seguinte: Se a ca-
mara electiva que acaba de occupar-se da discussão
d'estes principios dá effectivamente a medida legal
e authentica da moral, da virtude e da capacidade
publica, então a questão do governo não pode ver-
sar entre uma republica e uma monarchia democra-
tica e parlamentar. A questão é mais complexa e
mais elevada. A questão, srs. deputados, é se vossas
excellencias têm ou não têm a capacidade preci-
sa para serem os representantes de um povo inde-
pendente. A questão é de eleição ou de não eleição;
é de governo livre ou de governo despotico. Se os
legitimos representantes do povo prestam, nós tere-
mos a liberdade com qualquer dos dois governos li-
vres — republica democratica ou monarchia parla-
mentar. Se os legitimos representantes do povo

não prestam, teremos — a anarchia na republica, e teremos — a escravidão na monarchia.

Ora a representação nacional ha muito tempo que está sendo em Portugal uma farça ridicula para a sciencia e uma vergonha publica para o patriotismo. A camara é de uma ignorancia encyclopedica. Erra e insulta, e não se esclarece nem se desaffronta, o que prova que não tem sciencia e que parece não ter character.

Poderíamos confirmar com muitos exemplos tirados dos ultimos debates parlamentares a verdade d'essa asserção, que poderá ser tida por cusada, mas não por duvidosa. Não particularisamos esses factos porque elles envolvem nomes de homens, e nós, que não temos duvida em deixar cahir sobre as pessoas o ridiculo, temos repugnancia em deixar pesar sobre ellas a vergonha. A critica, se a levássemos até ahi, tornar-se-ia uma execução de alta justiça, porque o ridiculo lava-se na reabilitação com que nos retemperam os actos sérios, a vergonha quando mancha o character faz uma nodoa corrosiva e indelevel. As *Farpas* ferem apenas. O ferrete imprime-se com o ferro em braza. Por essa razão preferimos adoptar n'este assumpto a generalidade impessoal.

Faltam á camara as idéas politicas e faltam-lhe os

principios moraes. D'aqui resulta uma perturbação insanavel, um mal sem cura. É a corrupção, é a gangrena, é a paralyzação senil affectando o jôgo de todo o machinismo constitucional.

Temos o socego interior e temos a paz no estrangeiro; gosamos da liberdade politica e da liberdade individual, e não obstante no paiz todo ha um surdo descontentamento geral.

Todos os espiritos que se applicam ao estudo dos caracteristicos que prenunciam as novas evoluções da liberdade, comprehendem, tanto em Portugal como já hoje fora de Portugal, que está imminente sobre nós uma d'essas grandes transformações politicas que apparecem nos paizes livres sempre que todas as questões que serviam para delimitar o campo dos differentes partidos se acham liquidadas, e que o progresso não inspira a criação de novas questões que sirvam de base para novos partidos.

Em Portugal os partidos acabaram ha muitos annos. Não existem divergencias de opinião sobre qualquer principio capital que interesse o paiz inteiro. Como o interesse do paiz desapareceu, a urna fica entregue ao arbitrio da auctoridade, e os circulos eleitoraes convertem-se em burgos pôdres. Os regedores com os cabos de policia elegem a maioria, os grandes proprietarios com os seus caseiros e os seus amigos votam as opposições. A vontade popu-

lar é muda e passiva, o que quer dizer que as fontes intimas da vida nacional estão obstruidas ou sêccas.

Os governos não se sustentam no poder porque faltando lhes uma opposição perfeitamente e fortemente constituída e assignalada, como a que separa na Inglaterra os *tories* e os *wighs*, não podem tambem contar com uma maioria consistente e robusta. Para manter os apoios oscillantes o governo acode submissamente ás exigencias dos pequenos corrilhos, promette, desdiz, cede, transige, compra, troca, vende, intriga, e cae de fadiga, apupado e corrido.

Nos ultimos annos temos tido assim quarenta ministerios. Os ex-ministros constituem pequenas dynastias de pretendentes constantemente ávidos do poder. Estes pretendentes quando não têm as forças necessarias para alcançar o governo procuram formar no paiz, por meio da sua influencia burocratica, o partido que não têm na camara, e distribuem pelos seus amigos os empregos publicos que arrancam ao gabinete ameaçando-o com crises de seis votos sempre dependentes do descontentamento ou da satisfação pessoal dos pequenos chefes dos pequenos bandos.

O paiz inteiro vive n'uma miseria baixa, n'uma pobreza degradante, sem a altivez, sem o brio dos pobres valentes, que nunca dobram a espinha nem

extendem a mão. Vejam-se no exercito os filhos do povo: nem a educação militar consegue dar-lhes pelo menos a attitudo exterior da dignidade e da força, o passo firme, a cabeça alta, o porte determinado e energico que caracterisam logo no primeiro aspecto physico os fortes cidadãos dos paizes em que se sabe guardar e manter a liberdade!

A classe operaria faz *grèves*, no que está inteiramente no seu direito, mas faz tambem litteratura jornalística e oratoria sentimental, — o que ridicularisa o trabalho, humilha a austeridade do direito e lesa a legitimidade dos interesses, obrigando os obreiros — jornalistas e oradores — a pedirem mais descansos para disrecrear, em vez de pedirem mais obra para fazer.

O commercio está arruinado. A lavoura está decadente. A propriedade está hypothecada.

Só prosperam, só se procriam, só se reproduzem indefinidamente ás instituições de jôgo e de usura, as casas de penhores e os bancos!

Os bancos são os logares de perdição em que os paizes pobres e ambiciosos se arruinam trocando a sua pequena riqueza real por uma maior riqueza contingente e ficticia, abdicando o trabalho e creando o jôgo, dando dinheiro e recebendo papeis.

A mocidade vive nas antecamaras do governo como os antigos poetas do seculo passado nas salas de

jantar dos fidalgos ricos. Os velhos são agiotas ou servidores do Estado. Os moços são bachareis e querem bacharelar ácerca da cousa publica e á custa da mesma cousa ácerca da qual bacharelam. Dizem-se republicanos, democratas, socialistas, falam muito na organização systematica do trabalho e nos destinos das classes laboriosas, mas não nos dão em si proprios o exemplo de que o primeiro dever de todo o cidadão que se quer prezar de democrata e de livre é elle proprio bastar para si mesmo, prover pela sua iniciativa a todas as suas necessidades, *descentralisar-se*, trabalhar só, viver de si, que é o unico meio de não ser explorado e de não explorar ninguem, afirmar-se finalmente na unica forma da independencia poderosa e legitima, na unica dignidade verdadeira e segura—o trabalho pessoal e livre. A mocidade tem a mais elevada comprehensão dos destinos sociaes, da moral e da justiça. Unicamente a mocidade tem um defeito que ha de esterilisar a sua iniciativa: ella pensa, mas não trabalha. Assim, se pela sua razão ella caminha para a conquista ideal das cousas justas, pelas necessidades da vida ella fica fatalmente na orbita subalterna das simples cousas conquistadas. Antes de traçarmos o itinerario luminoso da nossa alma pelas espheras transcendentales, temos obrigação de apprender a sustentar a nossa bêsta na viagem. Proudhon tinha razão, mas tam

61

bem tinha um officio. E era depois de ganhar livremente o seu pão como typographo ou como caixeiro que elle ganhava livremente como philosopho e como critico a consciencia dos outros pela justiça.

A raça portugueza foi lentamente e surdamente corrompida pelo antigo despotismo monarchico, pela soberba intrepida e bulhenta dos fidalgos, pelo oiro das conquistas e principalmente pelo monasticismo. Fizemo'-nos ociosos, vaidosos, pusilanimos, supersticiosos e fanaticos. A religião—mais clerical que divina—penetrando-nos completamente, dando-nos uma lei infallivel para a consciencia, prohibindo-nos pensar, assegurando-nos a bemaventurança com o facil remedio do arrependimento, lavando-nos de todos os crimes por meio da simples confissão d'elles, lançou-nos na inercia passiva a respeito do problema dos nossos destinos mais elevados. Ensinaram-nos a explicar a culpa pela tentação do demonio e a considerarmo'-nos innocentes pela absolvição dos confessores, Com semelhante theoria o dever e a responsabilidade desaparecem. A consciencia cae na immobilidade. As altas relações verdadeiramente religiosas do homem com Deus desaparecem na intervenção do clerigo que se encarrega de todas as accommodações com o céu. Quando um povo assim delega inteiramente nos seus padres o

cuidado de salvarem por elle a eternidade da sua alma, como querem que esse povo tenha para dirigir o que é temporal e contingente o valor, a dignidade, o sentimento de responsabilidade e de iniciativa que não teve para guardar por si mesmo o que era divino e eterno? Quem não tem força para recusar o dominio da sua consciencia aos padres tambem a não pode ter para disputar a sua liberdade aos despotas. O fanatismo prostra.

Depois a alliança com que o clero tem estreitado a idéa do bem com a do interesse espiritual e com a do sentimentalismo religioso abastarda a noção pura da justiça. Se Kant deu á moral o logar verdadeiramente elevado que lhe compete dentro da alma humana, foi precisamente porque conseguiu separal-a do sentimento que a enerva e do interesse que a rebaixa.

Os esforços que fizemos para conquistar a liberdade que hoje temos não bastaram para regenerar as nossas almas do aviltamento em que por muito tempo estiveram. Tinha-nos ficado, como um defeito nativo, a dobra servil. A nossa vocação especial fôra por muitos annos—sermos victimas; faltaram-nos repentinamente os algozes, não apprendemos a ser mais nada, e ficámos n'uma desoccupação desconsolada e abatida. A guerra de que nos proveiu a

constituição deu-nos apenas uma vitalidade febril e passageira. Logo que deixámos de discutir os principios da liberdade que então nos propuzemos, não tornámos a fazer mais nada senão servir os interesses pessoaes e a ambição dos individuos.

Do systema que não temos sabido manter consistente e válido restam-nos apenas hoje os beneficios que elle, depois de corrompido, faculta ás mediocridades ambiciosas, ao patronato, á intriga, á pusilanimidade, á baixeza. Temos do constitucionalismo —exgottado— tudo o que elle tinha de mau na lia : a nobilitação dos *parvenus*, a falsa grandeza, a falsa virtude, o falso talento, o funcionalismo exuberante, a arrogancia burgueza, o reinado da usura, a ruina do trabalho, a sophismação dos principios, a decadencia da arte, a depravação do gosto, a queda dos caracteres e dos espiritos para o futil, para o ordinario, para o réles, para o chinfrim. . . Vêde a camara dos deputados: não é só a precisão nas idéas, a firmeza nos principios e a nobreza na palavra o que a ella lhe falta, falta-lhe tambem a dignidade do porte, faltam-lhe as maneiras, falta-lhe a *toilette*, e é quasi tão ridicula pelos seus discursos como pelas suas gravatas; sente-se a má companhia, revela-se o *mauvais lieu* no simples aspecto chulo dos Ciceros pimpões.

Sem os partidos fortes, unico motor capaz de im-

primir um jôgo tão regular ás engrenagens do regimen constitucional como o que existe na Belgica e na Inglaterra, achamo-nos quasi no estado atomistico de Hegel, na desaggregação em virtude da qual cada molecula social, entregue por sua desgraça á liberdade quasi absoluta, volteia ás cegas em busca de um novo centro de attracção. É a mesma situação em que ha pouco tempo ainda se achava a Hispanha e em que está ainda hoje a Italia. Porém a grande obra da unificação deu á vida nacional um forte impulso saudavel de energia patriotica. Portugal não esteve talvez nunca tão perto como hoje da pilha que o ha de estremecer e talvez arrasar.

O falarmos tanto em republica depois que em Hispanha se acclamou a republica demonstra a levandade de quem se preoccupa de escolher um nome de conducta no momento em que deveria antes pensar em descobrir uma norma de proceder. A republica hispanhola foi uma transformação necessaria, mas arriscada e perigosa. O que a prudencia nos aconselha é que nos preparemos para que a approximação de uma transformação qualquer não seja para nós um irremediavel perigo.

Querem manter a ordem? Aqui têm um meio bem simples, bem prompto: Deixem de manter os abusos.

Querem governar bem? Lembrem-se do que dizia Washington: A probidade é a melhor politica.

Sejam virtuosos os que não podem ser instruidos. A intelligencia só longamente se cultiva, a virtude penetra-nos de prompto, porque a justiça é um axioma, é uma evidencia, não demanda estudos preliminares nem reflexões subseqüentes, é o principio e é o fim de si mesma.

Catão, escrevendo a seu filho, definia assim o perfeito orador politico: Um homem de bem que sabe falar. Ora quando se não possa ser inteiramente o ideal de Catão, ignore-se como se fala, mas saiba-se como se é homem de bem.

Ter, como alguns ou quasi todos os srs. deputados, uma opinião na camara e uma opinião differente nos corredores de S. Bento, ter ainda além d'isto uma opinião para o Chiado e outra para a cova em que se reúne o partido, — isto não é digno nem honesto. Ter sobre um principio vital de governação ou de politica uma opinião firme, convicta, inabalavel, é possuir, ao mesmo tempo e por esse simples facto, a força com que essa opinião se defende e se mantém. Não ter opinião ou ter uma opinião oscilante e mutavel é comprometter inteiramente os principios pela falta da virtude.

Porque sem a virtude não poderá nunca existir a democracia.

Em nenhum paiz do mundo os homens politicos são individualmente mais probos que em Portugal; em poucos paizes do mundo os homens politicos procedem publicamente de um modo mais adequado a deixar em duvida a consciencia que cada um d'elles tem do dever e da honra. Luiz Philippe era tambem um dos homens pessoalmente mais honrados que têm cingido uma corôa, e todavia poucos reis espalharam em volta do seu reinado mais elementos de corrupção. Foi d'esse bom homem que se creou a phrase proudhoniana de que elle dominou pelo desprezo, assim como Cesar e Bonaparte dominaram pela admiração, e Sylla e Robespierre pelo terror.

Triste reinado aquelle em que o socego e a paz publica se baseiam no desdem publico! Debaixo d'essa ataraxia superficial do povo estão a gangrena e a dissolução latente do Estado.

Quer-se a virtude publica, a virtude official, a virtude parlamentar, a virtude de Montesquieu, que é a mola indispensavel de todo o estado popular, e que consiste resumidamente em preferir — o dever á conveniencia, o direito á força, a justiça á popularidade e ao exito.

De sciencia basta a precisa para se entender que o verdadeiro interesse de todos reside no respeito da justiça para cada um, e que é n'essa comprehen-

são e n'esse culto da justiça que verdadeiramente se baseia a liberdade.

Lincoln, o maior homem que tem produzido a democracia, não tinha estudos nem letras. Tinha apenas a fé. Acreditava na immortalidade da sua alma, acreditava em Deus, e acreditava na justiça — a imagem immortal da perfeição absoluta. E tão pouco bastou para que esse obscuro plebeu entrasse na gloria, assignalando-se immortalmente com os dois maiores actos que a homem algum foi ainda permittido commetter — dar a liberdade aos negros e dar a paz á America.

Leitor amigo, se queres sinceramente contribuir nos teus meios para fortalecer a tua patria, dá-lhe modestamente, na pequena orbita da tua influencia, entre os teus parentes e os teus amigos, aquillo que ella mais precisa de ter para sua defesa dentro da casa de cada cidadão: não se trata da força do teu braço, trata-se da rectidão do teu juizo: sê prudente e justo.

No caminho em que nos puzeram aquelles por quem nos temos deixado conduzir nós não vamos livremente para a escolha da forma de um governo livre; vamos submissamente para a sujeição voluntaria dos dominios despoticos. Para que esses poderes nos subjuguem basta simplesmente que nos invada a anarchia que nos bate á porta. Na per-

turbação geral, no conflicto, no perigo da fazenda e da vida, o egoismo sacrificará sem nenhuma disputa a liberdade. Porque a liberdade, por mais bella que ella seja, é na existencia uma circumstancia; a ordem é a condição essencial — intrinseca — da vida, a garantia do trabalho e a segurança do pão. Quem poderá calcular o numero de liberdades que nós sacrificaremos á ordem no momento em que a desordem começar a facultar-nos o direito ao governo, com a suppressão do direito ao jantar?... É das profundidades demagogicas que saem sempre á periphèria social os tyrannos. Já Aristoteles dizia que o despota começa no demagogo.

O nosso profundo mal está na nossa profunda indifferença. Aos que ignoram os perigos d'esta enfermidade social lembraremos que quando Napoleão desembarcou no golfo Juan não foi a força dos que o defendiam que o reconduziu ao throno, foi a inercia dos que o não atacaram.

Ora as apathias, querido leitor sensato, curam-se pelos processos reconstituintes. Os meios revulsivos aggravam a prostração e produzem o desfallecimento e a morte.

Quando o principio da auctoridade se acha ameaçado sob a sua forma politica — no governo —, a primeira obrigação do povo é manter esse principio sob a sua forma philosophica — na razão.

XI

Foi submettida á votação da camara dos srs. deputados a seguinte moção de ordem apresentada pelo sr. Barros e Cunha, deputado por Silves, ao qual n'um dos passados numeros chamámos erradamente *deputado por Tavira*.

Que nos perdõem s. exc. — e Tavira!

Eis a moção:

«A camara dos deputados affirma que são inabalaveis no povo portuguez os sentimentos de amor ás instituições liberaes, de respeito e affeição á dynastia constitucional, e que a nação fará os ultimos sacrificios para manter a independencia do reino contra quaesquer perigos que possam ameaçal-a, e passa á ordem do dia.»

Procedendo-se em seguida a uma votação nominal disseram *approvo* todos os srs. deputados.

O sr. Barros e Cunha tinha motivado a sua moção com esta phrase:

«Parece-me conveniente que nos pontos da Eu-

ropa aonde tenha chegado a noticia de que n'esta terra houve uma conspiração tremenda contra a sua independencia, possa haver a certeza de que a representação nacional está ao lado d'essa independencia, da ordem e da dynastia constitucional.»

Ora como o sr. Barros e Cunha entende e a camara approva que o simples juramento de fidelidade prestado pelos srs. deputados bem como a alta qualificação procedente do seu mandato não são bastante parte para garantir nos differentes *pontos da Europa* a incumplicidade de suas ex.^{as} nos crimes commettidos no paiz, achamos bom que o mesmo sr. Barros e Cunha repita e faça votar a sua moção a cada delicto novo que apparecer.

E só assim suas excellencias se poderão considerar regosijadoramente illibados.

Logo na sessão immediata áquella em que foi approvada a moção a que nos referimos, declarou o deputado sr. Francisco de Albuquerque «que tinha desaparecido das estações officiaes, sem que se podesse saber do seu destino, o espolio de José Antonio, creado de servir, fallecido em Lisboa ha dois annos.»

Depois de tão grave accusação levantada no mesmo seio do parlamento, não tendo nem o sr. presidente nem o governo restituído immediatamente ao

queixoso o espolio de José Antonio, ou nós não entendemos bem o espirito da moção do sr. Barros e Cunha ou era outra vez o momento de sua ex^a il-lucidar os *pontos da Europa* sobre a sua innocencia e a dos seus collegas, mandando para a mesa a seguinte moção :

«A camara dos deputados affirma que não foi ella que furtou o espolio do creado de servir José Antonio, porque ella tem muito menos amor aos espolios dos creados do que ás instituições liberaes, á monarchia e á independência; e passa á ordem do dia.»

Porque o sr. Barros e Cunha abriu este precedente :

Que á dignidade da camara cumpre justificar-se perante certos pontos da Europa dos crimes que não praticou, assoar-se, e passar á ordem do dia.

Mais declarou o dicto sr. Francisco de Albuquerque «que na estrada de Gouvêa a Mangualde falta a parte que se comprehende entre a ponte de Palhés e a villa de Mangualde.»

Projecto de moção offerecido ao sr. Barros e Cunha :

«A camara, tendo mostrado os forros das algibeiras e tendo-se desabotoado para evidenciar que se não apropriou da estrada de Mangualde, passa á ordem do dia — e a abotoar-se.»

Entre as moções que propomos e aquella que o sr. Barros e Cunha adoptou ha apenas uma differença: é que as nossas, posto o principio de sua ex.^a, são logicas, são racionaes, baseiam-se na verdade, referem-se a crimes cujos réos se não conhecem e em que a camara é innocente: portanto, a justificação é cabida. A do sr. Barros e Cunha refere-se a crimes, cujos cumplices estão processados — d'aqui, inutil — e affirma o que não é — pelo que: falsa. Logo é uma justificação absurda.

Affirma a dicta moção o que não é: vamos demonstral-o. O sr. Barros e Cunha e a camara asseguram que *são inabalaveis no povo portuguez os sentimentos de amor ás instituições, de respeito e affeição á dynastia.*

No emtanto, por outro lado, o mesmo sr. Barros e Cunha e a camara affirmam que o povo conspira e que suas excellencias mesmo têm conspirado — não certamente em favor das instituições vigentes, nem da dynastia reinante.

O sr. Barros e Cunha disse, textualmente, poucos dias depois da sua moção:

«Eu vou fazer uma confissão á camara; eu sinceramente acredito em tentativas permanentes contra a independencia do paiz, contra as instituições e contra a dynastia... Esses perigos não posso occultar»

á camara que existem. . . Extranho que o poder moderador não convocasse a camara. . . pelo duplo perigo que podiam correr a dynastia, a liberdade e as instituições.»

Ora é este paiz, em que *a dynastia, a liberdade e as instituições correm perigo, em que são permanentes as tentativas contra a independencia, contra as instituições e contra a monarchia, que a camara assegura ser inabalavel nos seus sentimentos de amor ás instituições, de respeito e affeição á dynastia!*

O partido reformista affirma que quando era poder luctava com conspirações continuadas.

O partido historico cahiu victima de uma conspiração.

O partido regenerador abafa uma conspiração. O sr. Teixeira de Vasconcellos disse ha dias: «*Neste ponto (as conspirações) chegou-se ao mais a que se podia chegar.*»

Effectivamente, depois de tudo isto, chegou-se a este ponto: de todos os partidos se reunirem e votarem unanimemente — que ninguem conspira!

Sublime patria! vae, prosegue majestosa e olympica no teu destino luminoso! Nada mais te queremos. Detivemos-te apenas para isto, para te espetar, aqui assim, por cima, ao alto da cuia, como um grancho, o sr. Barros e Cunha. Sobre a frente das

figuras immortaes costumam os artistas collocar uma estrella; sobre a tua cabeça, ó patria, o sr. Barros e Cunha, assim fixado como um symbolo, lembrará aos vindouros a pombinha branca, de assucar — tão casta! — das lampreias de ovos.

Fevereiro 1873.

XII

No mundo civilisado está-se tratando n'este momento de fazer isto — um caminho de ferro de 1:600 léguas, de Nijni-Nowogorod a Pekin.

Uma vez alinhada sobre o solo do nosso velho continente essa enorme fita de ferro, nós poderemos ir do Atêrro á capital da China em menos de um mez, extendendo-nos n'um «fauteuil», abrindo um livro, accendendo um charuto e tendo apenas o trabalho de nos vestirmos e de nos despirmos algumas vezes, porque atravessaremos as mais diversas latitudes, as mais extranhas regiões, os mais oppostos climas, com paizagens novas, novos céos, novas flo-
ras e novas faunas.

Passaremos por Madrid, por Paris, por S. Petersburgo e por Moscow.

Veremos Nijni Nowogorod, com as suas gregas cathedraes de cupulas de ouro e a sua feira de Markariev, na qual se juntam quatrocentas mil pessoas.

Deixaremos o nosso bilhete de visita em Kazan, a tartara, rebolando-se nos profundos ruidos do seu commercio com a Siberia, com a Boukharia e com a Russia europêa.

Visitaremos Perm, os seus numerosos lagos e os seus grandes rebanhos felpudos de merinos e de martas famosas, d'aquellas martas de que o Czar deu á Patti uma capa, no valor de cem mil francos!

Aparemos para aquecer os pés em Tobolsk, a capital da Siberia, onde o thermometro desce a 45 abaixo de zero, e onde os rios estão gelados nove mezes por anno.

Descançaremos em Irkoutsk, em cujas espessas florestas se refugiaram os Strelitz.

Respiraremos um momento em Ourga, a dos sete mil sacerdotes, ou em Kiakhta, já na fronteira chineza, onde descançam de ordinario as caravanas do chá...

E tocaremos afinal em Pekin, onde, se não soubermos fazer mais nada, comeremos ninhos de andorinhas — uma especie de aletria insipida, cara como um d'aquelles môlhos de Luculo feitos de perolas delidas! — mas se soubermos o mantchou e o chinez, cujo alphabeto tem apenas 36:785 letras, po-

deremos fazer exame no «grande tribunal da historia e litteratura», do celeste imperio, sermos approvados mandarins e usarmos no chapéo o botão de ouro que distingue os litteratos dos demais subditos do grande Filho do Céu.

E tudo isto em menos de trinta dias, com menos de quinhentas libras, no espaço de um romance de Michel Levy, de uma garrafa de fino champagne e de uma caixa de «brevas», sobre as azas ardentes do monstro chamado *Trem expresso* — o heroe do poeta Campoamor —, que devora o espaço e o tempo, fazendo-os rolar em redemoínhos em volta do seu rastro, emquanto elle galga os abysmos, bebe os desertos, penetra as cordilheiras, e fura por baixo do Ceniz ou do Atlas, como uma bala por um tubo!

E assim poderá a civilisação, por desfastio, verter amanhã a rua dos Fanqueiros nos jardins do grão-mogol Alemguir, do mesmo modo como através de um funil se pode passar um liquido asqueroso e infecto de um barril immundo para um fino crystal facetado!

A camara dos srs. deputados...

Oh! nós não podemos resolver-nos a separarm'nos da camara dos srs. deputados, que foi, durante este ultimo lapso de tempo, o nosso encanto, a nos-

sa delicia, o afago mimoso da nossa vida! Entre ella, que se vae fechar, e este livrinho, que vae chegar ao seu fim, nós estamos como o pagem namorado que á porta dos paços do rei Arthur, ao primeiro cantico da cotovia, tem sellado o cavallo que escarva o chão e remorde o freio, emquanto, apoiada ao balcão rendilhado, a bella, a linda princeza apaixonada, envolve o cavalleiro matinal n'um longo olhar de amor, e permanece commovida e pallida para lhe enviar, quando elle fôr desaparecer na volta do caminho, o seu derradeiro beijo, com aquelle aceno — tão profundamente triste para os que partem — de um lenço branco que palpita, ao longe!

E nós, como o pagem, como o menestrel, como o bardo, voltando a cabeça, abrimos da mão as rédeas e as clinas do ginete, descemos o pé do estribo, e vimos dizer ainda á amada lacrimosa uma palavra terna...

A camara pois — diziamos — querendo collocar-se ao par do que a civilisação pratica de mais arrojado á distancia de alguns centos de léguas de S. Bento, decidiu igualmente, á semelhança da maravilha realisada pela abertura do caminho de ferro de Moscow a Pekin, operar um phenomeno — mais modesto, é verdade, mas não menos portentoso:

Pegar n'uma garrafa e metter-lhe dentro um can-

taro, um caneco, um barril, uma pipa ou um tonel!

E, consultando-se sobre a capacidade que lhe assistia para resolver este problema, a camara reconheceu que poderia desempenhal-o. E mandou para a camara dos Pares, devidamente estudada, meditada, escripta, impressa e revista, a celebre e immorttal lei — *do engarrafamento das vasilhas*, na qual lei se lê textualmente no artigo 2.º o seguinte :

« Ficam tambem auctorisadas as camaras municipais, nos termos do artigo antecedente, a lançar taxas sobre o engarrafamento de quaesquer vasilhas. »

Do qual textual artigo 2.º da precitada lei se deixa claramente vêr que a camara — intemerata e altiva — se acha habilitada para proceder á face da Europa a este milagre :

Engarrafar vasilhas.

E com isto, ó camara, adeus! Tu vaes regressar em breve da scena parlamentar — onde boiaste por algum tempo, impertinente e inutil, como uma môsca cahida sobre uma taça de creme — para o refugio inviolavel da vida intima. Vae em paz, amiga; volta aos cuidados bucolicos e simples das tuas couves, á guarda intelligente e pacifica do teu gallinheiro, aos succos do teu lombo de porco, á frescura do teu bragal, aos teus bons lençoes duradouros e fartos,

recolhidos na grande arca e fortemente perfumados com os doces cheiros nativos do linho, do fêno e da maçã camoeza!

Vae, ó camara, e se queres um bom conselho, ouve-o: não tornes cá!

Para se viver no foco civilizador de grande meio sempre ruidoso, sempre agitado, sempre coberto de luz, é preciso que se tenha uma d'estas cousas: um nome, uma fortuna, um talento, uma aptidão; que se seja uma causa de actividade ou um instrumento de trabalho: um operario, um capitalista ou um sabio.

Ora nenhuma d'aquellas cousas tu tens, e nada d'isto tu és.

Profundamente mediocre, o teu destino é seres profundamente obscura.

Uma cousa extremamente difficil, que não conseguirás nunca, é fazer leis. Mas ha outra cousa muito facil, para que tu estás superiormente habilitada e a que deves de todo em todo consagrar-te, — é não as fazer.

Não fazer leis, ó camara, eis a tua especialidade! cultiva-a, e serás grande.

Não fizeste nada, não sabes fazer cousa alguma, e não representas nenhuma grande cousa que antes de ti se fizess! Não é verdade isto?! Pois bem, no mundo moderno, na sociedade actual, quem está

n'esse caso só tem um meio de não ser ridículo: — é ficar em casa.

Cá fora quem não domina e não governa a critica tem de sujeitar-se a ser trinchado por ella... Fica pois em casa, tranquilla no teu rapé e no teu volta-rete.

Não queiras parecer-te com estes jovens burguezes que se arruinam, que se encanalham, que se desgraçam voluntariamente para se darem nos salões um falso ar de homens do mundo com que só elles se enganam. Chamam-se a si mesmos os «janotas», põem a gravata branca e a casaca preta como a outra gente, frisam-se um pouco mais do que os outros, acompanham-se das suas mulheres ou das suas irmãs, de vestidos de bareje barata e de nari- zes que, se se vendessem, custariam ainda mais barato do que os barejes... Correm de sala em sala, julgam-se no mais alto mundo, e cerceiam no boi do jantar os excessos de despesa a que os obriga a sua triste representação — de remendos brancos em panno preto! Não sabem, não vêem que os homens verdadeiramente distinctos e as mulheres verdadeiramente elegantes não acceitam senão com repulsão os contactos das suas mãos vermelhas e suadas, não lhes dando senão desprezo — porque elles não têm nascimento, nem dinheiro, nem ar, nem *toilette*, nem orthographia, nem mão de rédea!

O que estes são — na elegancia, não queiras tu, ó camara, voltar a sel-o, como o fôste — na politica! Não tornes cá.

Adeus. Vae com Nossa Senhora. Se te não abraçamos, se te não damos um beijo, desculpa... É que nós temos razões para desconfiar, — pelas tuas moções de ordem, pelos teus projectos de lei e pelos teus discursos, — que tu usas *patchouly* e comes alho.

Janeiro 1873.

XIII

Foi no dia da serração da velha que a cambolhada se constituiu e foi em estado ao paço apresentar-se ao monarcha.

— Ahi está a rapaziada que se pôde arranjar — disse Sampadius, pondo os de forma, maternalmente, em roda do throno. Tudo gente nova, ousada, corajosa, instruida, ávida de renome e de gloria... É quanto por ahi ha de mais apto para resolver luminosamente, dentro da sciencia e da justiça, os graves problemas da governação publica.

— Quem é esta creança? — perguntou o rei collo-

cando ternamente a ponta do seu real dedo sobre o queixinho macio e polpudo de um dos jovens.

— Este é Bazorra — respondeu Sampadius — moquinho semita, mui forte em nominativos e em tamaras. O systema vertebral proprio da sua raça exorna o com esse elegante e majestoso appenso, a que vulgarmente chamamos. . .

E Sampadius, inclinando-se, disse o ultimo termo da phrase, baixinho, a uma das orelhas da corôa.

O principe arregalou dois olhos como dois puca-ros.

— E verificaram que elle effectivamente o tem? . . .

— interrogou commovidamente sua real majestade.

— Elle o jurou por Mafoma, pelo seu grau de bacharel em leis, e pelos seus trinta dinheiros.

— Bem! bem! — exclamou a corôa esfregando as mãos com jubilo — está então salva a situação.

E voltando-se para os camareiros que circumdavam o solio:

— Jámais fecheis as portas de meus reaes paços sobre o dorso d'este precioso menino: poderieis trihal-o.

Em seguida, dirigindo-se aos jovens:

— Mancebos! diz-me aqui assim Sampadius Rusticus Pata que Rodrigues, do meu conselho, que vós vos achaes nos casos de irdes serrar a velha. Sentis-vos com forças para isso?

— Sentimos! sentimos! — Conclamaram os meninos todos com ardor.

— Ide pois! — concluiu a corôa, fazendo com o respectivo sceptro o molinete majestatico, conhecido pelo nome de *jogo de varrer* na technologia da pragmatica.

Assim começou a reinação famosa, que os Curcios e os Livios celebrarão na historia com a denominação de Bazorrada, tirada do patronimico Bazorra.

Chega ao cabo de seis mezes o prazo de virem os jovens referir ao parlamento qual o modo como corresponderam á confiança da corôa, serrando a velha da governação. Vem o dia solemne de S. Martinho, consagrado pela tradição catholica e constitucional ás provas do vinho novo e bem assim ao sacrificio augusto do lombo de porco e da castanha assada.

Obrigados pelos estatutos da confraria dos pacatos, a que pertencem como é sabido, os jovens tiraram as devidas provas ao novo arrumando-lhe para a frente, sacrificam o quadrupede frito e o farinaceo assado, e em seguida, imprevisadamente, inesperadamente, caem por terra.

Antes de cahirem, dizem as folhas que houve accesa disputa em que os jovens bateram uns nos outros e pelas paredes.

Porque bateram? porque cahiram?

Sobre este ponto divergem os chronistas. Eis em resumo as differentes versões explicativas do phenomeno:

Dizem uns que a briga principiou pelas castanhas, sobre as quaes a voracidade judaica de Bazorra se exercera de um modo que obrigara os seus collegas a considerarem a presença de s. ex.^a no governo como uma nova calamidade publica — o roedor-vastatrix dos castanheiros.

Outros affirmam que a contenda tivera por origem a simples divergencia de opiniões politicas ácêrca dos methodos que cada um propunha para ser-rar a velha, consoante o que lhes fôra incumbido pela confiança da corôa.

Hintz Flumen, debulhado em lagrimas, exigia como condição *sine qua non* que fôsse decretada a tristeza obrigatoria e gratuita em todo o paiz para um e outro sexô; que todos os contribuintes fôsem obrigados, sob pena de relaxe e penhora, a carpirem sobre as urgencias do Estado, e que ninguem mais fôsse recebido nas carreiras publicas, no exercito, na armada, na magistratura e no professorado, sem préviamente haver apresentado attestados authenticos de ictericia.

Bazorra, palitando os dentes e extrahindo magustos moídos das covas dos molares, dizia:

— Deixemo'-nos de pieguices! o paiz do que precisa é de empregos publicos. Dêem-me empregos, que a tristeza eu lh'a darei!

— Não, seu judeu! — replicava-lhe Hintz com charizes de lagrimas na voz — desenganem-se que a nação não precisa senão de uma unica cousa, que é fel!

— Discordo! — obtemperava o israelita.

Convidado por Sampadius Rusticus adque Rodrigues a propôr o seu plano, o rabbino disse:

— O meu programma é simples. Consiste apenas em crear mais duas ou tres alfundegas e mais cinco caixas de depositos e de amanuenses. É-me impossivel salvar a patria sem a dotar com mais umas trezentas bôccas que, para ajudar á limpeza dos comedouros publicos, eu tenho ainda de reserva em minha casa, entre filhos, parentes, adherentes, gallegos, apalpadeiras e animaes domesticos.

O innocente da guerra exigia uma nova promoção de coroneis. Porque dizia s. ex.^a — só por meio de uma forte emissão de coroneis supplementares conseguiremos reanimar o importante commercio da amendoa torrada e da pera sêcca, — acepipes de que as altas patentes militares são proverbialmente ávidas. É mister restabelecer na opinião publica esse antigo prestigio, que desde a Patuléa até hoje os nossos guerreiros souberam conquistar pelo seu fu-

ror mavorcio, exercido sobre o dôce sêcco e sobre a amendoa coberta.

O menor da pasta da fazenda opinava em sentido diverso.

— Uma dura experiencia de seis mezes sobre as necessidades do thesouro no paiz, e sobre as aguas alcalinas e carbonatadas do estrangeiro, tem-me convencido até á saciedade — explicava elle — que a unica base solida sobre que repousa o progresso economico das sociedades, é o barbeiro. Lá estão já tres artigos do meu programma de governo em applicação na alfandega. No fim do anno a estatistica do movimento das barbas n'aquella importante repartição do Estado convencerá os mais incredulos da importancia decisiva que tem o rebôlo e as navalhas de Rodger, quando manejadas por mão firme, sobre a extinção do *deficit*. Concluindo direi que, para o fim de levar ao cabo o systema de reformas financeiras que tenho em projecto, preciso que as côrtes e o François me habilitem com mais barbeiros.

— Senhores! — disse o menino da marinha, usando da palavra por seu turno — de todos vós é bem conhecido o maravilhoso incremento que nos ultimos annos tem tido o mexilhão. Esse saboroso marisco não cessa, um só instante, de invadir as quilhas gloriosas e extaticas dos nossos vasos de guer-

ra. Ha cinco mezes que eu não faço outra cousa do que metter os navios no dique para lhes tirar o mexilhão, e lançal-os depois á agua para lh'o tornar a pôr. Para o fim de acabar de uma vez para sempre com este estado de cousas, a minha idéa consiste em mandar fazer toda a esquadra de caldeirada, e vendel-a de noite pelas ruas, em alguidares. Para isto, porém, preciso de pretas. Tendes pretas?

Houve um silencio tetrico, porque o gabinete não tinha pretas. Bazorra offereceu para as substituir algumas apalpadeiras, tingidas com pós de sapatos, mas esta trica miseravel, só propria de um infiel vendilhão de chinelas de mouro, foi unanimemente rejeitada por todo o conselho, como indigna de christãos.

Dizem outros auctores, que o que determinou a queda do ministerio na noite de S. Martinho, não fôra a divergencia das idéas mas simplesmente a circumstancia da proxima visita a Lisboa de sua majestade o rei de Hispanha, para falar com o qual não havia no governo quem manejasse o idioma hispanhol. Bazorra promptificava-se a falar-lhe em moiro... Mandaram-o para o diabo, quando elle se sahiu com mais essa.

Quando Sampadius, em conferencia de despedida com um *alto personagem*, lhe tentou explicar todos os motivos que mais ou menos directamente haviam

determinado a queda do governo por occasião do sacrificio do porco e da castanha assada em honra de S. Martinho, consta-nos que o *alto personagem*, interrompendo o ex-chefe do poder executivo, lhe dissera:

— Entre parenthesis, que tal era o torreano por conta do lavrador que vocês emborcaram n'essa festividade?

— O torreano — informou Sampadius — era o que nós outros, antes de cahirmos, chamavamos *d'arromba*.

— Ah! elle era dos *d'arromba*! — concluiu o personagem — Bem! escusa de pôr mais na carta.

Novembro 1881.

XIV

Além das jocosidades que esse venerando documento sequestra em cada anno ás locubrações de José Prudhomme, do sr. de La Palice e de Procopio Banana, o discurso da corôa encerra d'esta vez em erros de grammatica, em solecismos e em incongruencias de estylo, a prova mais tocante e manifes-

ta da necessidade da reforma do ensino secundario da nação, n'aquella parte pelo menos em que a lei se refere ao modo correcto e decente de falar a lingua.

Emquanto aos demais assumptos de que trata o discurso da corôa, elle pode-se dividir em duas partes; a saber: as lôas e as nérias.

A corôa principia pelas lôas, e o seu aspecto é sorridente e jocundo.

A corôa felicita-se por se achar de novo no seio dos representantes do paiz fornadeados pelo governo ou eleitos pelos seus beleguins na razão de 3:600 por voto.

A tranquillidade ineffavel que em todo o reino continua a presidir ao engenhoso exercicio do contrabando, ás falcatruas do recrutamento, ás iniquidades da repartição do imposto, á violação das cartas, ao roubo dos bancos, ao escandulo dos concursos, ás nomeações de compadrio, e bem assim ao trote regular das pilecas dos correios de secretaria atraz das tipoias do ministerio, attestam que reina a ordem em toda a extensão da monarchia. E a corôa congratula-se pela ordem.

Uma commissão composta de alguns escriptores publicos auxiliados por alguns artistas, realisa em Lisboa, e promove pela propaganda em muitos pontos do paiz, a celebração do centenario de Camões.

O governo, que não teve parte alguma em tal festa e que aconselhou a corôa a não contribuir para ella senão por meio de um régio olhar que, segundo dizem, lhe deitou, agradeceu a espontaneidade d'essa iniciativa na affirmação do decoro intellectual do paiz, insultando nos seus jornaes pelo modo mais villão e mais immundo a honestidade, a intelligencia e o patriotismo commovido e profundo d'aquelles a quem se deve a commemoração festival do jubileu camoneano. Este facto torna-se no discurso da corôa, o assumpto da cantata n.º 3, na qual a corôa, em nome do governo que fala pelo real labio, se congratula por tudo o que não fez, e, alludindo de certo aos vivas que ninguem lhe deu, aos cumprimentos que lhe foram recusados e á pateada que duas mil pessoas lhe consagraram no dia 10 de junho no Circo de Price, a corôa agradece, diz o discurso, *os testemunhos de affectuosa benevolencia que por essa occasião recebeu.*

Como é sabido reuniram-se conjuntamente em Lisboa o congresso litterario, e o congresso de anthropologia. Debalde os membros d'esses dois congressos, de alta importancia mental, procuraram por toda a parte, nas suas reuniões, nos seus banquetes, nas suas digressões, nos seus passeios, nos seus quartos, por baixo das mesas, por baixo das camas, entre os fósseis do sr. Carlos Ribeiro, no fundo dos

wagons, atraz das portas, nas casas, nas ruas, na cidade, nos campos, entre as burricadas de Cintra, entre as manadas do Ribatejo, e entre os padres de Braga, o representante official da instrucção publica portugueza. É esse o entrecho da cantata n.º 4, em que a corôa ainda mais uma vez se congratula pela sympathica attenção que os congressos contribuíram para fixar sobre o sabio governo que nenhum congressista viu, a não ser na fórma de comestiveis liberalmente abonados pelo Estado para alimentação dos forasteiros.

N'este ponto terminam as lôas e principiam as né-nias.

O governo continuando, segundo a memoravel tradição economica do paiz a não ter dinheiro, nem trabalho para o produzir, nem talento para crear o trabalho, nem saber para o dirigir, nem vontade para apprender a inicial-o, pediu mais alguns mil contos emprestados. Para que? Para instituir alguma nova industria? Para adquirir novos elementos de riqueza? Não, dignos pares e senhores deputados da Nação: o governo pediu emprestado mais dinheiro para o fim de pagar a divida. É por este modo tão bem combinado e tão productivo que os povos, assim como os individuos, penetram na senda da prosperidade e chegam, ao cabo de emprestimos successivos, ao mais alto grau de abundancia e de magni-

ficencia. Infelizmente achamo-nos ainda longe d'esse *desideratum*, mas pelo caminho que tão corajosamente encetamos lá chegaremos um dia!

Aqui o discurso, depois de se balouçar por um momento na aza da elegia, penetra de um vôo nos dominios do pathetico, e principiam a soluçar na phrase os rythmos mais dolentes e mais chorosos:

Dignos pares e senhores deputados da nação portugueza. Ardua e trabalhosa foi a tarefa que... Penoso encargo é o de... E todavia grandes seriam vossas responsabilidades, se...

Depois, a pouco e pouco, por baixo do manto la-crimejado da rethorica, sente-se bulir uma cousa, que a corôa, decorosa e commovida, não destapa de todo. Essa cousa é o augmento do imposto, que se está pagando. A corôa toca subtilmente n'esse ponto: *A nação sujeitou-se tranquilla e resignada ás provações que em nome do bem publico lhe foram impostas. O paiz e os seus representantes cumpriram briosamente o seu dever.*

E com isto, a corôa não enfada mais, porque são as horas em que os differentes poderes do Estado, o moderador, o executivo e o legislativo, costumam ir para a mesa.

Nós outros mostremo'-nos dignos do elogio que nos fez o principe: Sejamos briosos... Vamos pagar a decima!

XV

Entre o poder executivo e a camara dos pares passa-se o mesmo caso que se dá entre os que fabricam as couraças dos navios de guerra e os que fabricam as balas de artilheria.

Logo que a couraça resiste, inventa-se uma nova bala que a fure. Logo que a nova bala fura, inventa-se uma nova couraça que por seu turno lhe resiste. E assim successivamente e interminavelmente.

Do mesmo modo: logo que a camara dos pares se deixa penetrar de influencias hostis ao governo, o governo applica-lhe esta nova blindagem — a fornada.

Succede-se a elaboração de novas influencias até que a resistencia da fornada se dissolve, e applica-se fornada nova. E cada ministerio que passa no poder precisa de uma fornada ou duas para existir.

A unica differença entre as successivas blindagens da camara e as dos navios couraçados consiste em que nos navios as couraças substituem-se, ao passo

que com as fornadas de pares as couraças sobre-
põem-se.

Como não ha limite para essa accumulção, não
é difficil prever o momento em que o proprio peso
da instituição sobrecarregada a metterá no fundo.

XVI

O modo como ultimamente têm sido preenchi-
dos alguns logares nas repartições do estado de-
monstra que a antiga lei dos concursos se acha re-
vogada por meio de subseqüentes disposições, já vi-
gentes, com quanto ainda não codificadas nem re-
duzidas a escriptura official.

O publico, porém, deduziu perspicazmente dos
actos do governo o preceito inédito que regula es-
ses actos, e os ultimos requerimentos dirigidos pe-
los pretendentes a sua majestade que Deus guarde,
consta-nos que se acham formulados já segundo as
novissimas bases em que está repousando este im-
portante alicerce dos serviços publicos.

Eis a cópia fiel de alguns d'esses documentos, des-
tinados a servirem de norma aos candidatos que

houverem de mostrar-se aptos a serem providos nas funcções que o orçamento remunera e que o governo distribue:

MODELO A

Senhor!

Diz F. . . (o nome do candidato, filiação e naturalidade) que, tendo concluido com aproveitamento e louvor todos os preparatorios de um curso de sobrinho em primeiro grau, e achando-se como tal habilitado a receber um tio de capacidade para o exercicio das mais difficeis funcções que o paiz adjudica ao talento e ao trabalho dos cidadãos prestimosos,

Por isso pede humildemente a Vossa Majestade que, tomando em sua sábia consideração as circumstancias que concorrem no supplicante, se digne de dar as suas reaes ordens a fim de que elle seja provido, como é de razão, no logar (para que lhe consta achar-se aberta a competente matricula) de sobrinho do sr. presidente do conselho de ministros.

E. R. M.

MODELO B

Senhor!

Diz F... (sicut supra) que tendo consagrado desde a mais tenra infancia todos os seus dias, principalmente os sabbados, ao manejo da navalha de barba, por meio da qual tem sempre servido com honra a nobre causa do throno e do altar, já abrindo a coroa a este, já escanhoando os queixos áquell'outro com diurna e nocturna mão, e achando-se por tal modo habilitado a discorrer com proveito do paiz e gloria de Vossa Majestade sobre todas as questões aduaneiras que hajam de ser confiadas á sua pericia,

Pede reverentemente a Vossa Majestade que, em attenção aos predicados e ao rebolo do supplicante (junte o rebolo) Vossa Majestade haja por bem ordenar que elle seja provido nas repartições fiscaes do reino na qualidade de digno barbeiro de s. ex.^a o mui nobre ministro dos negocios da fazenda de Vossa Magestade. ⁸⁰

E. R. M.

MODELO C

Senhor!

O abaixo assignado vem submissa e confiadamente aos reaes pés de Vossa Magestade dizer de sua justiça e supplicar reparação de seu agravo.

Real senhor! O supplicante é de profissão judeu. O supplicante é de idade menor de doze annos. O supplicante é filho legitimo do rabbino Bazorra, como pode provar pelo facto de se achar prompto a vender por trinta dinheiros o dicto rabbino seu pae a todo aquelle que lh'o quizer comprar, — veniaga esta que o supplicante jámais faria, como é óbvio, se se tratasse da venda de um extranho, e não do proprio auctor dos seus dias. Consta de documentos publicos e authenticos que todos os membros da tribu dos Bazorras se acham providos em funcções do Estado com bons achegos pecuniarios por cada bocca. O abaixo assignado vem pois supplicar da justiça e da clemencia de Vossa Majestade que, tendo em vista as ponderosas razões que allega, se digne de ordenar que sem perda de tempo elle seja egualado em direitos adquiridos a todos os demais Bazorras que Vossa Majestade tem mandado amamentar, a expensas do reino, pela vaquinha de leite da publica governação.

Deus guarde por longos e dilatados annos a preciosa vida de Vossa Majestade assim como a da dicta vaquinha, de cuja chucha todos havemos mistér.

(Assignado o nome do Bazorrinho,
juntamente com o numero de
ordem que tiver na tribu).

Eis aqui agora o teor da nova lei de concursos, tal como ella está no peito dos ministros e como brevemente verá a luz das columnas do *Diario do Governo*:

Dom Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'áquem e d'ex-além mar etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, para o fim de restabelecer em bases firmes e inabalaveis a competencia provada dos cidadãos a que tenham de ser adjudicados os cargos publicos, que o sr. Fontes decretou e nós queremos a lei seguinte:

Artigo primeiro. — Todo aquelle que d'ora ávan- te se propuzer candidato a qualquer emprego do Estado será obrigado a demonstrar por documentos que é filho, que é sobrinho ou que é barbeiro do poder executivo.

Artigo segundo. — Fora das tres referidas cate-

gorias scientificas ninguem mais poderá ser provido nos cargos da nação.

Artigo terceiro.—Fica revogada toda a legislação em contrario.

Pelo que: Mando a todos aquelles que maçam os ministros com memorias e com cartas de empenho para abiscoitarem empregos que assim o tenham entendido de uma vez para sempre.

XVII

A entrada official do novo anno celebrou-se ha quatro dias com a cerimonia da abertura solemne das côrtes.

Os novos deputados da provincia haviam chegado dos seus respectivos circulos com a devida antecedencia, providos das piugas caseiras e dos tropos ruraes calculados para fazer face a quatro mezes de campanha oratoria e de vida de estalagem. Ha dias que as physionomias de suas excellencias salpicavam nas ruas, nos passeios e nos theatros, o pessoal cir-

culante da cidade, ostentando o seu dandysmo domingueiro, as suas luvas novas, as suas gravatas de apparato em escadarias de setim verde com patamares de velludo roxo, os seus chapéos delambidos e reluzentes como espelhos pretos, e os seus rostos montezinhos e ingenuos, um pouco escurecidos e desolados pelas vigílias da viagem e pela constipação de ventre sempre inherente ás repentinas mudanças dieteticas do simples cozido domestico para os refogados irritantes da meza redonda das hospedarias.

No dia 2 pela 1 hora da tarde, el-rei, vestindo de generalissimo, com calções de anta e botas envernizadas até o joelho, desceu em coche de gala do alto da Ajuda até o palacio de S. Bento, acompanhado de S. M. a Rainha e de S. A. o infante Sr. D. Augusto, condestavel do reino, armado do seu respectivo estoque.

Atraz das reaes berlindas galopava, com grande estrepito de espadas batendo os flancos dos cavallos, um esquadrão de lanceiros.

No átrio das côrtes, recepção da familia real pela deputação das duas camaras, pelas damas de honor e pelo corpo diplomatico.

As senhoras, em cabello, com pennas de marabú no toucado, o collo e os braços nús, em pelle de galinha, arripiados pelo frio e circumdados de velhos

diamantes, as caudas de serviço de gala apanhadas no braço; umas gordas, arredondadas; outras magras, altas, aquilinas, de hombros cahidos, caminhando lentas e angulosas.

Os homens, de uniformes bordados exhalando o cheiro d'azebre dos metaes, com os peitos triumphaes cobertos pelas placas de todas as ordens do globo sob os seus diversos e innumeraveis nomes de reis, de santos, de gallinaceos de varias côres, de mineiros, de animaes carnivoros, de pachydermes e de cherubins.

Na sala, todos os deputados e todos os pares da ultima fornada, barbeados de fresco, dentro das suas casacas em folha e das suas gravatas brancas de grandes pontas bicudas.

Nas tribunas, todas as senhoras da burguezia de Lisboa, com assignatura aberta em todos os divertimentos publicos e gratuitos da cidade, taes como fogos de artificio, paradas, illuminações, novenas, regatas e missas. Sobre os chignons d'estas damas, toda a collecção dos chapéos modernos á Rubens, á Luiz XIII, á Henrique IV e á Directorio. A senhora Cecilia Fernandes, que accumula na baixa os diversos empregos exercidos perante a *toilette* de Paris por Worth, Felix, Madame Rodrigues e Vignon, encarrega-se de fornecer a estas senhoras os seus luxos de pellucia ou de velludo de algodão acclima-

dos ao gôsto do café Montanha e da Aurea Peninsular.

Subida ao throno a real familia, desembainhado o estoque do Sr. condestavel, e feito o devido silencio na assembléa, competentemente tossida e assoada para o caso, o chefe do Estado desenrolou a sua bella folha de papel de Hollanda, de marca grande, e leu a cousa chamada, por um dos barbarismos do vasconço official, o *discurso da corôa*.

Se o poeta da *Delphina do mal*, presentemente ministro do reino e auctor d'esta peça de estylo, não tivesse já passado pelas colicas annexas ao exame de portuguez, não é crível que, com esta prova na mão, s. ex.^a conseguisse transpor o augusto portico da sciencia para cujo ingresso é obrigatorio o conhecimento das regras da grammatica e da composição.

Faço a devida justiça ao talento poetico do nobre ministro, e estou certo de que, se elle puzesse em verso esse discurso, não deixaria de produzir um bello poema, que poderia talvez intitular *O mal da grammatica da Delphina*. Sob a sua forma de real cantata em prosa, esta producção litteraria está bastante abaixo do respeito devido, não direi ás immunidades da corôa, mas ás da lingua.

Nos seis primeiros paragraphos do discurso notam-se apenas seis diversos erros de linguagem—o

que é assás satisfactorio; mas dos seis primeiros paragraphos em deante augmenta a proporção em que está o numero dos erros para o numero dos paragraphos, até o ponto de que nos ultimos periodos a percentagem dos solecismos é quasi equivalente ao computo das linhas.

É jocoso de mais, me parece, vêr sahir assim da bôcca de um rei christão uma lingua de preto hereje, em que a syntaxe cambalêa, tropeça e dá cabeçadas, pondo uma difficuldade tão comica em exprimir um pensamento como aquella com que lucha um bebe-do para conseguir dar um passo.

Mas não é pelo lado da forma que eu me proponho estudar este documento. Vamos ao assumpto.

O discurso da corôa d'este anno parece ter por intuito na sua maxima parte fazer uma concorrência de segunda mão á missão do *Diario de Noticias*. A real prosa começa por desdobrar-se em uma larga narrativa de successos varios, todos elles já conhecidos. Por convite de sua majestade o rei da Hispanha, sua majestade o rei de Portugal foi assistir á *abertura da circulação* do ramal do caminho de ferro de Caceres. Em poucos dias chegarão a esta cidade suas majestades catholicas. Effectuou-se a eleição de deputados e bem assim a das camaras municipaes. Sua majestade el-rei, acompanhado de sua extremosa esposa e de seus interessantes filhos,

fez uma digressão ás provincias do norte. As festas do Porto estiveram mui brilhantes, o que produziu profunda impressão no espirito de sua majestade. Portugal concorreu á exposiçãõ retrospectiva da arte peninsular recentemente celebrada em Londres. Vamos agora ter em Lisboa uma exposiçãõ semelhante. Foi celebrado um novo tratado de commercio com o governo francez. As obrigações de seis por cento do caminho de ferro do Douro foram convertidas em obrigações de tres por cento. Abriu-se uma subscripção publica para um emprestimo destinado á construcção do caminho de ferro da Beira.

No momento em que sua majestade virou folha para passar á segunda pagina do seu discurso, julgou-se que se ia entrar na secção dos annuncios e que sua magestade proseguiria dizendo: «—*A chave do céo*, novissimo livro de missa. Acha se á venda na Livraria Catholica.—Precisa-se de um quarto em casa de familia capaz, nas immediações da rua da Prata.—Offerece-se donzella com pratica de voltas de casa para ser tratada como pessoa de familia.—Frieiras. Desapparecem rapidamente com o balsamo de Testelim.—*Casabeque vermelho*. Passei tres vezes. Se lhe não sou indifferente diga-me como nos poderemos corresponder. *Luneta de ouro e ramo ao peito*.—Hoje ha dobrada.»

Em vez, porém, de penetrar com firmeza na se-

ção nunciatoria, o discurso de sua majestade começa na sua segunda pagina a borboletear sobre alguns dos problemas da governação: Emquanto ás provincias ultramarinas vão-se tomar algumas medidas que promettem ser importantes. Pelo que diz respeito á instrucção publica tambem se hão de tomar medidas. No tocante a caminhos de ferro, á construcção de navios, ás obras do porto de Lisboa, ao exercito, á marinha e ás colonias, o governo mantem a mesma resolução inabalavel que o anima com relação á instrucção publica e ás provincias ultramarinas; isto é: o governo tomará medidas, como acima fica dicto.

Esta resolução geral de *tomar medidas* ácêrca de todos os negocios do Estado é boa; ella tem sobretudo esta vantagem inapreciavel de ser inoffensiva e de ser incriticavel. A unica cousa talvez para desejar, como complemento perfeito de todos os nossos votos, seria que a corôa, por entre um tão grande numero de medidas que se vão tomar, nos apresentasse tambem, a simples titulo de amostra, uma ou outra pequena peça d'obra feita. Este appensozinho prático á régia oratoria produziria em nós um tanto maior jubilo, quanto é certo que as meras medidas em projecto, á força de nos serem invariavelmente promettidas em todos os discursos da corôa, proferidos no decurso dos ultimos vinte annos, aca-

baram por assumir um caracter de puras abstrações da phantasia sem realidade correlativa nos seios da próvida natureza.

As palavras em que o discurso da corôa se refere á situação financeira do paiz são deveras tocantes e merecem ser textualmente reproduzidas.

Temos melhorado muito—diz o discurso—*o nosso credito está robustecido...*

Nada mais satisfactorio do que o aspecto do nosso credito definido em semelhantes termos. Está a gente a vê-lo reconstituído a bifés, a vinho de quinium e a ferro Bravais, fresco, rosado, solido, rijamente pouzado no solo, levantando a braços extendidos alteras de vinte kilos, forte e feliz, sorrindo alegremente á vida, á luz do sol, ao trabalho, ao amor.

O discurso todavia prosegue, e immediatamente depois de se haver dicto que *temos melhorado muito e que o nosso credito está robustecido*, acrescenta-se logo: *porém o deficit é persistente e asoberba ainda o thesouro, difficultando a marcha dos negocios e impedindo a construcção de obras e desenvolvimento de serviços de que necessitamos.*

Desillusão fatal! Na passagem de uma linha para outra, o credito, tão vigoroso, tem uma rechida inesperada, e havendo começado o periodo pelo seu pé, levantando pesos, acaba-o extendido na cama, no estado comatoso de *deficit persistente*, abando-

nado dos medicos, de nariz afilado e de olhos envidraçados, entregue com o seu barrete de algodão branco, com os frascos das suas mézinhas, com os seus titulos de divida fluctuante e com a sua escaradeira, aos decretos da divina Providencia. Triste exemplo das vicissitudes da sorte e do nada da nossa precaria e ephemera existencia sobre a superficie do orbe!

A persistencia do *deficit* é com effeito a tremenda realidade que sobresaee como unica cousa viva de toda essa phantasmagoria palavrosa e amena da rhetorica constitucional.

A verdade fatal é que, ao cabo de perto de quarenta annos de uma paz imperturbada, nós nos achamos devendo 420 mil contos de réis.

Está provado que pelo regimen em que vivemos a divida publica duplica invariavelmente de quinze em quinze annos. Portugal deve 54 mil contos mais do que devem, reunidos, todos os demais pequenos paizes da Europa — a Belgica, a Suissa, a Dinamarca, a Grecia, a Suissa e a Noruega.

Nada mais facil em arithmetica do que calcular desde já o prazo prefixo em que pelo caminho em que vamos, chegaremos fatalmente a ter de pagar tanto de juros quanto o que cobramos de receita. O orçamento geral do Estado para o anno corrente attribue-nos um rendimento de 26:193 contos de réis.

É menos do que o que teremos de pagar em juros aos credores do paiz no anno de 1900, isto é, em menos de vinte annos da vida que ha vinte annos levamos. E não é sómente em dinheiro que temos *deficit*, temol-o no trabalho nacional, que está por organizar e que não poderá viver nem um dia desde que lhe falte o auxilio das industrias estrangeiras; temol-o na população que é de metade do que poderia ser; e temol-o no solo agricultado, que é apenas de 2 milhões de hectares, emquanto que é de 9 milhões de hectares a superficie total do paiz.

Ora, francamente, para o fim unico e exclusivo de chamar a nossa attenção, por meio do rufo oratorio da banalidade, para um estado de cousas tão pouco divertido, não valeria talvez a pena de que sua majestade se incomodasse em vir da Ajuda abrir em grande estado a symphonia parlamentar de S. Bento.

Sucedeu d'esta vez que o publico tomou a liberdade nova de commentar da galeria a fala do soberano.

Quando se alludiu ao tratado de commercio com a França, uma voz d'entre o povo perguntou: *E o tratado de Lourenço Marques?*... Quando se falou das colonias, da instrucção, do *deficit*, das economias, houve murmurios diversos, e a galeria mostrou-se mais encatharroadá do que fôra para dese-

jar que estivesse, no momento de ouvir o verbo do poder.

Referindo-se a esta irreverencia, os periodicos monarchicos accusavam a má creação do partido republicano. Os republicanos não sei com certeza o que dizem a isto.

Pela minha parte eu consigno simplesmente o facto como um symptoma curioso do desprestigio em que a pouco e pouco vae cahindo a antiga pompa monarchica. Ha dez annos nenhum plebeu teria vontade de tossir na presença de um rei e de uma rainha, collocados n'um throno em grande gala e rodeados das mais altas e das mais luzidas personagens da sua côrte e da sua aristocracia. Hoje em dia um monarcha em taes condições é brutalmente interrompido e é quasi apupado. Não quero de modo algum defender aquelles que assim procederam, e declaro, com as folhas monarchicas, que não seria eu nunca quem escolhesse esses sujeitos para reger no paiz as cadeiras de civilidade. O que affirmo, porém, com a confirmação de mais este testemunho é que o publico tem perdido o respeito dos antigos symbolos consagrados. Elle pede hoje aos depositarios do poder alguma cousa mais do que o apparatus das suas insignias e os seus themes de composição e de estylo. Os governados desejam, sobretudo, d'aquelles que governam bom-senso e verdade.

Assim tenho por certo que sua magestade não teria sido interrompido senão com applausos se, em vez do seu grande dispendio de prosa, sua majestade houvesse dicto simplesmente:

«Dignos pares e senhores deputados da nação portugueza. Com o novo anno, que hoje começa, acho-me resolvido a começar nova vida. Tenho, portanto, a dizer-vos que, sendo a receita de Portugal de 26:193 contos de réis, uma parte d'esta somma será destinada a pagar os juros da divida publica e a parte restante a satisfazer os encargos do Estado. Se estes encargos forem superiores aos rendimentos, o Estado que reduza os seus compromissos. Todo o ministro que, sob qualquer pretexto que seja, dispender mais do que aquillo que o paiz possuiu será entregue aos tribunaes como trocatintas e ladrão. Dignos pares e senhores deputados da nação portugueza, desejo-vos felizes festas e prospera saude; a minha é boa. Está aberta a sessão.»

XVIII

Jovens senhores deputados.

Mancebos!

Vão-se abrir para um baile a que sereis convidados os salões dos reaes paços. Será uma festa deslumbrante e fascinadora, bem diversa—podeis crê-lo—de tudo quanto tem abrangido até hoje o angulo burguez do vosso ôlho provincial.

Vós conheceis os chás abailaricados da calçada dos Clerigos em dia de procissão, no Porto. Vós conheceis os balancés clericaes da rua das Conegas, em Braga. Vós conheceis as tertulias balnearias, de contradansas de lanceiros e de bandejas de especiones, no club das Caldas e nas assembléas recreativas da Figueira e de Espinho.

Pois bem! em verdade vos digo que ao entrardes nas faustosas salas da real mansão uma enorme soltura de desdem e de escarneo cobrirá em vosso espirito todas as recordações choreographicas que tenhaes conservado do amor bailado ao piano e do chá e cavacas digerido em apraziveis companhias sob o clarão dos lustres, em vossas terras.

Preparae-vos pois, ó jovens, e permiti ao velho mundano que vos dirige estas regras o ministrar á vossa inexperiencia alguns conselhos.

Meus amigos, primeiro que tudo, lavae-vos. O mui alto e poderoso rei sr. D. João VI não se lavava, e a historia affirma com respeito d'esse virtuoso principe que elle não era inodoro. Vós porém não sois o mui alto e poderoso rei sr. D. João VI. É mistér que o não esqueçaes nunca e que vos laveis, embora pelo precedente de João o uso do banho vos pareça offensivo das tradições historicas da excelsa familia de quem ides ter a honra de vos approximar.

Depois cortae as vossas unhas e aparae devidamente os vossos callos, tendo em vista que essa operação se ache concluida antes de haverdes penetrado no recinto do régio sarau. Os grandes do reino não levariam a bem que vos operasseis na augusta presença do principe. Um só vassallo, o nobre Marquez de Vallada, glorioso bailio de Malta, por um privilegio inherente ao seu brazão, usa aparar as unhas, roendo as, deante do monarcha. Ainda assim as das mãos unicamente! Vós outros porém não sois bailios de Malta.

Ponde camisa lavada, abstendo-vos quanto ser possa do abuso indecoroso que costumaes fazer dos peitinhos transparentes, sob os quaes tendes o vicio de ostentar almofadas encarnadas que o prurido de um

luxo heliogabalico vos levou talvez a subtrahir á commodidade domestica de vossas destitutas mulheres e ao aconchego de vossos innocentes filhos. Ponde roupa branca mas, por quem sois, deixae em casa a mobilia que costumaes metter no seio quando ides de casaca para a superior de S. Carlos.

Abstende vos egualmente do collarinho postiço, symptoma de um baratismo de tenda, que vos fará passar por escreventes da administração do vosso concelho aos olhos das mulheres bonitas que vos olharem para a gravata. Os principes usam d'esses collarinhos unicamente por conselho do sr. José Luciano de Castro, lamentavel janota de mezes de verão na costa do Furadouro, praia de quarta classe, no districto de Aveiro.

Egualmente convém que vos não deixeis cegar pela paixão politica até o ponto de imitar o mesmo sr. José Luciano na sua maneira de se pentear. É certamente de um radicalismo abusivo, que não pode ser bem visto em palacio, a moda adoptada por esse estadista de apartar o cabello sob a pressão de unguentos adhesivos desde a testa, pela nuca abaixo, até profundidades tragicas que obrigam s. ex.^a, para o fim de abrir a risca, a começar por depôr as calças nas mãos do seu cabelleireiro. Um homem suspeito, como este, de andar dividido em dois por um traço de pente desde a fonte esquerda até a ultima

vertebra falsa, inclusivè, não deve ser por vós tomado para modêlo, porque não é serio.

Durante o dia do baile, assim como nos dois dias que immediatamente o precederem, não comaes alho, nem comaes os refogados de cebola com que vos alimentam nas vossas estalagens. Esse regimen dietico convém para puxar o copo d'agua oratorio e para cevar a facundia tribunicia em barrigas patrioticas, mas é nocivo para falar com senhoras. Depois de tomada esta precaução para o fim de conversardes convenientemente com as damas, tomac ainda uma outra: não converseis.

Vesti calção e meia, e mandae forrar d'encarnado os tacões Luiz XV dos vossos sapatos. Essa ligeira nota de chic Regencia pôr-vos-ha, nos calcanhares pelo menos, um boccadinho da alegria e da vivacidade que se vos varreu inteiramente do espirito no pelintrismo lugubre da intriga parlamentar. E a casaquinha, justa, certa ao corpo, bem feita! Não queiraes com o aspecto das casacas monstruosas com que vos temos visto por ahi, fazer suppôr ao soberano que trazeis já ao lombo as albardas que lhe andaes a pedir ha dois annos.

Mandae chamar Justino Soares e conferenciae com elle sobre o artigo — maneiras. Ainda ha pouco tivemos occasião de apreciar a correcção das vossas attitudes, ao discutir-se na camara a resposta ao dis-

curso da corôa, e não vos dizemos a esse respeito senão isto: — mandae chamar Justino.

Relêde com attenção o compendio elaborado por João Felix sobre a civilidade. Ha materias cuja doutrina é util refrescar, principalmente quando se vae á camara todos os dias.

Uma vez em palacio, sêde discretos no consumo das brioches e dos charutos. Reflecti que o paiz é pobre, que temos uma divida fluctuante de 3:350 contos e que temos um deficit calculado em 4:500 contos para o anno proximo. O monarcha tambem não é rico, tem boccas que sustentar, tem encargos, tem filhos, tem tenros e innocentes filhos, de louras cabeças, como de todos vós é sabido. Sêde portanto parcimoniosos e cautos com os comestiveis e com os tabacos de fumo do soberano. É um pobre e honrado chefe de familia, meus senhores!

Ao sahirdes será conveniente que fora da porta vos façaes revistar por um archeiro, deante do qual vos deveis despir completamente, fazendo constatar n'um termo firmado por duas testemunhas e reconhecido por um tabellião que nem nas vossas algibeiras, nem debaixo da vossa camisola, nem nas vossas barrigas das pernas, se encontrou peça alguma da real baixella. Isto por causa .. Cheguem cá o ouvido:

.....

Já vêem que é um conselho de amigo. Adeus, rapazes.

XIX

As galerias de S. Bento metteram immenso povo durante a semana toda. Os espectaculos, tambem, não eram para menos.

O sr. Fontes, depois de haver entrado com gesto largo e desassombrado nas provincias da publica administração, absteve-se, com aquelle fino tacto que distingue todos os nossos estadistas, de emittir opinião alguma ácerca do modo de governar os homens, e sahiu em seguida das provincias, pelo mesmo modo como entrara n'ellas—com gesto largo e desassombrado.

Falou tres horas. Uma das senhoras que o ouviu até o fim disse-nos que ia com os seus ouvidos consolados. É o que se quer.

No fim de contas esses boccadinhos agradaveis são o que a gente leva d'este mundo!

Ao gesto desassombrado do sr. Fontes respondeu o sr. Saraiva de Carvalho. S. ex.^a affirmou com vehe-
90

mencia que o gesto do sr. Fontes cahia pela base perante os actos praticados na gerencia da sua pasta por elle sr. Saraiva de Carvalho, ministro das obras publicas. Descendo ao campo dos factos, s. ex.^a disse que havia mandado fazer uma ponte em Villa Velha. É evidente que ninguem o acreditou.

Mandada fazer por s. ex.^a! Em Villa Velha! Uma ponte!... Temos conversado! Como réplica oratoria, porém, o truque era de mestre. A opposição embatucou. S. ex.^a tem sido muito cumprimentado pela sua peça de eloquencia, mas sobretudo pela chalaça da ponte. E todos são unanimes em confessar que o homem para a argumentação que é damnado.

O sr. conego Pires de Lima, baixando por um momento o seu estrabismo de mystico,—tão semelhante ao do grande Bartholomeu dos Martyres— das alturas theologicas sobre a cousa publica, despertou por esse facto a fecundia acrimoniosa do sr. visconde de Chancelleiros.

Depois de uma boa trepa mudanal o estrabismo do sr. conego tornou-se a revirar para o céu. Está muito bem empregado assim! A physionomia d'este sacerdote quer martyrio. Se ha por ali quem tenha fel, que lh'o traga! Elle está-o a pedir por bocca.

Finalmente o sr. Bôrras e Cunha... (Perdão!...) o sr. Birras e Cunha... (Parece que ainda não é as-

sim!) o sr. Burras e Cunha... (Não! decididamente desistimos!) O sr.... e Cunha citou a legislação ingleza a proposito de... Mas a que diabo de proposito foi que elle a citou?... Citou-a emfim, que é o grande caso. E citou-a com proficiencia. Honra lhe seja!

Não, não ha que se lhe diga, foi uma semana boa!

XX

Era uma vez um urso, desconfiado e casmurro por fora, mas por dentro pobre diabo inoffensivo, bonacheirão e palerma. Chamava se o Publico, e tinha por comadre uma raposa, das tres que successivamente se revezam no governo da cousa publica, e que elle convidava a jantar. A raposa vinha, contava historias ao urso, fazia-lhe festa, anediava-lhe o pêlo, trazia-lhe o *Diario do Governo* e dizia-lhe, piscando o olho:

— Lê isso que ahi vem hoje, se te queres rir!

O urso punha-se a lêr e adormecia.

A raposa comia as pápas que estavam para ella e mais as que estavam para elle, lambia os beiços,
q'

palitava os dentes, lavava as mãos, acordava o urso, retirava-lhe o *Diario do Governo*, e dizia-lhe terna:

— Não comas mais, que te pode fazer mal ao ventre. Vamos dar agora um passeio para esmoer.

E, montando no urso, a raposa ia passear, cantando-lhe de cima:

Raposinha gaiteira
Farta de pápas
Vae á cavalleira.

O urso, desgostoso e, além d'isso, magro, queixou-se a outra raposa governante, igualmente sua conhecida, dizendo-lhe que a sua amiga, a quem elle dava pápas, lhe não dava senão portarias e decretos a elle, e que este alimento sempre continuado lhe cavava o estomago e lhe fazia cahir a espinhela.

Respondeu-lhe a segunda raposa:

— Manda á fava essa impostora! Eu jantarei contigo, e te darei pápa fina.

Foi a segunda raposa jantar com o urso. Muita festa para a festa, e ao ir para a mesa deu lhe o *Diario do Governo*.

— Lê isso que ahi vem hoje, se queres tirar esse ventre de miserias!

— É decreto? — perguntou o urso enfiado.

— Qual decreto nem meio decreto! Decretos prestam lá para nada! O que ahi vem hoje, é uma *syn-*

dicancia. Chuchurubia-me isso, e provarás o que é bom!

O urso poz-se a lêr e dormiu. A raposa, depois de lhe ter comido as pápas, acordou-o com uma palmadinha no abdomen:

— Ah! seu urso! então consolou-se ou não se consolou essa barriguinha? Ora vamos lá agora dar o nosso giro!

E de passeio em cima do urso a segunda raposa ia cantando pelos caminhos fora:

Raposinha gaiteira
Farta de pápas
Vae á cavalleira.

Mestre urso desconfiado de que começava a digerir-se a si mesmo, porque da guela para baixo é que não havia passar-lhe pápas de qualidade nenhuma, fez queixa á terceira raposa das velhacarias que lhe pregára a segunda.

— Olha a grande ladra!—disse a terceira raposa. Põe-a no meio da rua, que eu lá vou logo jantar contigo, e verás o pitéo que te levo.

Foi a terceira raposa jantar com o urso.

— Ora viva o nosso ursozinho, cada vez mais bonito e mais bom urso!

E dando-lhe o *Diario do Governo*:

— Ahi tens o pitéo que eu te disse.

— Mau — murmurou o urso pegando no *Diário*. Parece que me está a querer adivinhar o coração que temos mais palhada. . .

— Palhada, meu grande bruto! Pois tu chamas palhada a isso que ali vem, que são as *graças e as mercês* referendadas pelo proprio principe e assignadas pelo seu real punho?!

— E essa cousa enche a barriga? — perguntou o urso duvidoso, pelo muito escamado que já estava das outras partidas que lhe tinham feito.

— Saboreia e me dirás! respondeu a raposa, extendendo a dextra intimativa e solemne.

D'ahi a nada o urso roncava como um porco, e a raposa, tendo comido muito bem comidas as pápas, dizia-lhe :

— Logo ha de se lhe jogar um voltaretezinho para entreter a noite, mas antes d'isso pedem as praxes que dêmos uma passeata para arejar as graças que a régia munificencia houve por bem e lhe approveu derramar sobre nós.

E escarranchada no urso, a raposa sahiu a arejar, dizendo pela via publica :

Raposinha gaiteira

Farta de pápas

Vae á cavalleira.

O urso por fim, desenganado de que todas as raposas são a mesma cousa, deixou de se queixar e deixou de escolher. Tem sempre uma raposa que lhe come as pápas e lhe dá para lêr a folha official. Está cada vez mais magro, mais lazarento, mais trombudo por fora, mais baboso por dentro, e no todo cada vez mais urso. E nada mais histrionico, mais tintamarresco, e mais bertholdo do que vê-lo por ahi, já no Chiado, já no Aterro, já no Passeio Publico, já no Martinho, já no Gremio, já em S. Bento, choitando derreado com uma das suas tres raposas no lombo, gritando-lhe sempre :

Raposinha gaiteira,
Farta de pápas
Vae á cavalleira.

XXI

Antigamente como vegetação constitucional tinhamos apenas uma arvore, — a bem conhecida *arvore da liberdade* regada com o sangue de tantos martyres. Presentemente o constitucionalismo botou horta. ⁹³

Foi depois de se vêr como a arvore medrava n'este abençoado torrão, que a pouco e pouco se foi plantando o resto.

Vieram os folhudos repôlhos, as saborosas couves penca e lombarda, a bella abobora, os frescos espinafres, as differentes alfaces, e os variados cheiros, a pimpinella, a salsa, o cumentro,—tudo da liberdade.

Poz-se a mesa rustica debaixo do parreiral, e fundou-se a reinação moderna.

Espalharam-se no ar os aromas appetitosos das saladas e das frituras, e bem assim os ruidos joviaes do peixe que chia nas frigideiras, das malhas que batem nos chinquilhos, dos talheres e dos copos que tilintam nas mesas, e das banzas que soluçam, languidas, beliscadas ao luar, entre as alfazemas em flôr.

Tratava-se porém de regar a horta, em que já passeavam felizes as lagartas e os pulgões, porque se reconheceu que o *sangue de tantos martyres* começava a escassear para as vegetações e para as petisqueiras concomitantes.

Então se fez a nora. Vieram olheiros experientes vêr o sitio, e depois de estudado o terreno se resolveu abrir o poço na algibeira do Povo. Armou-se-lhe a roda por cima da barriga; ataram-se os alcatruzes ao calibre; poz-se uma besta ao pau do carrette; encanudaram-se manilhas; cavaram-se

rêgos para espalhar a agua nas leiras e nos alfobres ; e principiou a regra por um bello e engenhoso systema de irrigação supplementar do *sangue de tantos martyres* em estiagem depois de muito tempo.

Tudo está fresco, viçoso, alegre. Sómente, de quando em quando, entre os ruidos da galhofa, se ouve um som plangente, monotono, triste. É a nora que geme.

Mas a rega vae correndo, e tudo jubila.

— Se ainda ha para ahi pescadinhas fritas, pedimos o favor de passar a travessa!

XXII

Depois de ter sopesado conscienciosamente durante trinta dias e trinta noites o tratado de Lourenço Marques que lhe puzeram nos braços, o sr. Miguel Dantas, homem avisado e prudente, acaba de tomar sobre a maneira de resolver o problema esta deliberação heroica: pôr cebo nos calcanhares, largar o tratado, e dar terra para feijões.

Perante a necessidade de atamancar o governo com um novo ministro dos estrangeiros encarrega-

do de lidar interinamente com o corpo diplomatico, o sr. Sampaio recusou-se a acceitar esse encargo com o fundamento de que não é sua especialidade o manejo das linguas vivas; e voltando-se para o sr. Hintze Ribeiro, como mais desenvolvido no francez, o sr. Sampaio entregou-lhe a pasta, dizendo-lhe no seu idioma familiar e sem cerimonia:

— *Macte nova virtute, puer, cic itur ad astra.*

Ao que o sr. Hintze Ribeiro respondeu promptamente, desembaraçado e gaiteiro:

— *Ui monsiú.*

E ahí está um catita prompto para receber, em nome de sua magestade fidelissima e do Ollendorff aperfeiçoado, os enviados das nações estrangeiras!

Devemos porém dizer a esse joven, tambem puxado á sustancia e aos verbos francezes, que não basta para a convivencia das altas relações diplomaticas que s. ex.^a se ache habilitado com louvor para referir ás potencias na lingua de Fénelon que Calypso se não pôde consolar da partida de Ulysses. É mistér mais. Para receber com auctoridade o corpo diplomatico estrangeiro é mistér saudar. Inquiriu o sr. Sampaio se o sr. Hintze sabia saudar?

Pela nossa parte não perguntaremos a esse inexperiencede moço se elle está nos casos de responder affirmativamente a esse ponto; não o queremos desprestigiar no conceito dos srs. addidos. Preferimos,

sem entrar n'essa materia, dar simplesmente a s. ex.^a—pela voz auctorisada do sr. Justino Soares— as regras principaes da saudação.

«A arte de parar com graça—diz o sr. Justino na 5.^a edição da sua notavel obra sobre a dansa — a arte de se apresentar, e estar em reunião são cousas essenciaes, e que o discipulo deve fazer com a possivel naturalidade.

«Para cumprimentar como convem (note o sr. Hintze!) observem-se as seguintes regras:

«No acto de andar pare de modo que o pêso do corpo possa descansar sobre a perna que avançou.

«Move-se então a perna que ficou atraz, de forma que tome *quarta posição ávante*, passe depois a *terceira* e depois a *segunda*.

«Uma vez n'esta ultima posição descance o corpo sobre a perna que acaba de firmar, e leve a outra perna á primeira posição, com os calcanhares collocados um contra o outro, e as pontas dos pés para fóra.

«Depois de dobrar convenientemente os joelhos, incline o corpo com naturalidade.

«Os braços devem cahir sem esforço e a cabeça inclinar-se sem affectação, porque todos os movimentos se devem fazer sem constrangimento.

«Depois de ter cumprimentado, indireite-se devagar; tome o seu porte usual, retire a perna que se

tinha collocado na *primeira posição atrás*, mudando-a para a *quarta posição ávante*, e descance o péso do corpo sobre ella.

«Quer se queira cumprimentar outra vez, quer andar, finalisa-se sempre com a perna que fica adeante.

«Commummente, onde se não exige severa etiqueta (verbi gratia : para ministros de nações pequenas ou para simples agentes consulares) far-se-ha o cumprimento geralmente na *terceira posição*, comtudo os pés se voltarão sempre para fora.» (*Obra do sr. Justino pagina 6.*)

Que o novo sr. ministro attenda a estas regras da elegancia assim como tem sabido attender ás da grammatica franceza, e s. ex.^a será grande!

XXIII

Temos descripto n'estas paginas algumas sessões tumultuosas, excepçionaes, da camara dos srs. deputados. Antes de hontem, 27 do corrente mez de fevereiro, tivemos occasião de assistir a uma sessão regular, pacífica, normal, o que poderemos chamar

a sessão modêlo, a sessão typo no parlamento portuguez.

Calumniariamos a camara se, havendo dado a sua linha turbulenta, escondessemos o seu habitual aspecto, operoso e benefico. Apressamo'-nos pois a narrar o que vimos.

Eram tres horas da tarde. Um sujeito trajando um antigo collete de velludo côr de passa semeado de pequeninos troncos de arvore em seda alvadia, com as duas mãos apoiadas uma sobre a outra ao para-peito do galeria, o queixo fincado sobre as costas da mão, um palito na bôcca, tendo ao lado sobre uma cadeira um chapéo com dois lenços, um branco, outro de seda da India, teve a bondade de nos dizer — que se acabava de entrar na ordem do dia.

Cêrca de trinta pessoas estacionavam na galeria publica com as attitudes ociosas, vegetativas, de quem do alto de uma ponte está cuspindo n'um rio, ou de quem, inclinado sobre a corrente, pesca á linha.

Na galeria reservada dos jornalistas achavam-se os dois officiaes da guarda, sentados um ao lado do outro, com as suas barretinas pendentes do pulso, as luvas mettidas nos copos da espada.

Em outra parte da galeria duas senhoras, acompanhadas de um homem que anediava o chapéo á manga da sobrecasaca, olhavam attentamente.

Na tribuna contigua á do corpo diplomatico estavamos finalmente nós e o sujeito do palito e do collete de velludo salpicado de carvalhinhos.

Dispersos nas bancadas da representação nacional viam-se vinte e tres deputados, dos quaes uns escreviam tranquillamente o seu correio; outros conversavam em pequenos grupos; alguns, estirados nos seus *fauteuils*, com os olhos cerrados, as mãos enfiadas nas algibeiras das calças, parecia repousarem.

Na mesa o presidente e os dois secretarios discutiam com um cavalheiro de luvas amarellas.

No banco dos ministros achava-se o governo representado por um dos membros do gabinete, que bocejava.

Junto do fogão o sr. Carlos Bento, de pé, enfiando os dedos pelas casas da sobrecasaca de um sujeito alto e gordo de quem se havia apoderado, ora lhe trepava pela abotoadura acima até parecer ir-lhe morder no bico da pera, ora descia pela mesma abotoadura abaixo até chegar ao estomago do seu ouvinte, onde dava alguns piparotes com a ponta do mesmo dedo com que marinhara pelos buracos das botoeiras.

Depois, falando sempre com uma crescente animação, o sr. Carlos Bento parecia repellir o seu homem e obrigava-o a recuar açoitando-lhe repetida-

mente o baixo-ventre com as costas da mão; em seguida chamava-o a si outra vez, filando-o ás mãos ambas pelos hombros ou pela golla da sobrecasaca.

Ouvindo a fala do sr. Carlos Bento acompanhada de tão expressivos gestos, o sujeito que o escutava parecia victima de uma indescriptivel perplexidade; os seus olhos arregalavam-se cheios de pontos de interrogação de todas as vezes em que os bicos do collarinho do sr. Carlos Bento lhes permittiam poder abrir-se á eloquência d'aquella exposição.

Finalmente, parecendo querer fixar bem a attenção do homem no ponto que parecia ser a base fundamental de todo aquelle discurso, o sr. Carlos Bento trepou ainda uma vez pela sobrecasaca do seu ouvinte e dispoz-se a montar a cavallo n'elle.

O individuo mostrou então haver comprehendido tudo, e tanto os seus gestos como as contracções da sua physionomia patenteavam que acabava de chegar ao apogeu a sua admiração perante o caso verdadeiramente extraordinario que acabava de lhe ser narrado. Elle denotava por meio da mimica mais explosiva querer exprimir esta phrase:—Com effeito! parece impossivel!

N'esse momento porém o sr. Carlos Bento apeado, tendo dado um passo atraz, arrojou-se como um ariete sobre a bôcca do estomago do seu interlocutor, o qual perante esse gesto supremo, em que se

confirmava definitivamente tudo o que se lhe havia dicto, fugiu por uma porta, de esfusiote, na mais aguda crise do assombro.

O sr. Carlos Bento passou então a atacar um digno par que estava sentado por baixo da nossa tribuna, começando por chamar a atenção d'elle para o facto que ia expor sentando-se-lhe sobre o chapéo e mettendo-lhe um dedo pelo nariz.

No emtanto, ao longo da coxia que fica em frente da mesa dos tachygraphos, o sr. Antonio de Serpa passeava de olhos baixos, escutando em grande concentração um deputado da maioria. Pelo modo como o illustre financeiro cadenciava o passo, lançando os bicos dos pés para fora, pareceu-nos deprehender que a cousa que o deputado da maioria ia dizendo ao ouvido do discreto ministro era a musica de um minuete.

Foi depois de havermos notado estes e outros incidentes episodicos que viemos a constatar que se achava usando da palavra um orador.

Em frente da mesa, por traz do banco do ministerio, estava em pé um sujeito alto, magro, vestido de preto, usando a barba escrupulosamente rapada. Era um ecclesiastico de cêrca de trinta e cinco annos de idade. Tinha o rosto excessivamente pallido, quasi macerado, os olhos redondos, peque-

nos, levemente estrabicos como os têm ordinariamente os contemplativos e os mysticos, Frei Bartholomeu dos Martyres e S. Bernardo. A voz d'este clerigo não chegava até nós. Vimos porém da sua gesticulação que elle tinha nos braços uma idéa querida.

Essa idéa umas vezes acalentava-a elle contra o collo cruzando os braços no alto do peito e levantando os olhos ao céu; outras vezes amamentava-a com carinho, dando-lhe já o seio direito, já o seio esquerdo; depois collocava a nas palmas das suas longas mãos e parecia offertal-a ora á mesa, ora aos circumstantes. Offertou-a ás senhoras, offertou-a aos dois officiaes da guarda que estavam na tribuna da imprensa, offertou-a ao individuo do collete de veludo em carvalhinhos, que estava ao meu lado; e todos successivamente lhe abaixaram a cabeça reconhecidos.

É difficil descrever todos os gestos por que passou a idéa d'este orador, cuja voz ninguem absolutamente ouvia, nem a camara, nem a mesa, nem a galeria, nem decerto elle proprio! A operação durou tres horas.

Depois de haver acarinhado, amamentado e offertado a idéa de que se achava possuido o orador fêl-a passar successivamente por todos os seguintes processos:

Enrolou-a nas mãos. Collocou-a a um lado entre umas luvas e um lapis. Contemplou-a, sorriu-lhe amargamente — oh! bem amargamente! Apontou-a com o dedo. Recuou deante d'ella como se por um momento a rejeitasse. Recolheu-a outra vez, levantando-a delicadamente de entre as luvas e o lapis, e, segurando-a nas pontas dos dedos, principiou a picar subtilmente com ella o ar ambiente, já certos e determinados pontos que lhe serviam de alvo e em que parecia desejar craval-a, taes como o nariz do presidente, os officiaes da guarda, as senhoras que haviam adormecido, e o collete de velludo côr de passa, que se desabotoara.

Fez uma pausa. Apresentou a idéa em globo figurando com as mãos uma esphera. Separou-a em duas porções eguaes, ficando com uma metade em cada mão, e esfarelou-a entre os dedos. Disseminou-a depois na sala, já para a direita, já para a esquerda, como quem deita milho. Revocou-a, tomando-a por partes, e cingindo a cabeça com as duas mãos, recolheu-a por um momento no cerebro, ouvindo-se-lhe então distinctamente estas palavras, unicas que se lhe perceberam — *senhor presidente!* — e cerrou os olhos.

D'esta vez repartiu em cinco secções a idéa e, espalmando a mão esquerda como quem mede um palmo deante dos olhos, passou a descabeçar o

problema que a si mesmo se propuzera, dobrando com a mão direita o dedo minimo da mão esquerda. Minutos depois passou ao dedo annular, depois ao dedo maximo; em seguida ao indicador...

Havia porém dado a hora, e o sr. presidente encerrou a sessão, ficando o illustre orador com o dedo pollegar reservado para a sessão seguinte.

Os dois officiaes que estavam na tribuna dos escriptores publicos desceram a formar a guarda. O do collete côr de passa aos carvalhinhos, que parecia ser um espectador habitual das sessões, retirou-se tambem, tornando a metter dentro do chapéo o seu lenço da India, e exclamando:—Ora graças a Deus que a camara nos apresenta o espectaculo de uma sessão discreta e cordata! Honra lhe seja!

A sala evacuou-se lentamente, e foi cada um para sua casa.

Nós tinhamos a cabeça pesada, o cerebro espesso, uma sensação geral de prostração e de molleza, a mais profunda inercia moral. Traziamos um só olho aberto com preguiça de abrir o outro. Appeteci-nos enroscarmo-nos n'um tapete fofo, como um velho gato, e que nos coçassem a cabeça!

Só depois de algumas *douches* de agua gelada applicada á nuca e á columna vertebral, de um pas-
97

seio de tres leguas em pleno campo e da audição da symphonia de *Guilherme Tell* e do quarto acto dos *Huguenotes*, que providencialmente se desempenharam hontem em S. Carlos, é que readquirimos a energia das nossas faculdades mentaes completamente adormecidas na camara dos srs. deputados.

Arrebatada e inquieta, a representação nacional dá simplesmente o escandalo; cordata, pacifica e normal, entregue aos trabalhos legislativos, é mais perigosa: dá o amollecimento do cerebro.

Eis o que diziam os jornaes de hontem ácêrca do discurso que *vimos* antes de hontem, e que acabamos de reproduzir. Estão informados os leitores do que se passou no parlamento. Queiram escutar o echo d'esse facto na opinião.

Resumo das opiniões emittidas pelos jornaes da opposição:

XX
«O illustre deputado nosso correligionario, cuja voz foi hontem escutada pela camara com as mais vivas manifestações de interesse, fez um dos mais bellos improvisos que ha muito tempo ouvimos na tribuna portugueza.

«A poderosa voz de sua excellencia, de um timbre tão persuasivo e tão sympathico, a sua figura

tão grave e austera accrescentavam o prestigio da sua eloquencia.

«O governo recebeu uma licção tremenda, que ficará de lembrança para muitos annos!

«As carnes do ministerio espirravam sangue sob as varas de Juvenal tão galhardamente brandidas pelo nosso corajoso amigo.

«A mascara hypocrita de uma situação verdadeiramente nefasta á moralidade e á riqueza publica cahiu desafivelada pela mão de ferro do intrepido tribuno.

«Tarde, muito tarde, ou antes nunca, poderá o governo desafrontar-se do estygma com que hontem o assignalou á reprovação da patria a palavra fogaosa e justamente indignada do illustre liberal nosso prezado amigo.

«Sua excellencia foi enthusiasicamente cumprimentado por todos os srs. deputados, e o publico que enchia a galeria deu inequivocas mostras do apreço com que sempre o escuta.»

Resumo das opiniões emittidas pelos jornaes do governo:

«A opposição soffreu hontem uma das mais monumentaes derrotas de que ha memoria nos fastos do systema parlamentar.

«O orador que n'esta sessão se encarregou de ser₁₀₀

echo das desvairadas opiniões de uma minoria devorada pelas ambições mais descommedidas, foi verdadeiramente infeliz.

«É preciso que bem ruim seja o pleito em que sua excellencia se empenhou para que tão obcecado se mostrasse o seu espirito, que — folgamos de o consignar—é ordinariamente mais penetrante e mais lucido.

«As arguições que sua excellencia tentou arrojear á face do governo ricochetaram todas sobre aquelles mesmos que as suggeriram.

«Os protestos unanimes da camara, as visiveis manifestações de desagrado do publico, que assistia a tão deploravel debate, fizeram pagar bem caro ao imprudente orador, o arrojamento com que ousou quebrar lanças por uma causa julgada de ha muito no tribunal da opinião publica, e irremediavelmente perdida para todo sempre no conceito dos verdadeiros liberaes.

«Temos a profunda convicção de que s. ex.^a não voltará tão cedo, se porventura voltar jámais, a elevar no seio da representação nacional a sua voz desauthorisada desde hontem para o julgamento de todas as questões, ainda as mais rudimentares, da publica administração e da simples moralidade.»

XXIV

Para entreterem os seus ocios de legisladores os srs. deputados lançam-se na controversia metaphysica.

Segundo lêmos no *Diario das Camaras*, tres sessões consecutivas se consumiram expondo cada um o que *lhe ia no animo* (estylo da localidade) ácerca do *patriotismo*.

As opiniões divergiam. Uns entendiam que o patriotismo verdadeiro consistia em patentear claramente *ao sr. presidente, á camara e ao paiz* as verdades mais lastimosas. Outros opinavam que as verdades tristes mandava o patriotismo que de nenhum modo se communicassem nem na imprensa nem n'aquelle recinto *ao paiz, á camara e ao sr. presidente*.

Foi n'este formidavel e terrivel embate de tão oppostos dictames que o sr. Thomaz Ribeiro, dizendo por sua parte o que *lhe ia no animo*, salvou a Europa da medonha conflagração que a esperava se o que estava a ir no animo de tão disserto orador se não apressasse a sobrepôr-se ao que tinha ido no ani-

mo dos oradores não menos dissertos que o haviam precedido.

Do brilhante improviso com o qual s. ex.^a, segundo a phrase de um jornal, «arroxou as faces da opposição», transcrevemos com a devida vénia os períodos capitaes.

«O orador:—Sr. presidente, sabe v. ex. o que me estão lembrando os srs. deputados da opposição que tomaram parte n'este debate? O filho amaldiçoado de Noé, que mostrava as miserias de seu pae a quem quer que passasse pela estrada publica. (*Muitos apoiados*).

«Eu posso dizer baixinho no seio da minha familia, ou ainda dos meus amigos intimos, as faltas da minha casa; da mesma forma a respeito do que vae no meu paiz, mas não as digo aos extranhos, que eu exijo que respeitem a minha patria não lhes consentindo impunemente qualquer affronta, quer como homem publico, quer mesmo como particular. (*Apoiados*.) E como hão de os extranhos respeitalla se eu, seu filho, a não respeitar primeiro?

«Indigna-me, sr. presidente, ouvir o que tenho ouvido hoje no seio da assembléa nacional. (*Muitos apoiados*).

«Oh! sr. presidente, envergonha que uma parte da assembléa nacional se levante contra mim e

contra os meus brados patrioticos. (*Muitos apoiados.*)

«Os illustres deputados não seriam capazes de vir dizer na praça publica os defeitos, embora fôsem reaes, de suas mães, de suas mulheres, de suas irmãs ou filhas! Pois a patria é minha mãe e é mãe de todos nós.»

No caso de não incomodarmos excessivamente o sr. presidente, a camara, o paiz e o illustre orador, diremos tambem nós o que *nos vae no animo* ácerca d'esta notavel declaração de principios do illustre orador. X

Não entraremos já na questão do patriotismo, porque é isso o que nos interessa menos.

Que os srs. deputados não fôsem meros legisladores empyricos, que tivessem a philosophia da historia, que soubessem as sciencias phisicas, que conhecessem as leis naturaes que regulam as acções humanas, que tivessem um systema geral de reorganisação social, que tivessem o sentimento da solidariedade humana e a comprehensão da dignidade e do dever moral, eis o que muito nos interessaria averiguar. Agora o feitio do patriotismo de suas excellencias interessa-nos tanto como o feitio das suas camisolas de flanela.

Do discurso do sr. Thomaz Ribeiro deprehende-

se porém mais alguma cousa do que o patriotismo de sua excellencia. Extranha revelação, que nos obrigou a transcrevel-o: do discurso do sr. Thomaz Ribeiro deduz-se que sua excellencia é, não só patriota, mas chinez!

Pae da patria, filho da mesma patria, neto de si mesmo, o sr. Thomaz Ribeiro considera questões de familia todas as questões publicas. De sorte que o bem conhecido *muro da vida privada*, tão celebre na policia jornalística do segundo imperio, pretende sua excellencia prolongal-o em volta do paiz inteiro...

Deus misericordioso!... Mas é a muralha da China o que sua excellencia quer! É na patria China que sua excellencia se imagina!

Os que descobrem as miserias da patria repugnam-lhe como o filho maldito de Noé. Segundo sua excellencia a verdade é uma nodoa, a historia é um ultraje, a sciencia é uma indiscreção; a contribuição dos annaes estatísticos de cada povo para a massa geral dos factos e das idéas, riqueza commum da humanidade, é — pelo que vae no animo de s. ex.^a — um acto incivil. Todo o facto anormal deve ser inviolavelmente escondido do publico e principalmente do estrangeiro. Deu-se um roubo nas repartições do Estado? Convirá que immediatamente os sr. deputados o digam na camara e os *reporters*

o communicquem aos jornaes estrangeiros nos seguintes termos:

«Sr. presidente, ou sr. redactor! um facto do mais alto civismo e do mais patriotico desinteresse acaba de se descobrir em uma das nossas repartições publicas: o digno e benemerito funcionario, o sr. Fulano de Tal, encontrando por acaso aberto um dos cofres dos dinheiros publicos, apressou-se a aproveitar esse ensejo para metter dentro do referido cofre uma avultada quantia. Lamentamos que a circumstancia de haver o sr. Fulano de Tal passado o pé para a America prive o governo de Sua Majestade Fidelissima de patentear a este insigne patriota todo o reconhecimento de que nos achamos possuidos. Sirvam pelo menos estas palavras para lhe affiançar a nossa gratidão eterna e para estimular todos os nossos funcionarios a seguirem o notavel exemplo de abnegação e de zelo que acaba de lhes ser dado.»

Mas tudo isto, ex.^{mo} sr., é pura China! O que o sr. Thomaz Ribeiro deseja é inteiramente o que se pratica nos annaes chinezes com os mandarins que prevaricam.

Sómente, como em Portugal temos um parlamentarismo, que não existe no celeste imperio, lembrariamos a conveniencia de estabelecer uma cifra espe-

cial para se poder tratar nas camaras sob o véo do mais impenetravel mysterio todas as questões que possam molestar a chinezaria dos principios. Existindo já para uso de todas as pessoas que frequentam a tribuna portugueza *O peculio de oradores*, notavel livro do sr. João Felix, conviria tirar para uso da camara um edição secreta do referido livro, tendo numerados todos os raptos da indignação, da lastima e do furor oratorio. Isto simplificaria notavelmente a eloquencia parlamentar e poria as mais acerbas discussões ao abrigo de todo o escandalo.

Aberta a sessão, o sr. presidente e todos os srs. deputados abririam os seus *Peculios*, e o orador diria:

— Sr. presidente, refiro-me ao ramal de Cacilhas *Peculio*, *rapto n.º 54*. Lamento não vêr presente o sr. ministro das obras publicas cujo procedimento só posso classificar com o *rapto 1:123* do mesmo *Peculio*.

Vozes: — Ordem! ordem!

Um deputado da maioria: *Rapto n.º 8:144*, sr. presidente!

O sr. presidente: — Convido o illustre deputado que tem a palavra a retirar o *rapto 1:123*, se não se quizer collocar sob a acção da censura comprehendida no *rapto 837*.

O orador: — É inconcebivel, sr. presidente, que

um deputado da maioria d'esta camara, o qual *linha 5 do rapto* 16, venha *adverbio* 1.º *da linha* 6.ª *do citado rapto*, levantar n'esta casa a *linha* 14 *da pagina* 230 do *Peculio!* Lá fora responderei ao illustre preopinante quebrando-lhe nas costas o objecto de meu uso a que se refere o dicto *Peculio, capitulo Instrumentos Contundentes, linha* 9.ª, *vocabulo* 3.º Tenho dicto.

Se o entranhado amor do sr. Thomaz Ribeiro ás cousas chinezas se não contentar ainda com este nosso alvitre, pediremos então que a representação nacional se refaça — inteiramente como os bules — em porcelana; e que, inquiridos ácêrca das cousas publicas, os eleitos do pòvo passem definitivamente a não abrir o bico senão — para deitar chá! No qual caso nos recommendamos a sua excellencia para que não se esqueça de nos passar uma chavena — e o sr. Barros e Cunha.

Os mais profundos pensadores, — cujo austero exemplo tanto se lucraria em que fôsse seguido pelos srs. litteratos portuguezes, — os maiores bemfeitores da humanidade, que no seculo passado lançaram pela sciencia as bases da renovação social, da independencia e da liberdade do homem, da revolução moderna, — o immortal Cuvier, o illustre Bichat, um dos

maiores engenhos que tem produzido o mundo, Voltaire, o incomparavel amigo do homem, o rei da alegria, o pae da tolerancia, Buffon, Diderot, d'Alembert, eram inteiramente indifferentes ao amor da patria. Duruy, o sabio professor, diz d'elles no seu bello curso de historia: «Que importava aos grandes homens que a França perdesse o Canadá? Tinham mais que fazer do que inquietar-se com a sorte de uma provincia ou mesmo com a de um imperio. Estudavam a sociedade, julgavam-a mal construida e tentavam reedificá-la. O seu fim era achar o homem e fazer d'elle o cidadão. Para taes obreiros, o que era uma ou outra pedra que se despegasse do velho edificio em ruinas?»

E foi precisamente por se haverem desprendido do estreito amor da patria pelo modo mais cru e mais accentuadamente heretico e sacrilego, foi por abandonarem as emphaticas declamações campanudas de uma sentimentalidade de freguezia á futura rhetorica do sr. Thomaz Ribeiro e do sr. Manuel da Assumpção, que esses pobres diabos asquerosos, esses vermes roedores que o parlamentarismo portuguez rasparia de si como a lepra, que esses filhos amaldiçoados de Noé, que descobriram e ostentaram as miserias de seu pae, fizeram da patria, em que não falaram muito senão para a sacudir e vexar, a cabeça da civilisação moderna; da sua lingua,

clara, positiva e simples, a lingua universal; e do seu immortal espirito mordente, caustico, profundo, a nova lei da humanidade, a confusão dos hypocritas, o terror dos tyrannos, e o dominio do universo.

Crêdes amar a patria, vós! Queremos crêr tambem que a amaes, que sois verdadeiros, que sois sinceros, porque o que não desejamos por nenhum modo é offender-vos no vosso ideal, na vossa tinêta.

Mas, bons amigos, permitti dizer-vol'ó, não amaes como homens, com o forte amor viril, que fecunda e procria. Amaes como simples poetas lyricos, com um platonismo esteril e febricitante. Amaes a patria como amam as mulheres os que lhes fazem odes. Tendes amor: não basta. Tende filhos, isto é: tende obras; é isso o que justifica e legitima o amor.

O que falta á vossa patria são as idéas, são as noções claras e precisas das cousas e dos factos, é o criterio nacional que se extingue, é o bom senso portuguez que se dissolve nos vossos versos, nos vossos jornaes, nas vossas sessões parlamentares.

Amaes a patria? Provae-o consagrando-vos a ella, dignamente e prosaicamente, como se consagra á mulher que ama o bom e o modesto burguez que a faz esposa, que a faz mãe de filhos, que a faz dona de casa, e que trabalha para ella, no seu escriptorio, no seu armazem, na sua officina, sacrificando os seus

prazeres, a sua liberdade e os seus ocios ao obscuro dever domestico da dignidade e da honra.

Amaes a patria! Pois n'esse caso servi-a, prestaelhe, sêde-lhe uteis!

Dae-lhe os bons livros de sciencia, que alarguem a esphera dos seus dominios mentaes. Dae-lhe as obras de arte oppostas aos sentimentalismos enervantes de alcôva e ás imbecilidades lunaticas dos contemplativos da borboleta e da bonina. Dae-lhe a grande arte, que em vez dos desalentos, dos lethargos e da melancholia idiota, suggere e excita as grandes actividades cerebraes, como a *Marseillaise*, como o côro dos *Huguenotes*, como os poemas de Camões, como os *dramas* de Shakspeare. Se não tendes faculdades tão altas e tão poderosas organizações artisticas, se não podeis dar á patria obras primas vossas, vulgarisae o gôsto pelas obras primas dos outros; dae-lhe opiniões sensatas, exemplos desinteressados de applicação e de estudo; diffundi o amor da justiça e o amor da verdade.

Qu: os estrangeiros affrontem a vossa patria, que os nacionaes a menosprezem, que tendes vós com isso? qual é o mal que d'ahi vem á patria ou a vós mesmos? Que extranho furor bellicoso vos acomette á simples idéa d'essa eventualidade inoffensiva? Deixae em paz as vossas espadas hypotheticas,

ó paladinos da banalidade! Vêde ao menos contra quem as esgrimis! Lembrae-vos que poderá achar-se por traz das vossas allusões o mais intiuente dos vossos eleitores, e tremei da imprudencia que commettieis, ó jovens temerarios: perderieis dez votos para as eleições futuras!

Poupae o vosso precioso sangue, gladiadores da syntaxe figurada! O que a patria n'este momento vos pede não é uma velha sarrabulhada, é uma nova organização.

Está adeantada a hora—como vós mesmos dizeis quando vos começa a escassear a prosa. Não dissipis o vosso tempo indo outra vez á Palestina! lembrae-vos que não descendeis directamente dos cruzados; que, como homens de espirito, sois simplesmente os filhos de Voltaire e de Danton.

Não! nós vol o pedimos, não vades á Palestina! Ide para vossas casas, burguezes! Burguezes, ide ao vosso jantar! Na Palestina já não ha philisteus, e todavia na rua Augusta continua a haver dobrada com hervilhas. Ide jantar, amigos, ide jantar!

E, depois, sêde pacificos e sêde trabalhadores. Tornae-vos uteis, que é hoje em dia a melhor maneira de vos tornardes grandes.

Sobretudo, evitae a rethorica e fugi da poesia lyrica. Amae, mas amae sem lyrismo. Porque o lyrismo perverte o amor. É por via da poesia lyrica que

muitas mulheres têm perdido o senso moral e o ideal domestico, preferindo em seu pobre criterio corrompido o amor em faceis quadras de maus alexandrinos ao raro amor em obras obscuras e honestas de dedicação e de trabalho. Não queiraes applicar á patria a mesma theoria dissolvente do amor applicada já á familia. Acreditaes uma cousa: É possível amar a patria sem todavia a namorar, sem lhe fazer versos e sem lhe fazer ôlho, sem lhe apertar os dedos na *chaine-anglaise*, sem lhe pisar o pé, sem lhe mandar cartas pelo aguadeiro, sem lhe ir falar á escada, finalmente sem a corromper e sem a desmoralisar, — sem declamações theatraes e sem discursos piegas.

Eia pois, ó lusos! ó fortes e terriveis lusos! ide jantar, ide jantar, que está adeantada a hora!

XXV

Em uma das ultimas sessões parlamentares acaba a montanha de conceber. Queremos dizer que botou fala um estylo *infimo* o sr. Miguel *Maximo*.

Depois de gemer as sete dôres da erudição histo-

rica posta em moda pelo sr. Castelar para afogar no prestígio das abundancias oratorias o vexame das deficiências politicas, o sr Maximo concluiu *felicitando o brioso exercito hispanhol por haver sellado com a derrota de D. Carlos a lousa do absolutismo.*

Se alguma cousa nos foi dado comprehender no imbroglio apocalypso com que ao illustre orador aprouve expôr á camara a sua theoria da evolução politica, as suas idéas ácerca dos agentes modificadores das sociedades, os seus principios com relação ás formas de governo, as interpretações do que é a ordem, a liberdade, o progresso e a civilisação, deduzimos que s. ex.^a—no tocante pelo menos á coordenação, á connexão e ao regimen das suas idéas —é pela anarchia, pela confusão e pela balburdia.

Sua excellencia quer a republica e ao mesmo tempo não quer a republica. Quer ordem e não quer ordem. Quer liberdade e não quer liberdade. Porque, por um lado parece-lhe uma cousa, mas por outro lado—como sua excellencia é muito profundo—parece-lhe exactamente a cousa contraria. De sorte que sua excellencia acha-se no meio da sua philosophia binaria, mal comparado, como o burrinho metaphysico de Buridan entre as duas mangedouras parallelas da antiga escolastica.

Como philosopho ao sr. Maximo não lhe falta se-

não tomar uma deliberação. Não lhe falta mais nada. Mas essa deliberação elle não a tomará nunca. Porque, deitando os olhos á historia, que é que vê o sr. Maximo?

Vê Cromwel e vê Carlos II, vê o castello feudal e vê a espada de Lafayette, vê o servo da gleba e vê Voltaire, vê a amortisação e vê Beranger, vê Philippe II e vê Felix Piat, vê o dôce D. Pedro V e vê o terrivel Lopes dictador, vê Clemente VII e vê Carlos V. Sua excellencia finalmente vê sempre duas cousas; duas cousas que se compensam, duas cousas que se destroem ou duas cousas que se combinam. Uns acontecimentos são acidos, outros são alcalinos, outros são bases. De sorte que esta trapalhada de chimica, esta duplicidade de elementos heterogeneos lança o espirito de sua excellencia na mais aterradora perturbação. O sr. Maximo vê dobrado — atrapalhação dos demonios! Se o sr. Maximo conseguisse vêr singelo, que nitidez na discriminação dos phenomenos! Como elle seria feliz como seria perfeito, se pudesse vêr singelo!...

Mas porque é que não tenta sua excellencia um meio: Porque é que sua excellencia, em vez de relancear os seus dois olhos ás paginas da historia, não relanceia um olho só? Porque não fecha o outro? Porque não faz sua excellencia a applicação therapeuticamente do tapa-ôlho?

Emquanto ás felicitações enviadas ao exercito hispanhol é que sentimos profundamente não poder de modo algum associar-nos aos sentimentos do sr. Miguel Maximo, porque a tal respeito é que nos não parece que sua excellencia pudesse ter visto na historia dois phenomenos encontrados, mas sim um unico e indivisivel.

Inventados no primeiro seculo da Renascença para resolver a crise procedente dos conflictos do antigo poder feudal e do poder monarchico então reconstituído, os exercitos permanentes têm constantemente servido até hoje para manter os actos das monarchias ou para resistir a esses actos. Ora como o poder dos reis e o seu predominio nos negocios são hoje factos extranhos aos elementos que constituem o progresso, o exercito permanente não é nas sociedades modernas mais do que um estorvo, um instrumento de perturbação.

Na politica da Hispanha moderna um poderoso exercito, sobrevivente a todas as catastrophes, sempre de pé através de todas as revoluções, tem sido o fermento da instabilidade e da inquietação permanente e o obstaculo constante e insuperavel para uma organização radical, connexa e definitiva.

Incapaz da cega obediencia sagrada como um juramento e um voto, que fazia dos antigos exercitos o instrumento fiel e passivo de uma só vontade, o

exercito actual, composto de homens modernos, tem todas as ambições e todas as impaciencias que caracterisam o individuo. A passividade, a inacção é incompativel com os temperamentos d'este seculo agitado e nervoso. De modo que, sempre que um forte exercito capaz de influir no destino de uma sociedade não fôr empregado nos trabalhos da guerra pelo genio incançavel de um soberano bellicoso, a sua actividade irrefreavel exercer-se-ha fatalmente na sublevação e na revolta, porque seria impossivel convencer officiaes moços e instruidos e soldados aguerridos e valentes que o seu destino definitivo tenha de resumir-se a permanecer por toda a vida na caserna jogando as cartas sobre a pelle dos tambores. Assim é que em Hispanha o militarismo, sempre que não tem servido a vontade dos despotas, tem-se apoderado dos grandes problemas sociaes e tem decidido tumultuariamente pelas baionetas as mais altas e graves questões do raciocinio e da vontade pacifica de um povo generoso, que espera ha muitos annos o seu momento de apparecer na scena. Tal é a chave da historia de todas as successivas desgraças por que recentemente tem passado a Hispanha: — O militarismo, sempre o militarismo.

O que foi a guerra do pretendente D. Carlos se não uma questão militar: um exercito de acaso,

com um chefe de pretexto, procurando desesperadamente converter-se n'um exercito effectivo, vitalicio, com os seus soldos, as suas patentes, as suas promoções, o seu presente e o seu futuro seguro por um chefe legalizado?!

Pois que! Haverá alguém que supponha que o absolutismo tenha sectarios capazes de darem por elle a sua vida, se a ambição militar não converter os cidadãos em soldados?!

O valor do combate, o espirito militar é porcerto uma bella e nobre virtude. Desgraçado do povo que a não tem! Mas desde que um exercito deixa de ser uma força de cidadãos armados que defendem o seu direito e o seu territorio, e passa a ser uma delegação permanente e estipendiada, o valor cessa de ser virtude e é simples officio.

E quer o sr. Maximo que se felicite o exercito *porque elle sellou a lousa do absolutismo!* Nós preferiamos felicitar o absolutismo se elle tivesse tido a habilidade de sellar a lousa do exercito. Pela razão que: sem o exercito, o absolutismo ficaria—como o genio do sr. Maximo sem o parlamentarismo—reduzido a exercer-se exclusivamente—em familia!
109

XXVI

Com a nova legislatura inaugura-se d'esta vez uma tribuna recentemente construida, em forma de rós-tro atheniense, e á qual uma recente reforma no regulamento da camara dos deputados obriga a subir todo o tribuno que, em nome dos seus eleitores, tenha alguma cousa que dizer á camara e ao paiz.

Os tachygraphos, collocados junto da tribuna, poderão d'este modo estenographar os discursos, que o *Diario das Camaras* publicará vinte e quatro horas depois de haverem sido proferidos, e não dias e até semanas mais tarde, ou nunca, como succede todas as vezes que o deputado fala nas bancadas, no meio do grande ruido da sala, e se não presta a mandar logo para a imprensa o *compte rendu* da conversação que sustentou n'um pequeno circulo de vizinhos e de amigos, a um canto da sala.

Esta reforma encontra uma viva resistencia da parte dos srs. deputados, muitos dos quaes chegam a considerar semelhante medida como invasora dos direitos sagrados que cada um tem de falar como

quizer e de habilitar a imprensa a publicar o seu discurso quando muito bem lhe pareça.

De modo que, visto a imprensa não se ter occupado d'este assumpto, estabelecendo uma corrente de opinião a que porventura cederiam os srs. deputados refractarios á tribuna, é quasi certo que as cousas ficarão no estado em que se achavam antes de feita a ultima modificação ao regulamento, e que é mogno perdido todo aquelle que se gastou na construção do novo movel consagrado á oratoria patria.

E, todavia, se acreditam ainda na efficacia do parlamentarismo, a reconstituição da tribuna deveria ser considerada como indispensavel por aquelles que desejam o decoro d'essa instituição.

Miss Harriet Martineau diz na sua bella autobiographia que deveu á surdez, de que foi atacada em creança, o achar-se felizmente durante toda a sua vida ao abrigo da banalidade. O apparatus da corneta acustica, que era indispensavel emboocar para conversar com ella, impedia as senhoras e os homens da sua convivencia de gritar-lhe ao ouvido unicamente para lhe falar de trapos, de mexericos ou de galanteios. A tribuna parlamentar offerece pelos seus effeitos scenicos vantagens analogas ás que Miss Martineau attribue á trombeta dos surdos. Um homem só, destacado da multidão, posto a descoberto em cima de um estrado, debaixo dos olhares

de duzentas pessoas que o fitam, observa-se melhor, compenetra-se mais de responsabilidade que lhe cabe, e corre muito menos perigo de dizer futilidades e de dizer asneiras, do que achando-se na turba multa, entre dois bancos, acotovellado de um lado e acotovellado do outro, com a barba por fazer, as mãos nos bolsos e um pingo da omelete do almôço na gravata.

A influencia cerimoniosa da tribuna pode, pelo contrario, levar ao exaggero da pompa palavrosa, á tumidez e á emphase da rhetorica; mas francamente, o grande mal na decadencia lastimavel da nossa eloquencia parlamentar não está, presentemente, na superabundancia dos Demosthenes e dos Ciceros: está no inverso, na demazia dos Bertholdos e dos Joões Fernandes.

Debaixo do tecto chato da sala da camara electiva a que n'este tempo de ficção constitucional se convencionou dar o nome de *aquellas abobadas*, não é já hoje do tropo que se abusa, é da palavrada. Já ha muito tempo que allí se não tecem epiphónemas nem prosopopeias. Os oradores, em vez de deitar estylo, deitam unicamente *piadas*; e não são agora metaphoras que nos torneios da eloquencia elles jogam entre si, são *biscas*.

Todo o Quintiliano e todo o padre Cardoso precisam de ser revistos e emendados de principio a

fim na doutrina e na terminologia, para o fim de pôr de accôrdo com as novas praticas parlamentares os novos preceitos da arte de persuadir, de convencer e de arrebatat.

Onde antigamente se dizia — o *estylo simples*, o *estylo temperado* e o *estylo sublime*, será preciso dizer-se nos futuros compendios de oratoria — a *estopada*, a *desanda* e a *coça*. (Vidé «Diario das Camaras» collecção dos ultimos vinte annos. *Passim*.)

Mais uma ou duas sessões de systema parlamentar na politica nacional, e lá chegaremos. Quando nas sabbatinas das aulas de rhetorica o mestre disser ao alumno arguente — *convença o defendente em estylo sublime* — o alumno consultará os modêlos parlamentares do genero, e dirá: *Serobico massarico, quem te deu tamanho bico?* E, coadunando a gravidade do gesto á elegancia da palavra, o arguente, extendendo o adversario de ventre no chão, applicar-lhe-ha uma surra.

Não ha senão um meio de acudir a isto, e é restabelecer a tribuna como estimulo de concordia entre as duas nobres artes, hoje divorciadas: a eloquencia e a civilidade.

Entre essas duas tristes figuras, a figura de rhetorica e a figura indecente, desenganem se que é ainda assim melhor fazer a primeira do que fazer a segunda.

Tribuna! Tribuna!

Mal por mal, antes ser campanudo do que ser ré-les, antes parecer um grammatico de palanque, do que parecer uma matula na coelheira!

XXVII

Por occasião de se discutir no parlamento a reforma da instrucção primaria o digno par sr. Vaz Preto Geraldês votou contra a adopção da gymnastica nas escholâs de raparigas, enunciando a opinião de que a gymnastica tinha um character immoral.

S. ex.^a parece recear que uma vez introduzida a gymnastica nos costumes do sexo feminino, as senhoras portuguezas comecem a estar nos bailes com pesos suspensos na bôcca e a passearem no Chiado apoiadas sobre as mãos e de pernas para o ar. Isto effectivamente não seria bem visto. E comprehendemos que s. ex.^a sinta uma certa porção de rubor pensando que ao dirigir n'um salão as suas homenagens a uma dama esta poderá vir um dia a retribuir os cumprimentos de s. ex.^a aferrando-o pelos

rins e obrigando-o a revirar duas vezes as pernas por cima da cabeça no espaço que medeia entre o tapete e o lustre.

Crêmos porém que os recêios do sr. Manuel Vaz Preto procedem mais directamente de um nobre desdem votado por s. ex.^a a algumas habilidades da feira das Amoreiras do que propriamente do conhecimento cabal que s. ex.^a tenha da cousa que fora das feiras se não chama a *sorte de forças* mas sim mais modestamente — *a hygiene do movimento no corpo humano*.

Um illustre medico allemão, o doutor Schreber, director do instituto orthopedico de Leipzig, e como tal perito no estudo das deformações do nosso esqueleto, affirma que grande parte das viciações na configuração dos ossos da bacia, viciações que inhabilitam muitas mulheres de serem mães, provem dos habitos sedentarios que as raparigas contraem na eschola e que só podem ser corrigidos na infancia pelos exercicios racionaes da gymnastica. Ora quer-nos parecer que qualquer mulher poderá chegar a ter bem conformados os ossos da bacia sem o sr. Vaz Preto correr um risco imminente de que essa mulher tome a bôcca do estomago de s. ex.^a para alvo das suas predilecções pelo pugilato athletico.

O mesmo doutor Schreber assevera que é indispensavel introduzir o uso da gymnastica nas aulas do sexo feminino se se quizer evitar que muitas mulheres padeçam um desvio pathologico da columna vertebral extremamente frequente e resultante da posição forçada em que as raparigas se conservam durante as horas do trabalho nas escholas. Repugna-nos acreditar que o sexo feminino, que se destina a fazer a prancha em sociedade tomando para ponto de apoio o ventre do sr. Vaz Preto, esteja á espera de que lhe endireitem a espinha para passar immediatamente depois a operar sobre a região abdominal de s. ex.^a as experiencias dynamometricas, cuja perspectiva lança no animo pudibundo do digno prócere um tão legitimo horror.

A physiologia moderna tem mostrado que a saude não é mais que o justo e perfeito equilibrio das differentes forças inherentes ao nosso organismo. A hygiene tem provado com muitas observações, e fundada nas mais repetidas experiencias, que o exercicio regular e methodico de todos os nossos membros e de todos os nossos orgãos é o unico meio de manter o equilibrio a que acima nos referimos. A systematisação d'esse exercicio regular e methodico chama-se a gymnastica.

Da saude do corpo procede solidariamente a sau-

de do espirito. Sabe-se hoje que todo o acto intellectual depende de uma dada circulação do sangue atravez da rede dos nervos encephalicos.

Os medicos alienistas e todos os que têm estudado attentamente os phenomenos mentaes attestam que a estupidez, o talento, o genio, a loucura são outros tantos resultados do modo como o sangue circula, com mais ou menos vivacidade, mais ou menos abundantemente, no cerebro. Um aparelho do doutor Mosso, intitulado o plethysmographo, aparelho de que a psychologia experimental tem tirado as mais importantes revelações, demonstra que existem estreitas e precisas relações de causa para effeito entre as variações da circulação e os differentes graus de actividade cerebral. A abolição da memoria, a perversão das sensações, todos os casos de nevropathia cerebral são resultantes de uma falta de cadencia na vibração dos centros sensitivos causada por um embaraço da circulação sanguinea no encephalo. Na Italia estão-se curando as alienações mentaes pela transfusão do sangue. O medico Pouza, do Grande Hospital, e o doutor Rodolfi, do asylo de Brescia, relatam muitos casos de cura de alienados pela transfusão hypodermica.

Pois bem: o meio efficaz de que a hygiene dispõe para activar e regularisar a circulação, de tanta importancia para a actividade central, é a gymnastica.

O celebre hygienista Lacassagne diz: «Um exercicio muscular geral, feito em boas condições, produz os effeitos de uma transfusão de sangue.»

Ha estados morbidos cuja localisação no organismo escapa muitas vezes á indagação e á sagacidade dos clinicos. Está-se doente sem haver aparentemente perturbação alguma nas funcções physiologicas. O symptoma, frequentemente despercebido, d'esse deperecimento vital consiste na diminuição do nosso peso com relação á unidade do nosso volume. A mais segura medida da saude é a densidade do corpo. Ha algum regimen proprio para tornar mais denso o corpo humano? Ha. É o regimen da gymnastica. O doutor Burq, seguindo durante seis mezes os exercicios da eschola de gymnastica militar da Faisanderie, em França, constatou, pelas observações feitas dia a dia sobre os alumnos, que a gymnastica tem por effeito augmentar o peso e diminuir o volume, isto é accrescentar a densidade de 6 ate 15 0/0 dentro dos primeiros tres ou quatro mezes de exercicio.

Era um paiz onde a tísica faz tão grande numero de victimas como em Portugal, é util accrescentar ainda que uma das propriedades da gymnastica é desenvolver a caixa toraxica e augmentar de $\frac{1}{6}$ pe-

la média a capacidade pulmonar, como foi verificado no dynamometro pelo mesmo doutor Burq.

A força muscular augmenta, como a capacidade pulmonar e como a densidade, n'uma proporção de 15 % nos quatro primeiros mezes dos exercicios gymnasticos.

A hygiene da musculatura é um facto de primeira importancia para a saude desde que pelas experiencias de Claude Bernard sobre as propriedades dos tecidos vivos se reconheceu que a séde principal da combustão respiratoria é o musculo. Os diferentes estados do musculo influem directamente na composição do sangue. O exercicio é portanto um poderoso modificador do sangue e como tal actúa em todas as forças do nosso organismo. Mas não ha senão uma especie de exercicio com propriedades hygienicas e therapeuticas: esse exercicio é a gymnastica.

Pedimos ao sr. Manuel Vaz Preto, que nos faça o obsequio de considerar que só é um agente da saude o exercicio geral, regular e methodico, que constitue a gymnastica dos movimentos, chamada a gymnastica allemã. O doutor Schreber demonstra que a unica occupação que sujeita quem a exerce a um

exercício inteiramente harmonico, é a occupação da jardinagem. Todo aquelle que não for jardineiro tem de appellar para um methodo especial de movimentos artificiaes que ponham no devido equilibrio as acquisições e os dispendios de cada um dos seus órgãos.

Taes são, resumidamente expostas, algumas das razões que militam em favor da gymnastica. Em contraposição a estes argumentos não sabemos senão de um: o pêjo do sr. Vaz Preto. Dirigimos a s. ex.^a os nossos rogos mais fervorosos para que s. ex.^a não core deante da gymnastica, impedindo assim o paiz de pôr em pratica o melhor meio de regenerar a sua constituição atropiada, de endireitar a espinha, de desenvolver os ossos, de activar as faculdades intellectuaes, de enriquecer o sangue, de reagir contra a hypocondria e contra a preguiça, contra a atonia dos nervos e dos musculos, contra a anemia, contra a chlorose, contra a gotta, contra as affecções pulmonares, contra as escrophulas, contra a obesidade e contra o idiotismo.

Muitos dignos pares, em cujo numero pedimos licença para incluir o mesmo sr. Vaz Preto, estão contaminados por enfermidades que a gymnastica previne e corrige. De modo que uma boa adminis-

tração pedia que a gymnastica não só fosse decretada para as eschololas mas tambem para as duas casas do parlamento.

Nas eschololas americanas, em muitas eschololas inglezas, allemãs, suecas, os exercicios intellectuaes interrompem-se umas poucas de vezes por dia para darem logar aos movimentos gymnasticos executados em commum por todos os alumnos. Uma recente estatistica, feita na Inglaterra, prova quanto estes exercicios são uteis não só ao desenvolvimento physico mas ao desenvolvimento intellectual, mostrando-nos que nas eschololas em que se introduziu a gymnastica os alumnos apprendem mais e em menos tempo que n'aquellas em que a gymnastica não existe.

Na reforma da camara dos dignos pares, ultimamente convertida em lei, esqueceu uma disposição — precisamente a unica que teria alcance — um artigo que obrigasse ss. ex.^{as} a interromperem, por duas ou tres vezes em cada sessão, as suas locubrações legislativas, para fazerem gymnastica ao som de um órgão, como nas eschololas americanas.

O mesmo sr. presidente o nobre duque de Avila e Bolama deveria ser obrigado, sob penas tremendas, a tomar parte n'estes exercicios. Porque — digamol-o francamente — o que é o *cachenez* do nobre duque presidente senão o mais afflictivo dos casos

pathologicos : o symptoma mais caracteristico de que s. ex.^a não tem gymnastica nos musculos do pescoço e nos que revestem o seu apparelho respiratorio? Em nome da felicidade do paiz, que tão estreitamente depende da preciosa saude do nobre duque, s. ex.^a deveria ser obrigado — obrigado a ferros, em nome de el-rei — a suspender em cada dia os trabalhos parlamentares, a erguer-se majestosamente da sua cadeira, a tirar a sua gravata, a desabotoar o seu collarinho e os seus suspensorios, e a proceder aos seguintes movimentos :

Voltar vigorosamente a cabeça para a direita e para a esquerda (100 vezes); fazer girar o pescoço, no sua maxima flexão, sobre o peito e sobre as espaduas (200 vezes); subir e descer energicamente os hombros (100 vezes); fazer o movimento de quem mede braças (100 vezes); tomar fortes e profundas aspirações de ar (25 vezes). Depois do que, s. ex.^a reperia a sua gravata, abotoaria os seus suspensorios e recommearia a meditar sobre a felicidade da patria.

No mesmo sr. Vaz Preto o que é verdadeiramente a revolta do seu pudor perante a adopção da gymnastica nas escholas senão o indicio de uma lesão mental concomitante e até certo ponto compensadora da obesidade? Pois não é sabido que jámais a excessiva nutrição deixa de ser acompanhada da

excessiva pudicicia? Conviria portanto que, emquanto o sr. duque de Avila curasse o seu *cachenez* por meio dos exercicios indicados, o sr. Vaz Preto medicasse o seu pêjo com os exercicios seguintes:

Massagens no abdomen (5 minutos); acocorar-se (100 vezes); dobrar o tronco rotatoriamente sobre o estomago, sobre os quadris e sobre o rim (100 vezes); levantar cada uma das pernas para deante e para traz até o limite da sua elasticidade (100 vezes); fazer o movimento analogo ao de quem racha lenha (50 vezes); trotar no mesmo terreno (15 minutos). Depois do que, s. ex.^a revestiria ameaçadoramente as suas calças, e continuaria a demolir com a sua habitual facundia a politica do gabinete.

Se porém a todas estas considerações for insensivel o sr. Vaz Preto, n'esse caso a sciencia, continuando a affirmar a importancia social da gymnastica, tem de usar com o pudor de s. ex.^a um expediente extremo: Velar-lhe a face!

XXVIII

No paiz mais tradicionista e mais formalista do mundo, — no paiz em que Deus, segundo Taine, é um personagem official, com os seus cortezãos e os seus aulicos, — no paiz em que, tendo uma vez esquecido falar da Providencia n'um discurso da corôa, o chefe do Estado fez novo discurso para preencher essa omissão; — na velha, na religiosa, na solemne Inglaterra emfim, John Tyndall, proferindo recentemente a allocução presidencial do *Birmingham and Midland Institute*, disse as palavras seguintes:

«Dir-me-hão que supponho um estado de cousas determinado pela influencia das religiões e comprehendendo os dogmas da theologia e a crença no livre arbitrio, um estado, em summa, no qual uma maioria moralisada fiscalisa e disciplina pelo medo uma minoria immoral. Sendo perverso, e perverso sem esperança, o coração do homem, dir-me-hão que se fôsem abolidas as sanções theologicas a raça inteira se modelaria por alguns exemplos de deprava-

vação individual. Tornar nos-hiamos todos ladrões e assassinos. Porque é só o medo que nos refreia, e, se eliminássemos o medo, não conheceríamos mais do que o instinto natural e desconheceríamos o dever.

«Tenho de responder que me recuso absolutamente a admitir semelhantes conclusões. O scelerado não é em minha opinião a imagem da humanidade. *Bebamos e comamos porque temos de morrer amanhã* não é a consequencia ethica da rejeição dos dogmas.

«As doutrinas moraes dos atheus nossos conhecidos são taes que nenhum christão se envergonharia de as professar, e nenhum christão as censura senão desde que conhece a origem de que ellas procedem.

«Reconheço de todo o coração e sou o primeiro a admirar a irradiação espiritual, se assim ousou exprimir-me, que a religião produz na vida de várias pessoas que conheço. Mas não posso tambem deixar de confessar que muitas vezes a religião passa por estrondosas derrotas ao procurar produzir alguma cousa bella. O apostolo e o campeão da religião é frequentemente um simples tagarela, um pouco clown. Essas differenças procedem de distincções primordiaes de character, que a religião é insufficiente para nivelar.

«Dá uma verdadeira satisfação o sabermos que

existem no nosso gremio homens a que os batalhadores do pulpito chamam *atheus* ou *materialistas* e cuja vida, não obstante, experimentada na pedra de toque de uma moralidade accessivel contrasta de um modo mais que favoravel com a vida d'aquelles que buscam aviltal-os com essa designação offensiva.

«Quando digo *offensiva* quero simplesmente alludir aos que empregam aquelles termos, não que eu pense que o *atheismo* e o *materialismo*, comparados a muitas noções sustentadas pelos jornaes religiosos, tenham em si um character offensivo.

«Quando eu quizer achar um homem escrupuloso nos seus contratos, fiel á sua palavra e cuja regra moral se ache solidamente estabelecida; quando eu quizer achar um pae amante, um esposo fiel, um visinho honrado, um cidadão justo, procural-o-hei, com a certeza de o encontrar, entre esses *atheus* a quem acabo de me referir. Tenho-os conhecido tão firmes na morte como o tinham sido na vida. Ao expirar elles não esperavam a corôa celeste, e todavia lembravam-se tanto dos seus deveres e eram tão zelosos em os cumprir como se a sua vida futura dependesse do mais recto emprego dos seus ultimos momentos.»

Em seguida Tyndall cita os exemplos de dois ho-

mens notaveis, um dos quaes é christão, o outro não.

O christão é Faraday, que Tyndall considera um modêlo da associação da fé religiosa com a elevação moral. O seu character é o mais proximo da perfeição. A religião era-lhe necessaria: era a luz, era a consolação dos seus dias. Era forte mas meigo, impetuoso mas docil; uma cortezia peregrina distinguia o seu commercio com os homens e com as mulheres, e, comquanto nascido do povo, a sua fina natureza era digna da mais delicada flôr da cavallaria.

O que não é christão chama-se Darwin. Não tem o ponto de vista theologico nem a commoção religiosa que constituíam um tão poderoso agente na vida de Faraday, e todavia Darwin tem a perfeição moral de Faraday. «O sr. Darwin, diz Tyndall, é uma natureza candida e simples, um character terno e forte, um espirito profundo e da mais alta moralidade; é o Abrahão dos homens da sciencia, sacrificador tão docil ás ordens da verdade como o patriarcha antigo ás ordens do seu Deus.»

Estas nobres palavras, inspiradas pelo mais profundo sentimento de verdade, de justiça e de amor, dictas por um homem da auctoridade moral de Tyndall, têm um character solemne, quasi sacerdotal.

Definem exemplificadamente o dogma scientifico da virtude inherente á cultura da intelligencia humana e mostram experimentalmente a existencia de uma moral independente de toda a especulação theologica. Que fecunda these para ser exposta e defendida deante de um auditorio feminino no estado presente dos espiritos, em que as convicções do homem estão geralmente em contradicção com as crenças da esposa e da filha, e em que tão necessario se torna portanto á harmonia moral da familia o principio fundamental da conciliação das consciencias!

Na reunião do ultimo congresso dos obreiros de Lyon um simples operario mechanico chamado Jacquemin, delegado de uma pequena aldeia da Haute-Saône, expõe com uma concisão profundamente lucida as causas que determinam a inferioridade mental dos trabalhadores do campo, tornando os mais proprios do que quaesquer outros para serem escravizados pelos poderes clericas.

Depois de semeado o campo pelo lavrador, um segundo trabalho extranho aos esforços do obreiro começa lentamente a operar-se: os trigos crescem. Crescem em virtude de que lei? Tal é a pergunta que o lavrador faz a si proprio. Sabe-se como lhe respondem aquelles que são encarregados de o instruir e de o educar. A noção que elle recebe ácêr-

ca do modo como o trigo cresce torna-o fatalista e como tal facilmente susceptível de se deixar dominar e embair. Qual é o meio de o emancipar? Jacquemin responde: O meio é ministrar-lhe a cultura intellectual de que elle carece. E o orador operario accrescenta:

«Faz-se geralmente crêr ao lavrador europeu que as suas sementeiras se desenvolvem em resultado de uma força cuja paternidade vem de Isis, ou de Osiris, divindades que deixaram de reinar. A vontade de Isis fazia crescer n'outro tempo o trigo dos antigos egypcios. Agora é o deus de Mahomet que reina no Egypto. O trigo, pela sua parte, continua a amadurecer nas mesmas condições em que amadurecia n'outro tempo. A ruina dos successivos templos e das successivas religiões em nada tem alterado as leis da natureza. E todavia dá-se por toda a parte o mesmo estado de cousas: O indio crê que Brahma intervem nos seus campos de arroz. O chim vê nos seus o grande Todo. Em outros sitios é Budha. Para os gregos e para os romanos era Ceres. Para uma parte da Asia é o grande Lama. Na Africa é a grande serpente, a grande cobra, ou o grande espirito.

«Tudo isto tem naturalmente produzido diversas corporações de sacerdotes. Dizei-lhes que se ponham de accôrdo uns com os outros!... Respondeis-me

que é impossível. É effectivamente impossível, o que é decerto uma desgraça! Esse porém é o facto historico, que não podemos deixar de assignalar. Esse facto infunde uma grande tristeza, porque sobre as questões que elle suscita tem sido derramado o sangue de muitas gerações.

«É a guerra, é a guerra de religiões. É tempo de lhe pôr um termo. É tempo de estabelecer em bases demonstradas e accessiveis a todos a legislação humana e a moral universal.»

Em Portugal os homens e as mulheres das cidades, os homens e as mulheres do campo acham-se inteiramente ao abrigo das suggestões de idéas e de princípios que possam inferir-se das eloquentes palavras de Tyndall e de Jacquemin. Em Portugal todas as palavras que exprimem fortes e sinceras convicções de sciencia ou de simples bom-senso são consideradas perigosas e banidas das discussões publicas.

Debalde a historia da civilisação ingleza n'este seculo nos demonstra que a tolerancia absoluta na manifestação do pensamento é a primeira garantia da ordem na sociedade, que a maxima latitude na controversia das idéas mantém sempre os problemas dentro da esphera especulativa, evitando assim que a orbita das applicações praticas seja invadida

pelos principios que não foram de antemão sancionados na opinião e pelas reformas que ella não exigiu em nome de novas necessidades provenientes de um mais alto estado do espirito ou da consciencia publica. Tal é o methodo que tem preservado a sociedade ingleza das perturbações graves que a impaciencia dos reformadores, não experimentada na pedra de toque de uma discussão liberrima, lançou na vida pratica de outras nações, como succedeu em França depois do segundo imperio, que corrompia todos os debates intellectuaes, e em Hispanha depois do reinado de Izabel, que esmagava todas as tentativas publicas de livre raciocinio.

Em Portugal essa importante licção tem sido absolutamente esteril.

Quando as conferencias democraticas inauguradas na sala do Casino mostraram uma ligeira tendencia para produzir idéas, o governo sem nenhuma outra forma de processo supprimiu as conferencias.

Quando depois d'isso alguns individuos suspeitos de atheismo resolveram manifestar postumamente as suas idéas solicitando para os seus cadaveres o enterro civil, o governo interveiu ainda, restringindo por todos os meios ao seu alcance — meios tumultuarios, illegaes, vexatorios, a vontade do atheu menos perigoso que se conhece,—o atheu morto.

Se nas escholas superiores se encontram profes-

sores benemeritos que expõem impunemente nas aulas das sciencias naturaes e das sciencias phisicas algumas doutrinas positivas, experimentaes, estando por esse facto em desaccôrdo manifesto com os dogmas e com as concepções theologicas impostas ao espirito pela carta constitucional da monarchia, a impunidade d'esses professores, dizemos, não se deve attribuir á tolerancia philosophica do poder. Ella é simplesmente o resultado—n'este caso benefico—da indisciplina geral dos serviços publicos.

Ha professores que affirmam principios scientificos, exactamente como ha professores que mantêm no espirito da mocidade os erros mais vergonhosos e mais crassos alheios á doutrina dos programmas.

Ha lentes que estão acima da lei pela mesma razão que ha outros que estão abaixo d'ella: — por falta de inspecção e de policia.

Um facto recente dá-nos a prova mais cabal de que o Estado não é solidario nos progressos scientificos da nação, e que estes se operam não sob a tolerancia dos governos, mas sim apesar da intolerancia que elles assumem e dos meios correctivos de que elles se armam.

Veja-se o modo como foi discutido e como foi emendado na camara dos dignos pares o ultimo projecto de lei sobre a instrucção primaria!

Eis as palavras proferidas sobre este assumpto

por um dos legisladores mais moços e mais instruídos d'aquelle sabio congresso :

« O sr. conde de Rio Maior (copiamos o extracto da sessão publicado no *Jornal do Commercio*), não é adversario do desenvolvimento da instrucção primaria, porque não deseja que continue a subsistir o estado de ignorancia do nosso povo, onde a proporção dos que sabem lêr é de 1 para 25, emquanto na Allemanha, Hollanda, Belgica, etc., é de 1 para 6. Mas não deseja que se vote o estabelecimento do ensino obrigatorio. Prefere a liberdade do ensino, porque julga mais conveniente que os paes tenham a liberdade de darem aos filhos o ensino que lhes parecer mais proprio. Pode haver um individuo analphabeto mas que seja homem de ordem e temente a Deus que não queira mandar o seu filho a uma eschola cujo mestre ensine doutrinas perigosas. Lembra que nos tempos das nossas maiores glorias, embora a instrucção estivesse pouco diffundida, a nação portugueza attingiu um alto grau de prosperidade; não pretende dizer com isto que deixe de se derramar a instrucção, porque tambem é apostolo d'esta idéa, mas quer que essa instrucção seja ao mesmo tempo moral e religiosa.»

A affirmativa de que a nação portugueza attin-

giu um alto grau de prosperidade no tempo das nossas maiores glorias, *embora a instrucção estivesse pouco diffundida*, é um erro de historia que o nobre conde quiz commetter, decerto intencionalmente, para o fim de nos persuadir que não é pelo excesso de instrucção em s. ex.^a que a gloria e a prosperidade deixaram de nos sorrir. O sr. conde de Rio Maior não podia realmente ignorar que o periodo mais prospero e mais glorioso da nacionalidade portugueza, o periodo das nossas conquistas e dos nossos descobrimentos, foi tambem o periodo da nossa maior cultura intellectual.

Esse periodo principia com o advento da dynastia de Aviz. Se o sr. conde quer achar a differença que distingue esse tempo do tempo actual, compare o mestre de Aviz com qualquer dos soberanos da casa de Bragança.

D. João I era ao mesmo tempo um cavalleiro, um philosopho e um litterato. Teve a honra de hospedar na sua côrte o grande pintor Van-Dyck e edificou a Batalha, um monumento de arte mais efficaz elle só para formar a educação esthetica de um povo do que dez universidades e vinte academias. Hoje edifica-se a penitenciaria; e o ultimo dos artistas celebres que recentemente veiu a Portugal, o illustre pintor Palmarolli, hospedou-se em uma estalagem e apenas conheceu da côrte portugueza um dos

seus fidalgos, que o chamou da janella do seu palacio, em Cascaes, para lhe comprar agulhas e alfinetes, por ter supposto, ao vel-o passar com uma caixa de tintas, que era um bufarinheiro.

Dos filhos de D. João I um é o infante D. Duarte, o creador da primeira bibliotheca que existiu em Portugal, o eximio litterato auctor do *Leal Conselheiro*. Outro é o infante D. Pedro, o que viajou *as sete partidas do mundo*, auctor da *Vertuosa Bemfeitoria*, e um dos homens mais profundamente eruditos da Europa no seu tempo. Outro é D. Fernando, captivo de Fez, o que teve por secretario Fernão Lopes. O ultimo finalmente e o maior é D. Henrique, o iniciador das nossas navegações, o fundador da chamada *Eschola de Sagres*, o mais poderoso, o mais grave, o mais austero centro de estudo de que ainda foi objecto a sciencia do céu e a sciencia do mar. Hoje o infante de Portugal, é o senhor D. Augusto, conhecido de todos nós por o termos visto passar no Chiado, e conhecido tambem n'um hotel de Londres, onde o principe se hospedou juntamente com dois dos mais notaveis productos da arte nacional, que o acompanharam e que fizeram grande impressão na City, onde os tomaram por duas vaccas sem pernas. Eram os bahús de sua alteza, feitos na rua dos Corrieiros.

Da Eschola de Sagres sahiram Pedro Alvares Ca-

bral, Vasco da Gama, Bartholomeu Dias, Fernão de Magalhães, Diogo Cão, Pero da Covilhã, Gaspar Côrte Real, os mais intrepidos viajantes e os mais valorosos exploradores. Foi da influencia d'elles, e dos sabios que o infante D. Henrique e seus irmãos souberam attrahir a Portugal, que procederam escriptores como Fernão Lopes, Gomes Annes de Azurara, Gil Vicente, João de Barros, Damião de Goes, Jeronymo Osorio, e Luiz de Camões, talvez o mais instruido e o mais sabio de todos os grandes poetas. Das eschololas de hoje, a não ser por influencia de alguns professores precitos e apostatas que commetteram o sacrilegio de se libertarem do jugo official, saem apenas bachareis, que sabem quando muito bacharelar, e que vão para administradores de concelho ou para amanuenses de secretaria.

No tempo da nossa prosperidade e da nossa gloria o povo era extremamente instruido. É certo que não sabia lêr. Mas saber lêr não constitue propriamente instrucção, mas sim um dos meios de instrucção. Ora o povo dispunha então de outros meios superiores á leitura. O marinheiro e o soldado educavam-se nas grandes viagens, os operarios educavam-se na confecção das mais bellas obras de arte, como o convento de Thomar, os Jeronymos, as capellas imperfeitas da Batalha, a torre de Belem. O

povo de então não sabia lêr os livros, mas sabia mais do que isso: sabia fazel-os, Foi o povo que dictou as narrativas sublimes da *Historia tragico-maritima*, o mais admiravel, o mais bello, o mais dramatico, o mais commovedor, o mais eloquente livro de que se pode gloriar a litteratura de uma nação.

A isso chama o sr. conde de Rio Maior achar-se pouco diffundida a instrucção! E conclue d'esse absurdo que um povo pode attingir a prosperidade sem sahir da estupidez! Apesar d'esta singular theoria e das accumuladas contradicções do seu texto, em que s. ex.^a ora é apostolo da instrucção, ora é apostolo da cousa contraria, o sr. conde de Rio Maior seria apenas inoffensivo. S. ex.^a, porém, conclue a sua notavel fala mandando para a mesa o seguinte additamento á lei que se estava discutindo:

O professor ou professora que no exercicio do magisterio primario ensinar ou inculcar doutrinas contrarias á religião catholica, á moral, á liberdade e á independencia patria será demittido nos termos d'este artigo, independentemente da acção criminal que deva ser intentada. Os paes, tutores ou pessoas encarregadas da sustentação e educação das creanças podem requerer collectivamente ou individualmente contra o professor ou professora que tiver commetido as faltas indicadas n'este artigo. [11].

Eis ahi o que se não admite, porque esta disposição legislativa proposta por s. ex.^a produz a fixação legal dos seus principios a respeito da instrucção, isto é: que deve haver instrucção e ao mesmo tempo que a não deve haver. Não é outra cousa senão eliminar a instrucção, depois de a ter decretado, o submettel a por lei, sob pena de processo e demissão immediata do professor, aos principios da religião catholica. A Egreja abriu, n'este seculo principalmente, um tão profundo abysmo entre a concepção theologica e a explicação scientifica dos phenomenos do universo, que toda a conciliação é hoje impossivel entre o mestre e o padre. Não duvidamos que o christianismo possa ainda reassumir o seu antigo papel de sancionador supremo de todas as grandes e definitivas conquistas do entendimento humano. O que é certo porém é que a direcção reactionaria que elle tem recebido do pontificado romano desde a Reforma até hoje o inhabilita presentemente para realisar essa aspiração de todas as almas piedosas. Ou o Estado sustenta o padre ou sustenta o mestre. Constituir-se o defensor simultaneo d'esses dois interesses oppostos é impossivel. Pedimos licença ao sr. conde de Rio Maior para lh'o provar.

Supponhamos que o alumno pergunta ao seu professor o que é o diluvio universal, que lhe pergunta

qual é a idade da terra, que lhe pergunta o que é o homem pre-historico, o que são as florestas carboníferas, o que é o arco-iris, o que é o pára-raios, o que é transformação das especies, o que é a Torre de Babel, o que é o Eden; supponhamos que o alumno faz ao mestre qualquer das centenas de perguntas d'este genero faceis de formular ácerca das afirmações da Biblia ou dos conhecimentos do homem. A essas perguntas o mestre não pode responder senão com o erro ou com a heresia. O sr. conde de Rio Maior e os dignos pares que adoptaram a sua emenda á lei da reforma da instrucção portugueza desejam que o mestre responda pelo erro.

Mas isto é peor do que pôr de parte a sciencia; isto é recebel-a para a contradizer e para a destruir; isto é converter a ignorancia publica em uma instituição do Estado.

Diderot conta o caso do homem que procurava o seu caminho, á luz de uma lanterna, no meio da espessura tenebrosa de uma floresta. Alguem disse-lhe: «Queres saber o meio de achar o caminho? eu t'o ensino...» E apagou-lhe a lanterna.

Quem foi que deixou no mundo esta licção?

Foi o theologo.

Um povo ignorante é um povo em trevas, cuja lanterna é a instrucção. O legislador portuguez que

tomou o encargo de apagar a luz é o sr. conde de Rio Maior.

Notemos porém um facto consolador.

O sr. conde de Rio Maior attesta sobre os theologos que o precederam uma sensivel diminuição de força. Elle mostra o ardor arrefecido e impotente de um velho sangue que se decompõe e se dessora. A idéa que elle tem no cerebro é uma idéa que se extingue.

Ha cem annos s. ex.^a teria proposto o carcere, a tortura, a fogueira, para o mesmo crime para que hoje pede apenas, gaguejadamente, a demissão do professor e o processo pelos tribunaes civis.

Inclinemo'-nos deante de tão manifesta mansidão!

Nos fins do seculo xvi o *pendão da santa doutrina*, um lugubre pendão negro, era levado pelas ruas de Lisboa, ao toque de uma campainha, por fr. Ignacio de Azevedo. Fr. Ignacio era então o professor idealizado pelo sr. conde de Rio Maior: *era o homem de ordem, temente a Deus*, argumentando a doutrina christã a este povo. Todas as mulheres e todas as creanças sahiam ás portas a ajoelhar, sobre as immundicies, aos pés do tenebroso frade, que levava comsigo a sciencia ecclesiastica, amortalhada de negro, de cruz alçada, tangendo uma campainha, como quem leva um morto. Fr. Ignacio in-

vadia as casas particulares, invadia os pateos da comedia, expulsava os comediantes, subia elle mesmo ao tablado a explicar os differentes modos por que se pecca e os diversos methodos por que se mortificam os impetos da carne.

Ainda no seculo passado Pina Manique obrigava os professores a levarem os estudantes á missa, do que colhiam nas sacristias uma certidão sobre a qual se pagavam mensalmente os respectivos ordenados.

Hoje a parte disciplinar da nossa educação religiosa cahiu com o pendão negro da santa doutrina. Resta a parte doutrinaria, resta apenas a cartilha de Padre Mestre Ignacio.

E é sobre essa cartilha solitaria, em torno da qual cahiram dissolvidas a uma por uma todas as energias sociaes que a mantinham na altura de uma instituição civil, é sobre a cartilha de Padre Mestre Ignacio, que um sabio legislador portuguez acompanhado de varios outros legisladores portuguezes egualmente sabios, procura reconstituir no anno de 1878 o ensino publico de uma nação!

Voltaire tinha uma prece fervorosa, que as *Farpas* não cessam de elevar aos céos em todas as manhãs e em todas as tardes :

Meu Deus, tornaê ridiculos os nossos inimigos!

O modo como foi discutida na camara dos dignos pares a reforma da instrucção indica-nos que podemos por um momento deixar de repetir essa oração. Aproveitamos a pausa para ir a Paris accender, em nome das *Farpas*, um cirio a Voltaire. Deus Nosso Senhor ouviu-o.

Adeus, burlescos!

Abril 1878.

XXIX

Na guerra tivemos o encontro do rei de Dahomey e tivemos a jornada de Bolôr.

O rei de Dahomey investe com um dos nossos presidios de Africa, apodera-se da guarnição militar da praça, e leva-a consigo para o palacio.

Antes de serem devoradas pelo negro, as nossas tropas são por elle batidas com delicadeza culinaria, sobre a sua real tábua dos bifés, a golpes de sceptro, — sendo de notar esta particularidade historica: no reino de Dahomey o sceptro não é como entre nós uma intangivel entidade da metaphysica constitucional, mas sim uma bengala.

Attentando porém na deploravel magreza do nosso exercito. no qual apenas se começa a engordar no posto de major, o rei de Dahomey, lambendo os beiços de gula reprimida, suspende o instrumento da soberania, e para obviar á esqueletica patente inferior das nossas praças de pret, resolve recolhel-as por algum tempo no comedouro attinente ás reaes ucharias, e determina não devorar soldado algum emquanto por meio de uma alimentação apropriada e da ausencia de desgotos Moraes o não houver promovido á nutrição de coronel.

As tropas escrevem para a metropole, ao *Diario de Noticias*, epistolas jocundas:

«Meu Eduardo. — Sua majestade é muito bom comnosco. Está-nos engordando.»

Esperava-se com bons fundamentos que no correio seguinte as nossas tropas dissessem ao Estado;

«Meu Eduardo — Sua majestade continua a ser cada vez melhor comnosco. Está nos digerindo.»

Em vez d'isso porém as ultimas noticias acabam de chegar e as cartas para o reino dizem-lhe:

«Bom Eduardo — Depois de nos haver engordado até o elevado posto de generaes de brigada com commissão e forragens, sua majestade, examinando-nos detidamente a um por um, poz-nos fora das portas de palacio e, fazendo um gesto de nausea, intimou-nos a que evacuassemos o territorio com uma

celeridade vertiginosa. Humilhação e vergonha para o nosso exercito, meu Eduardo!...»

E a missiva termina com esta phrase meia diluida no vestigio de uma lagrima:

«Sua majestade não gostou de nós!»

Em Bolôr a guarnição portugueza, composta de seis homens e um cabo, é desfeiteada. O governador da Guiné acode em um navio de guerra e desembarca cincoenta homens encarregados de irem bater o gentio rebelde, descarregando préviamente as espingardas e tomando todas as demais precauções que a prudencia aconselha para o fim de não damnificar o inimigo.

As tropas internam-se no sertão, d'onde expdem poucas horas depois um emissario ao governador, o qual ficara a bordo agrilhoado ao pangaio da honra e victima dos mesmos sentimentos de valor que nos dias de batalha naval retinham á terra firme a bravura de Luiz XIV, *dont la grandeur l'attachait au rivage.*

Segundo o emissario as tropas avistaram no horisonte os *pontos negros*, bem conhecidos por uma brochura celebre sobre a qual calvou de ardor e de entusiasmo prophetico o illustre publicista o sr. Barros e Cunha. O governador da Guiné ordena ás tropas que retirem, attenta a pontuação negra prevista no horisonte em extasis sacerdotaes pelo ma-

rabuto de Silves sr. Calva e Cunha. As tropas retiraram com effeito, mas não tão velozmente que os pontos negros não tenham tempo de lhes applicar uma derrota monumental, de que unicamente escapou o governador, salvando a vida pela circumstancia miraculosa de se ter esquecido de a arriscar.

De bordo do chaveco real o governador disparou um tiro de peça sobre a parte do horisonte em que appareciam os pontos tão negros como rebeldes. A peça, ou por um sentimento de susceptibilidade virginal ou, como muito bem disse no parlamento o sr. ministro da marinha, *por outro qualquer motivo*, recuou até arrombar a amurada do chaveco e submergir-se no mar com a respectiva carreta. Se o governador tivesse tido a sábia precaução de apontar essa peça voltando-a com a bôcca para si proprio e com a culatra para o negro, os estragos d'esse instrumento de guerra sobre as hostes inimigas haveriam sido tremendos e incalculaveis.

Ao chegar á metropole a historia sentimental d'essa pudibunda bôcca de fogo, o governo delibera arasar Bolôr, mandando com esse fim partir para a Africa o mais devastador dos vasos de guerra, o invencivel *Hugh Parry*, cujas tendencias bellicosas haviam sido bem manifestadas na maneira asthmatica com que esse vapor de rodas patinhara por algum

tempo nas aguas do rio Sado com terror geral das bogas e dos barbos.

Uma commissão de peritos encarregada de constatar oficialmente a força illimitada do *Hugh Parry* declara que elle só poderá chegar á Africa: 1.^o se...; 2.^o se...; 3.^o se...; 4.^o se...; etc., etc; concluindo-se do exame dos peritos que, sem estabilidade, sem bôcca, sem propulsor, sem fundo, sem armação, sem condições algumas que lhe permittam navegar no oceano, essa medonha machina de guerra só poderá conseguir o fim a que se destina de desbaratar o Jefungo, se a puderem pôr á frente do inimigo empacotada em um bom caixote e collocada aos hombros de quatro mariolas energicos mas prudentes.

Esses dois factos memoraveis, o de Bolôr e o de Dahomey, bastam para revelar toda a solicitude empregada pelo governo portuguez na gerencia dos negocios coloniaes.

O rei de Dahomey está desde muitos annos na posse d'este uso: por occasião das grandes festas do anno, elle dirige-se ao presidio portuguez mais proximo, apodera-se delicadamente do sr. alferes commandante da guarnição e applica-lhe invariavelmente uma tunda, — uma verdadeira tunda régia .. e negral.

Sujeitos por essa forma ao sceptro de Dahomey os nossos alferes deterioram-se rapidamente na governação dos presidios. Sempre que algum d'elles, no dia immediato ao da régia visita, não consegue reconstituir os ossos do seu esqueleto pela mesma ordem em que elles anteriormente se achavam, o governo da metropole apressa-se a substituir o alferes desconjuntado, offertando um alferes novo e inteiro ao sceptro do rei de Dahomey.

Os soldados, sem educação militar, sem pratica das armas, sem as indispensaveis condições de hygiene, de commando, de munições, de uniforme, de armamento, são expedidos de encontro ás sublevações dos negros com o mesmo carinho desvelado com que se expede para o matadouro uma rez tinhosa e maldita.

Com soldos indecorosamente mesquinhos, mal vestidos, mal calçados, armados de velhas escopetas abandonadas por vergonhosas nas paradas e nas revistas militares do reino, sem ambulancias regulares, sem regimen hygienico, sem provisões de roupa branca, de café, de sulfato de quinino, os nossos soldados de Africa, miseraveis, sujos, andrajosos, doentes, atacados pela *vermine*, pela ictericia, pelas febres palustres, representam a consummação de um dos maiores crimes da administração portugueza. As *Farpas* tiveram já occasião de referir os sabios

cuidados com que o governo inglez protege os seus soldados nas expedições africanas. Nada falta ao soldado inglez sob o clima africano: dinheiro, abundante roupa branca, o uniforme mais adequado ás condições climatologicas, as melhores munições de guerra, as espingardas mais perfeitas, as provisões constantemente renovadas de café, de sulfato de quinino, de vinagre de *toilette*. Se não fôsse esta organização exemplar, a guerra precipitadamente declarada ao rei dos zulus por sir Batle teria tido recentemente o resultado mais funesto para o dominio inglez na Africa. Se, depois de ter batido triumphantemente as tropas commandadas por lord Chelmsford, o rei Cetewayo não invadiu com o exercito indigena as colonias do Transwal e do Natal foi unicamente porque o conteve em respeito o conhecimento que tinha da superioridade enorme do equipamento britannico.

Na Africa portugueza, affirmam-o os viajantes, ha melhores armas no sertão do que nas mãos dos nossos soldados.

De quando em quando os srs. ministros da marinha, depois de um maduro estudo da questão colonial, expõem ás duas casas do parlamento esta solução de character intermittente e invariavel:

«Sr. presidente! Foi implantando nas plagas afri-

canas a cruz do Redemptor que nossos paes conseguiram subjugar a feroz raça ethiopica agremiando-a na religião sublime do Calvario. (Vozes: Muito bem! muito bem!) Do que nós precisamos na Africa. . . (Vozes: Ouçam! ouçam!) do que nós precisamos na Africa, sr. presidente, é de sacerdotes liberaes, de sacerdotes que, comprehendendo as verdadeiras maximas do martyr do Golgotha, não façam do seu sagrado ministerio um instrumento de cubiça e de veniaga, antes considerem que a religião, que a verdadeira religião, a unica religião possivel. . . (Vozes: Isso! isso!) A religião de nossos paes, sr. presidente, aquella em que todos nós fomos nascidos e creados, é o melhor penhor, é a mais solida e segura garantia da ordem, do progresso, da civilisação e da liberdade!» (Sensação profunda. Vivos e prolongados applausos de todos os lados da camara.)

E o governo para o fim de civilisar a Africa envia-lhes padres, os quaes baptisam os pretos.

Os pretos deixam-se baptisar, porque nada lhes é mais completamente indifferente do que serem baptisados ou não o serem. Ha pretos que se têm baptisado vinte, quarenta, oitenta vezes, sem ficarem por isso nem mais nem menos pretos. Esta noticia propalada no sertão tem dado ao sacramento do ba-

ptismo entre a raça negra a popularidade das cousas inoffensivas e pittorescas.

Um missionario que durante longos annos fizera a catechese em Africa dizia-nos :

«Não é possivel encontrar gente mais estúpida para entender os dogmas do que esta canalha. Os selvagens são tão brutos que não ha meio algum de lhes fazer comprehender que só ha um Deus unico, o qual unico Deus vem a ser o Padre, o Filho e o Espirito Santo. Um pretalhão, que eu quiz mais especialmente iniciar n'este augusto mysterio fundamental da nossa crença, acabou por me declarar que só consentiria em que eu lhe fizesse entrar na cabeça o meu Deus depois de me ter mettido a mim na barriga o Deus d'elle. Ora dava-se a circumstancia de que a divindade, objecto das orações da grande besta idolatra, o seu fetiche n'esse momento, era precisamente um prego de palmo e meio de comprimento! Depois de os baptisar não ha senão uma cousa que fazer a estes animaes: que é vendel-os para terras de christãos, onde a doutrina se lhes ensine com umas boas cordas, onde as unhas das mãos se lhes arranquem systematicamente nas licções do catecismo com uma palmatoria de buxo, e onde estejam debaixo de chave os — pregos.»

Em uma memoria offerecida á Associação Mariti-

ma e Commercial de Lisboa, em 1840, pelo socio Antonio Maria Couceiro, o auctor considerando mui piedosamente a prégção do Evangelho como um poderoso instrumento da civilisação africana, diz o seguinte :

« Quanto aos sujeitos empregados nas missões poucos têm correspondido porque em geral, e principalmente n'estes ultimos tempos, os religiosos mandados para as missões da Africa eram os que menos virtude e capacidade tinham, e em vez de catechisarem escandalisavam, ou morriam em breve, victimas de uma vida desregrada, ou ricos de ouro voltavam para o reino ou para o Brazil; consistindo todo o trabalho da missão em baptisar por junto (perdõe-se-me a expressão), os bandos de negros que os traficantes de escravos traziam dos sertões, e que sem mais doutrina lá iam morrer no porão de um navio, ou na America, sem outro algum conhecimento da lei de Christo, nem mesmo a lembrança do nome que lhes haviam posto.»

Desde o seculo xvi até hoje os padres têm sido o unico instrumento de civilisação empregado pelo governo portuguez no regimen colonial.

No seculo xv as nossas relações commerciaes com a Africa achavam-se organisadas.

Os navios que d'alli vinham carregados de rique-

zas tinham ido para lá carregados de mercadorias e de operarios. João de Barros dizia: «Eu não sei em este reino, jugada, portagem, dizimo, ciza ou algum outro direito real mais certo nem que regularmente em cada anno a si responda, sem rendeiros alegarem esterilidade ou perda, do que é o rendimento do commercio da Guiné; e tal que, se o soubermos agricultural e grangear, com pouca semente nos responderá com maior novidade que os reguengos do reino e lezirias do campo de Santarem.»

Depois de D. João II a decadencia da Africa principia pelo desvio das attenções para a Asia e para o Brazil e pelas guerras dos hollandezes, e continua até os tempos modernos mantida progressivamente pelo trafico ruinoso e dissolvente da escravatura.

A escravatura foi a ruina da Africa. Em uma biographia do vice-almirante Luiz da Motta Feio e Torres, publicada em Paris em 1825, lêem-se estas linhas expressivas: «O numero dos escravos exportados para o Brazil desde 1816 até 1819, isto é, no decurso de tres annos, subiu a 53:427; de Benguela sahiram em um d'estes annos 4:048; de sorte que a quantidade de escravos despachados nas alfandegas chega a perto de 22:000 por anno. Se a este numero se juntarem os que sahiram de outros portos subtrahidos aos direitos, poderá conhecer-se a que ponto monta a perda da população que poderia em-

pregar-se na pesca, na cultura, na mineralisação das possessões da Africa occidental.»

Para calcular a despopulação produzida pela escravatura seria preciso ainda levar em conta o grande numero de escravos que morriam antes de embarcar por accidentes de viagem, por doenças, por suicídios. Os terrenos proximos dos portos, onde os escravos eram guardados a monte, encontram-se hoje cheios de ossadas dos que succumbiam e eram enterrados pelo rebanho.

Em 1829 o juiz de fora Dyonisio Ignacio de Lemos Pinto, officiado ao governador de Moçambique, dizia-lhe: «Os habitantes dos estabelecimentos de Inhambane, Sofala, etc., entregando-se todos ao commercio dos escravos, fizeram dos sertões um theatro de contínuas guerras para haverem escravos, de que resulta a devastação em que se acham os mesmos sertões e por consequencia a falta que padecem dos artigos de primeira necessidade.»

Nas povoações do littoral a convivencia dos negreiros dissolvia a moral, pervertia os costumes, aniquilava o trabalho, vulgarisava a crueza, a dissipação, o espirito da aventura, o jôgo, a intemperança, o deboche.

A decadencia do homem communicava-se á natureza da região que elle habitava, e logares conquistados para a civilisação, semeados pelo trabalho, flo-

rescentes e saluberrimos, como por exemplo S. Thomé e Príncipe, revertiam ao estado virgem e tornavam-se pelo abandono pestiferos e inhabitaveis.

Para honra da humanidade, para desaggravo da razão humana, um pequeno paiz, a Dinamarca, empregava os mais bellos esforços para conseguir a abolição da escravatura na Africa. Por um sentimento de proveito politico e por uma corrente nacional de philantropia, a Inglaterra apoia os esforços da Dinamarca. Portugal cruzava os braços deante da vergonha ignominiosa de que eram theatro as suas possessões e continuava a occorrer ás necessidades da civilisação na Africa expedindo-lhe padres.

Em 1839 o capitão general do reino de Angola, Antonio de Saldanha da Gama, envia ao governo e faz imprimir em Paris uma importante memoria, que principia por estas palavras: «Sendo a abolição do trafico da escravatura um negocio em que a Inglaterra tenciona empregar toda a sua influencia politica, e tendo esta potencia conseguido já o concurso dos principaes gabinetes da Europa para esse fim, é indubitavel que mui pequeno será o periodo durante o qual os portuguezes poderão continuar a fazer aquelle trafico; e é tambem certo que *se o governo portuguez não cuidar sériamente desde já em effei-*

tuar uma mudança no systema da economia peculiar das suas colonias, que subsistiam principalmente aos redditos do commercio dos negros, estas se arruinação e porventura se perderão inteiramente para Portugal.»

Na *Memoria* de Saldanha da Gama são indicadas muitas fontes de commercio e de industria existentes nas colonias portuguezas da costa occidental da Africa, fontes até então improductivas e susceptiveis de serem exploradas para o trabalho e para a civilização. O auctor cita a cultura do algodão, do café, da palmeira dendé, do ricino, do mendobi, da canna de assucar, da mandioca, da noz muscada, dos tamarindos; a industria das pelles, das pennas de marabú, do marfim, do dente de cavallo marinho; a industria das minas de carvão, das minas de ferro, das minas de cobre, das minas de petroleo; a industria importantissima das pescarias, e principalmente do peixe salgado; a exploração das madeiras, provenientes de arvores pequenas mas extremamente solidas e de coloridos muito delicados, proprias para as melhores obras de marcenaria e de marchetaria.

Os *Annaes maritimos e coloniaes* encerram nas suas columnas muitas outras indicações preciosas para o estabelecimento de um regimen industrial na Africa.

O governo permanece completamente surdo e indifferente a todas essas suggestões. Nem uma só medida governativa tem sido tomada para o fim de civilisar a Africa pela organisação do trabalho livre.

Em tempo fundou-se em Lisboa, para o fim de chamar a attenção do publico para as nossas riquezas coloniaes, um museu dos productos ultramarinos. Muitos especimens das producções agricolas e mineralogicas e de artefactos de industrias locaes foram zelosamente colligidos. São passados nove annos. Ainda se não fez um catalogo descriptivo d'esses productos, cuja historia se acha sepultada n'um mysterio tenebroso e inviolavel!

De quando em quando os frascos mais apparatusos d'esse museu são enviados ás exposições universaes celebradas nos paizes estrangeiros. Essas vasilhas andam desde um certo numero de annos de terra em terra, representando os generos coloniaes portuguezes, já em Londres, já na Philadelphia, já em Vienna... Ultimamente em Paris, abertos por curiosidade alguns dos dictos frascos ornados dos dísticos mais pomposos, reconheceu-se que o que nós andavamos expondo dentro d'elles, desde muito tempo, como productos das nossas industrias coloniaes, era unicamente gorgulho.

Para limpar o museu os preparadores serão obrigados, pouco a pouco, a deital-o fora, de sorte que

quando o catalogo estiver de todo concluido é natural que o museu esteja de todo desfeito.

De resto sabe toda a gente que a administração das colonias é impossivel sem uma boa marinha. Ter colonias sem marinha no ultramar é o mesmo que ter provincias sem estradas e sem policia no continente.

Para ter marinha a primeira condição é ter marinheiros. Para crear marinheiros é preciso ter pescadores. O character maritimo de um povo faz-se nas chamadas *grandes pescas*, como a pesca do bacalhau; faz-se na convivencia e na eschola do mar; faz-se nos habitos da navegação.

Para apreciarmos por um só traço o que o governo portuguez tem feito para a prosperidade da navegação e da pesca basta lançarmos os olhos ás estatisticas. Segundo os mappas dos ultimos cinco annos a lotação das embarcações construidas nos diversos pontos dos nossos departamentos maritimos diminue successivamente.

A navegação em navios portuguezes tende de anno para anno, no retrocesso mais rapido, a abandonar o longo curso e a tornar-se de simples cabotagem. Veja-se o annuario estatistico, do anno de que temos estatistica em Portugal, o de 1875.

Em quanto á pesca, sendo o nosso clima o mais

apropriado para a secca, sendo o sal abundantissimo e da melhor qualidade, sendo todo o paiz de littoral, sendo numerosos os rios frequentados pelos peixes mais preciosos, como o salmão, a truta, a lampreia, parece que a industria da pesca deveria ser, pelas nossas condições geographicas, por nossa vantagem politica, por tradição nacional, por patriotismo, e finalmente por utilidade economica, a mais estudada, a mais protegida e a mais prospera de todas as nossas industrias. Pois bem: sabem o que succede? No anno de que temos estatistica, — sempre o anno de 1875 —, nós, paiz de beira-mar, fertilisado por uma grande quantidade de rios, de ribeiros, de lagôas, importamos pescarias no valor annual de 1:346 contos de réis! Mil tresentos quarenta e seis contos de pescarias importadas!

Expostos esses simples factos é inutil accrescentar uma palavra de critica. A nossa administração maritima e colonial está julgada. A sua ignorancia é provada, a sua incompetencia manifesta.

O Estado tem tido ácerca das colonias, invariavelmente, desde muitos annos, esta idéa: que ellas são um assumpto poetico, do dominio exclusivo das musas. De sorte que, quando se trata de fazer um ministro da marinha, o estadista encarregado pelo soberano de formar governo pega na pasta das flô-

res d'alma e do ultramar, mette-a debaixo do braço a um correio de secretaria, e á hora de fecharem os pianos sentimentaes da Baixa ordena a esse correio que espicace o garrano symbolico do poder atraz do primeiro recitador noctivago que passar no Aterro.

Se para explorar industrialmente a Africa o governo não faz cousa alguma, o publico pela sua parte faz exactamente o mesmo que o governo. E nada é mais tocante ácerca da importancia de tal caso do que a conformidade sympathica d'essas duas opiniões! A Sociedade de Geographia tentou recentemente crear um fundo pecuniario destinado ás explorações da Africa. A subscrição nacional aberta para esse fim produziu em Lisboa a quantia de — *uma libra*.

Ha poucos mezes, na Exposição Universal de Paris, demos ao mundo como paiz maritimo o espectáculo de uma potencia que abdica da sua acção no progresso, que voluntariamente se demitte da civilisação.

Atraz de uma fachada sumptuosa, que pelo estylo symbolico da sua architectura commemora o dominante papel que tivemos no movimento scientifico e no movimento artistico da Renascença, atraz d'es-

sa fachada que é, ao lado dos *Lusiadas*, a crystallisação do grande ideal de um povo de geographos e de navegantes, appareceu dentro do recinto destinado a receber os productos da nossa actividade industrial a exhibição dos artefactos mais ingenuamente imperfeitos, denotando no seu conjuncto o desvio flagrante da vocação de um povo torcido do seu destino pela ignorancia e pela incompetencia da direcção a que se submetteu. Entre essa fachada e essa exposição não existe a corrente natural dos successivos desdobramentos de uma civilisação. Entre essa architectura grandiosa e essa industria tão rudimentar, tão mesquinha e ao mesmo tempo tão pretenciosa e tão estafada, não ha sequencia historica, não ha a concatenação normal de phenomenos evolutivos, Na trajectoria do nosso destino houve uma solução de continuidade entre o seculo xvi e a idade moderna. O despotismo monarchico e o despotismo theologico despedaçaram a cadeia das nossas tradições. O regimen liberal, por falta de criterio scientifico, não soube ainda ligar o fio da nossa actividade presente ao forte impulso da antiga civilisação violentamente truncada durante mais de tres seculos pelos agentes mais perturbadores do movimento progressivo de uma sociedade.

Os estrangeiros que passavam na Rua das Nações depois de transporem com respeito o bello portico

manuelino que dava entrada para a exposição portugueza pasmavam de não encontrar entre os nossos productos nem o minimo vestigio da actividade maritima celebrada no livro por que ainda somos conhecidos no mundo — o poema de Camões. Nem sequer como decoração, como accessorio ornamental, se pensou em mostrar aos estrangeiros que somos um paiz de beira-mar! Nem uma véla, nem uma rêde, nem um apparelho de pesca, nem um instrumento nautico! As embarcações, tão interessantes, empregadas na pescaria das nossas costas, não estavam alli representadas. Nem uma simples photographia dos typos tão caracteristicos dos nossos maritimos da Povia de Varzim, de Ovar, de Villa Nova de Portimão! Nem um só producto, ou uma planta, ou uma vista de algum dos estaleiros dos nossos departamentos maritimos! As nossas antigas cartas geographicas, os nossos roteiros, os nossos famosos portulanos, tinham ficado no reino sob a poeira inviolavel dos archivos. Finalmente nem um unico symptoma, por mais tenue que elle fôsse, além do estylo decorativo da fachada, poderia indicar que a exposição portugueza procedia de um paiz que geographicamente não é mais do que uma larga praia, *a occidental praia lusitana*.

Este simples facto, — o esquecimento de fazer representar na exposição portugueza a nossa industria

e a nossa historia maritima bastaria, quando não tivessemos uma accumulacão immensa de outras provas, para patentear a indifferença somnambula dos nossos governos e das nossas altas classes dirigentes pelos interesses coloniaes do paiz.

As intelligencias que mais ou menos directamente nos governam estão com relação á administração ultramarina n'um estado de syncretismo brahmanico, em que nada se comprehende, em que nada se resolve, em que nada se decide, em que as cousas se não entrevêem senão envoltas n'uma obscuridade nevoenta, atravez de uma indeterminação crepuscular.

Suas excellencias estão contemplando, ou estão simplesmente dormindo?

Seria talvez tempo de sahirnos d'esta duvida, apoderando-nos dos narizes das classes dirigentes e sacudindo-lh'os por algum tempo com o respeito vigoroso, profundo e tenaz que todos os narizes altamente collocados devem merecer á critica e á opinião das massas.

Maio 1879.

XXX

A camara dos deputados acaba de rejeitar pelo voto unanime de toda a sua maioria uma proposta para a discussão da reforma da Carta, apresentada ao parlamento pelo chefe do partido constituinte o sr. José Dias Ferreira.

A Carta, cuja reforma a camara dos deputados não só acha inconveniente que se faça, mas até que se discuta, conta hoje meio seculo de existencia. Teem lhe passado por cima, durante os ultimos 50 annos, todos os progressos do mundo moderno.

Durante esse espaço de tempo transformaram-se todas as sciencias de que a politica não é mais que um resultado applicado.

Descobriu-se o homem pre historico.

Characterisaram-se as raças humanas, e seguiram-se as suas migrações atravez das edades.

Fixou-se o nascimento, o desenvolvimento e a transformação das linguas.

Computou-se a idade da terra em mais de um

milhão de annos, em vez dos seis mil que lhe attribuíam os textos biblicos.

Refez-se a historia da criação universal sob o novo dogma do transformismo revelado por Darwin.

Creou-se a critica comparada.

Fez-se a historia das religiões.

Determinou-se a evolução do progresso desde os primeiros vestigios do homem no periodo terciario até os nossos dias.

Depois de estudado sob novos aspectos emquanto ao lugar que lhe cabe na natureza, o homem foi estudado de novo com relação ao seu proprio organismo. Por meio dos modernos estudos sobre o sistema nervoso, definiu-se o mechanismo do pensamento e da sensação.

Da convergencia de um immenso numero de conhecimentos novos e de novas idéas resultou o apparecimento de uma nova philosophia, de uma nova moral, de uma nova economia social, de uma nova critica e de uma nova arte.

Assim, nos ultimos cincoenta annos, transformação absoluta na constituição mental do mundo civilisado.

Unicamente no meio d'essa agitação geral a Carta ficou immovel, conservando-se tal qual era antes da revolução do espirito que a suggerira.

O movimento das idéas produziu naturalmente

um movimento correlativo nos systemas de governo propostos pelos politicos, pelos philosophos, pelos poetas e pelos utopistas. Nasceu o socialismo de Proudhon e de Karl Marx, o collectivismo, o communismo, o opportunismo. Veiu a Internacional, veiu a unificação da Italia, veiu a acclamação da Republica em França e em Hispanha, veiu a revolução da communa em Paris, veiu a abolição da escravatura nos Estados-Unidos, veiu a revolução da Liga Agraria na Irlanda, veiu a conspiração do nihilismo na Russia. E a carta constitucional da monarchia portugueza permaneceu immovel e insensivel á occorrença de todos esses factos.

Pedro, o dador, depois de outorgada a Carta no imperial palacio do Rio de Janeiro em 1826, ficou aparafusado á civilisação de Portugal como um agente immodificavel, inamovivel e eterno.

Sua imperial majestade quiz, ordenou e mandou jurar por todos os seus subditos que nós nos regeríamos perfeitamente por essa lei. Innumeros reformadores vieram a seguir com outras dadivas, que tiveram sobre a dadiva de Pedro o privilegio especial de alterar profundamente a nossa maneira de pensar, de sentir e de viver na occasião em que Pedro quiz beneficiar-nos com a lei a que tinhamos de nos submeter.

Deram-nos os caminhos de ferro, deram-nos a na-

vegação a vapor, deram-nos o telegrapho electrico, deram-nos os navios couraçados, deram-nos os torpedos, deram-nos os canhões raiados, deram-nos as espingardas de agulha, deram-nos o revólver, deram-nos a dynamite, deram-nos a nitro-glycerina, deram-nos a véla de estearina, deram-nos a illuminação a gaz, deram-nos a machina de costura, deram-nos o torno e a serra mechanica, deram-nos o tear a vapor, a charrua a vapor e o prelo a vapor, deram-nos o aluminium, deram-nos o chloroformio, deram-nos o chrono-thermometro, deram-nos o meteorographo, a photographia, a galvanoplastia, a chromolithographia e a phototypia, deram-nos o telephono e o phonographo, deram-nos a transmissão electrica da força, deram-nos a bomba pneumatica e o guindaste pneumatico, deram-nos o protoxido de azote, deram-nos o microphono, deram nos o aço de Bessemer.

Dentro do periodo dos cincoenta annos que a Carta conta de existencia, o homem civilisado multiplicou enormemente os seus conhecimentos sobre a natureza e sobre a sociedade, multiplicou egualmente a sua riqueza, o seu bem estar, a sua força, o poder do seu braço e o poder do seu cerebro.

E todavia a camara dos deputados entende que a dadiva de Pedro continua a estar hoje, como estava em 1826, acima de todo o exame, e que nem se-

quer nos pode ser permittido o discutir se convirá ou não alteral-a no ponto de vista da razão renovada em meio seculo de estudo, de trabalho e de progresso!

Submisso á deliberação tomada pelos srs. deputados da nação, não serei eu que vá agora discutir a natureza d'esse documento que os nossos legisladores decretaram indiscutível.

Unicamente, considerando apenas a Carta pelo seu lado exclusivamente artistico, eu peço vénia para dizer que, emquanto á sua forma, esse codigo é absolutamente archaico, é obsoleto, e, se não precisa de ser reformado, precisa pelo menos de ser redigido de novo.

O preambulo da Carta diz o seguinte:

«Dom Pedro por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'áquem e de além mar, etc. Faço saber a todos os Meus subditos portuguezes, que Sou Servido Decretar, Dar e Mandar jurar immediatamente pelas tres ordens do Estado a Carta Constitucional abaixo transcripta, a qual de ora em diante regerá esses Meus Reinos e Dominios, e que é do teor seguinte.»

Analysando este preambulo, o sr. Theophilo Braga demonstrou ha dias que, além do nome do rei D. Pedro, não ha entre essas palavras uma só que não esteja por sua senilidade completamente fora do

espírito do século XIX. O primeiro termo do período «*por graça de Deus rei de Portugal*» é inteiramente falso. Diziam-se soberanos pela graça de Deus os reis que na idade média conquistavam a corôa pela espada, subjugando os varões feudaes. N'este sentido poderia dizer-se rei pela graça de Deus D. Affonso Henriques ou algum dos seus descendentes. A familia de Bragança não desembainhou a espada para subir ao throno, o qual lhe foi simplesmente dado pela nação nas côrtes de 1641. D. João IV não era um guerreiro, era apenas um devoto de Nossa Senhora. Não conquistou cousa alguma nos combates em que tivesse de intervir o juizo de Deus; aceitou apenas aquillo que lhe deram com o heroismo simples de um timorato resignado.

Rei de Portugal e dos Algarves, d'áquem e d'além mar em Africa é uma abstracção rhetorica sem realidade historica ou geographica. Emquanto aos Algarves d'áquem mar elles nunca fizeram reino á parte, nem região separada, por qualquer especial accidente geologico, do resto do paiz; de sorte que dizer-se *rei de Portugal e dos Algarves, d'áquem mar*, é uma redundancia tão burlesca como dizer-se *Rei de Portugal e da Beira Baixa* ou *Rei de Portugal e de Cacilhas* ou *Rei de Portugal e do Terreiro do Paço*.

Pelo que diz respeito aos *Algarves d'além mar*,

os quaes comprehendiam Tanger e Ceuta, esses deixaram ha muito tempo de pertencer á corôa portugueza, sendo tão absurdo que o soberano diga ainda possuil-os, como seria absurdo que a Republica Franceza, além de franceza, se intitulasse tambem agora Alsaciana e Lorena. — Com uma differença, todavia, e vem a ser: que tanto a Alsacia como a Lorena foram extorquidas á França pela força da guerra e a titulo de indemnisação; em quanto que Tanger foi dado por Affonso VI aos inglezes como parte do dote da infanta D. Catharina, á qual seu real pae fez presente de um bocado da nação absolutamente com a mesma semcerimonia com que poderia ter-lhe offerecido um piano, que aliás não houvesse comprado, ou uma pulseira, que de resto lhe não pertencesse.

Os titulos, gongoricamente phantasticos, attribuidos pela Carta ao soberano portuguez, não terminam, porém, com a fieira exposta no preambulo. No Artigo 73 estabelece-se que além das cousas que ficam dictas, o rei deverá ainda enrabichar aos seus titulos o de *Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc.*

A respeito do senhorio de Guiné sabe-se que os senhorios desapareceram inteiramente do mundo com as ruinas do regimen feudal, e nada mais co-

mico do que ver introduzido este anachronismo gothico n'uma Carta datada do seculo XIX, que tem a pretensão de fundar, para um paiz, as bases da sua moderna constitucionalisação liberal.

A consignação do direito da *Conquista*, affirmado n'uma Carta ao mesmo tempo a que elle é banido de todos os codigos, ultrapassa um pouco todos os limites assignalados ao dominio da metaphora. Perante a jurisprudencia moderna *conquista*, na accepção litteral d'esta palavra, não significa mais do que apropriação violenta do alheio contra vontade de seu dono, — no qual caso este vocabulo obsoleto é synonymo de *roubo*. A palavra *conquista* ha muito tempo que se não usa senão em sentido translato. Diz-se ainda em estylo prudhommesco as *conquistas da paz*, as *conquistas da civilisação*, as *conquistas do progresso*; ninguem já diz unicamente — *as conquistas*.

O privilegio da *Navegação e Commercio*, tanto na *Ethiopia*, na *Arabia*, na *Persia*, na *India*, como em qualquer outra região do globo, não pertence mais especialmente ao soberano portuguez do que a qualquer negociante que deite um navio á agua e o carregue de mercadorias sob a protecção de qualquer bandeira que escolha e com destino a qualquer porto que lhe pareça.

A navegação em face do moderno direito mariti-

mo não pertence mais particularmente ao antigo e legendario galeão das reaes quinas do que á simples barca *Carolina* ou ao mero brigue *Santo Antonio e Almas*.

Mas entre todos os titulos honorificos conferidos pela Carta Constitucional da monarchia ao respectivo monarcha, o titulo de *Etcætera*, com o qual fecha por meio de chave de ouro o famoso Artigo 73, é aquelle que mais completamente me preenche as medidas da satisfação e do regosijo. Porque um rei que, depois de ser tudo, é ainda por cima *Etcætera*, parece-me que não pode ser mais nada.

Um rei que a si mesmo se intitula *Etcætera* colloca-se logo por esse simples titulo acima de Cesar, acima de Carlos Magno, e acima de Napoleão.

Sua Majestade Etcætera é uma appellidação que açambarca, que abrange e que resume tudo em duas palavras.

Quem ousará lançar grilhões, metter freios, pôr barreiras aos dominios de *Etcætera*? *Etcætera* comprehende tudo: o temporal e o espirital, o corporeo e o incorporeo, o visivel e o invisivel, o objectivo e o subjectivo, o creado e o increado, o finito e o infinito, o solido, o liquido, o gazoso, o ethereo, o hypothetico, o inconsciente, o incognoscivel e o inenarravel!

Ter na mão o sceptro augusto e supremo de *Et-*

cætera é o mesmo que estar a cavallo não só no pequeno eixo da terra, mas no grande eixo universal e absoluto em torno do qual giram todos os orbes, e bem assim todos os espaços.

Ao pé de um rei *Etcætera*, puro e legitimo, não sómente não são nada todos os outros reis, mas até o proprio Creador de todos os reinos e de todos os mundos, o mesmo Deus Omnipotente e todo Poderoso passa a ser um personagem subalterno e inferior, um *Vice-Etcætera*, apenas. Porque, segundo a Carta, indiscutivel, inanalysavel e por consequencia infallivel, o verdadeiro *Etcætera* é o rei.

Eu — já o disse e repito-o — não quero de modo algum tocar, por mais ao de leve que seja, no *sancta sanctorum* do constitucionalismo, que a camara dos srs. deputados acaba de considerar mais uma vez como inviolavel e sacro-santissimo; mas realmente, como simples escriptor, não posso eximir-me a considerar que desde que o rei se declara *Etcætera*, isto é Tudo, elle poderia talvez poupar-se ao pleonasma de intiular-se qualquer outra cousa mais, antes ou depois d'isso. Nos escriptos do regio expediente o principe diria: Eu *Etcætera Primeiro*. E seria verdadeiramente esse o caso de affirmarmos que não era preciso *pôr mais na carta*.

No Artigo 85 lê-se o seguinte: «As côrtes cuidarão nas acquisições (*virgula*) e construcções (*virgu-*

la) que julgarem convenientes para a decencia (*virgula*) e recreio do Rei (*ponto*)»

Esse Artigo basta para habilitar as camaras a ampliarem o real *Etcætera*, se no futuro isso se julgasse opportuno. Pois que é um novo titulo senão uma nova aquisição ou uma construcção nova? Portanto, se mais tarde o rei se não achasse satisfeito com o *Etcætera* constitucional; e se um ministro, dentro da alçada do Artigo 85, viesse por acaso dizer ao parlamento: *O rei carece de decencia ou o rei carece de recreio, Sua Magestade acha-se triste ou Sua Magestade acha-se indecente*—nada mais simples do que alargar-se ainda mais o regio *Etcætera*, e intitular-se o rei definitivamente então para todo o sempre, *Rei Fulano Tantos Etcætera... e tal*.

Proseguindo no seu discurso preambular, Pedro chama aos portuguezes todos seus subditos (*faço saber a todos os meus subditos portuguezes*).

Ora *subdito* vem do latim *subjectus* e quer dizer *mettido por baixo, submettido, dependente do poder ou da vontade de outrem*. Ser *subdito de um rei* é pertencer-lhe, ser d'elle, estar em seu poder, *sub regis potestate esse*. A condição de *subdito*, anniquilando completamente a liberdade, não só implica directamente com a qualidade de cidadão, mas implica até com a qualidade de homem. O subdito é apenas ¹⁴⁰um objecto passivo, é uma cousa.

Francamente, havemos de confessar que é bem pouco amavel da parte do dador! Elle tudo, (*Etcætera*); nós apenas cousas (*subditos*)!

De modo que, segundo a Carta, toda esta historia de Nação se cifra n'um cambalacho copulativo de *Etcætera e cousas*.

Em continuação diz Pedro que é *servido decretar, dar e mandar jurar pelas tres Ordens do Estado a carta constitucional abaixo transcripta*.

Da qual fórmula se deprehende, em primeiro logar que, quando a gente lhe chama o *dador*, lhe não chama tudo, porque elle é não só *dador* mas tambem *decretador e mandador*; e deante de quem assim dá-dôr, decreta-dôr e manda-dôr, quem recebe é apenas — *soffre-dôr, aguenta-dôr e cala-dôr*.

Da mesma fórmula se deduz ainda, em segundo logar, que as Ordens do Estado em Portugal são tres. E é esta uma das cousas que só quem lê a Carta é que fica sabendo. Porque a gente, na boa fé da santa ignorancia, cuida geralmente que está na sociedade por nomes de ruas, por numeros de portas e por andares de casas.

Mas não senhor. Segundo Pedro, a gente continua sempre a estar por ordens como nas antigas côrtes. Primeiro vae o clero, depois vae a nobreza, e por ultimo segue a villanagem. O que quer dizer que: se por um criminoso descuido, eu, plebeu, vier

um dia a passar adiante seja em que fôr ao prior de Caparica ou ao visconde da Feitosa, eu por esse simples factio incorro em perjurio para com Pedro; o prior de Caparica poderá excommungar-me, e o Feitosa estará em seu pleno direito atravessando me pela gorja com a mesma espada gloriosa com que seu excelso avô, tronco dos Feitosas, foi nas cruzadas á conquista do Santo Sepulcro.

Tal é o prefacio posto por Pedro á Carta Constitucional da monarchia portugueza, hoje quinquagenaria! Como vêem por esta simples amostra, ella poderia talvez, sem se alterar na sua immutavel e eterna essencia, ser ligeiramente retocada no estylo, segundo as regras geraes e rudimentares da decencia e do senso commum.

Devo, porém, confessar sinceramente, ao terminar este estudo, que a unica vantagem pratica de a escrever melhor consistiria em a tornar mais facilmente lida, e a grande verdade é que ninguem — mas absolutamente ninguem — lê hoje a Carta. Ella é apenas na sociedade portugueza o documento paleontologico de uma politica e de uma rhetorica extinctas. E n'esta sua qualidade de fossil, o melhor é talvez — como os srs. deputados resolveram — não bulir na Carta, e entregal-a tal como está ao sr. Possidonio para o seu Museu.

E para substituir esta escusam tambem os prin-

cipes de ter o trabalho de fazer outra. Nada mais inutil. Os povos governam-se como a Inglaterra pelas constituições que elles mesmos fazem; não se governam nunca pelas cartas que lhes dão. Comprehendia-o bem o velho rei de Napoles, o qual, em 1848, quando o seu povo lhe pedia uma Constituição, respondia :

«Ah! é uma Constituição apenas que quereis!... Tomae lá uma duzia d'ellas!»

Fevereiro 1882.

XXXI

Depois de haver tomado assento na camara e prestado o devido juramento, o deputado republicano Manuel de Arriaga apresentou em acto continuo um projecto de lei para a abolição do juramento politico.

É evidente que um republicano, eleito pelo povo e representante da soberania popular, não pode, tomando a serio o juramento, proceder de um modo diverso d'aquelle como o sr. Arriaga procedeu, protestando contra os termos de uma declaração for-

cada, por meio da qual se attenua e restringe a força do mandato, expressão inviolavel do suffragio.

O juramento politico—diz-se geralmente—não é mais que uma fórmula sem especie alguma de alcance sobre a responsabilidade de cada um. Os reis que instituíram o juramento, são elles mesmos os primeiros a perjurar com uma jovialidade enorme, todas as vezes que um interesse mais forte que o da jura se apresenta.

Talleyrand, prestando juramento a Luiz Philippe, dizia-lhe rindo com malignidade:—*Hé! hé! sire, c'est le treizième!*

N'um parlamento, porém, a repugnancia em accetar sem protesto a fórmula, embora banal, de um compromisso a que nos não achamos vinculados, é uma prova de respeito sympathica e uma homenagem, digna de applauso, prestada á dignidade da palavra.

Em França, a Republica aboliu o juramento politico, e livrou assim de um tropeço picaresco a seriedade parlamentar de uma assembléa legislativa, a que o regimen do suffragio universal convoca a representação de toda a especie de idéas e de opiniões.

A unica cousa que me inquieta um pouco no projecto do deputado Arriaga, é o novo symbolismo

que elle destina a substituir a velha fórmula por elle condemnada como anachronica.

A lei que s. ex.^a propõe, acha-se concebida nos seguintes termos:

«Art. 1.^o É revogado na camara dos deputados o juramento politico.

Art. 2.^o Em sua substituição, os deputados, invocando por testemunho a patria, e firmando-se na sua honra, prometterão apenas, de um modo solemne, o escrupuloso e exacto cumprimento do seu mandato, da maneira seguinte:— Sobre a mesa da presidencia haverá uma urna, com um pedestal adequado, onde se acharão os diplomas, que investiram os eleitos do povo em representantes da nação. Todas as vezes que, pelo actual regimento da camara, é obrigatorio o juramento, o deputado, extendendo a mão direita sobre a urna que representa a soberania da nação, pronunciará as seguintes palavras:

«Tomando o meu paiz por testemunha, em harmonia com o mandato de que fui investido, e as leis vigentes, prometto, pela minha honra, concorrer, quanto em mim couber, para a formação de leis justas e sábias, que tendam a garantir em bases solidas os direitos do cidadão, a grandeza e a gloria da patria.»

«No dia da constituição da camara, esta promessa solemne de adhesão e fidelidade á patria será invo-

cada e lida pelo presidente da mesa, e cada um dos deputados, dos seus respectivos logares, apontando para a urna que está sobre a mesa, pronunciará em voz intelligivel as seguintes palavras: «*Assim o prometto.*»

Julga o digno deputado pelo Funchal, que *uma urna, com o seu pedestal adequado, contendo os diplomas que investem os eleitos do povo em representantes da nação*, seja um symbolo de honradez e de verdade, bem garantidamente digno da consideração e do respeito de um homem serio?

Não sabemos todos nós por que medonha serie de intrigas, de corrupções e de fraudes tem de passar a vontade nacional, desde que se confecciona a lista, até que se lavra o diploma de eleito do povo?

Na grande maioria dos circulos eleitoraes do paiz, continente e ilhas, todo o eleitor que não vende simples e chãmente o seu voto por dinheiro, vende-o por serviços, por bondades, ou por favores pessoaes, ao parocho, ao escrivão da fazenda que cobra a decima, ou ao agente do recrutamento que manda prender para soldado.

Á pressão official accresce ainda a pressão do compadrio local. Na ilha da Madeira, cujos interesses são n'este momento representados no parlamento pelo deputado Manuel de Arriaga, o compadrio tem sobre a livre expressão da vontade do eleitor

uma influencia ainda mais despotica do que a da propria auctoridade constituida. O pequeno agricultor madeirense arrenda a terra que lavra a um compadre, arrenda a casa em que mora a outro, arrenda a agua com que rega a um terceiro. Quando o dia funesto da eleição chega, o dono da agua comparece com uma lista, o dono da terra entra com outra, em quanto o dono da casa chega por seu turno para prohibir o seu inquilino de ir votar. É contra este critico e angustioso estado de cousas que o pobre povo da Madeira por mais de uma vez tem protestado. Como? Indo ás egrejas em motim, no momento solemne e augusto da manifestação da soberania popular, e quebrando a cajado as mesas e os bancos das assembléas eleitoraes.

Não; enquanto uma nova lei não desaffrontar completa e absolutamente a liberdade do eleitor, a qual, no presente estado do nosso regimen representativo, não passa da mais caprichosa e da mais arrojada de todas as hypotheses, a urna contendo os diplomas dos representantes da nação sobre a mesa da camara dos deputados não pode ser considerada por ninguem como um sacrario da verdade. Aquelle que jurar sobre ella, jura unicamente em cima de um caixote de lograções.

Receio, pois, que a nova cerimonia introduzida

na parte liturgica do parlamentarismo pelo projecto do deputado Arriaga venha a fazer sorrir os proprios celebrantes.

Ora, unicamente para o effeito de augmentar a jovialidade dos legisladores, podia-se — creio eu — poupar ao paiz a despesa de uma urna para os diplomas: bastaria talvez reformar as praxes, substituindo simplesmente o volume dos *Evangelhos* pelo do *Almocreve das Pétas*.

XXXII

O discurso da corôa e a resposta a esse discurso são nas assembléas parlamentares das monarchias constitucionaes o ensejo escolhido para enunciar as idéas do governo e as das opposições sobre os problemas que mais directamente interessam os progressos da civilisação e a prosperidade do paiz na sua administração interior e nas suas relações internacionaes.

Sobre esses pontos falaram d'esta vez os ministros, falaram os chefes de todos os partidos representados no parlamento, e falaram todos os estadis-

tas e todos os oradores que com a sua palavra costumam cooperar na direcção dos negocios publicos.

Uma breve revista do *Diario das Camaras* será a expressão mais authentica e mais fiel da politica portugueza no momento que atravessamos,

Refiro-me á camara dos pares com preferencia á dos deputados, porque é na camara alta que mais genuinamente se acha representada a opinião dos partidos, cujos chefes têm assento n'aquella assembléa.

Rompeu o debate o sr. visconde de Chancelleiros.

S. ex.^a citou o *Cavallo de Troia* a proposito das duas novas fornadas de quarenta e dois pares; e d'esta citação arrancou a eloquencia do orador varios tropos opposicionistas. A respeito da demagogia portugueza, s. ex.^a falou em uma *nuvem caliginosa que se aproxima*.

Disse s. ex.^a que o espirito do seculo não podia encarnar-se em outra qualquer instituição social ou politica que não fôsse a camara hereditaria. Disse mais que a razão politica da nomeação dos novos pares fôra a necessidade em que se suppuzera o governo de investir contra a camara alta, visto não poder cumprir um dos artigos do programma progressista em que o partido se compromettera a investir contra o rei; e fôra ainda a necessidade de fortale-

cer por meio de uma nova força artificial a força do ministerio extincta pelos erros da sua administração,

S. ex.^a applicou finalmente ao governo uma imagem, não completamente nova; s. ex.^a confessou que já se tinha servido d'ella uma outra vez. Essa imagem foi a das *fórcas caudinas*, assaz conhecida de todos os estudiosos.

Seguiu-se o sr. José Luciano de Castro, ministro do reino.

Este orador começou por citar *Catilina ás portas de Roma*, a proposito do discurso do digno par que o precedera. Citou igualmente Cincinato com referencia a outro digno par, o sr. visconde de Seabra.

Emquanto ás duas magnas questões, pelas quaes a opposição pretendia expulsar o governo d'aquellas cadeiras, (s. ex.^a apontou para as cadeiras dos srs. ministros) o sr. José Luciano disse que essas questões representavam apenas *faltas ligeiras, culpas veniaes*. Todos os governos fizeram *forçadas*, quasi todos fizeram tambem no exercito alguma promoção menos legal. Ora estes antecedentes constituem já uma especie de legislação e de praxe, porque — como s. ex.^a muito bem disse — *toda a theoria constitucional se affirma nos precedentes*.

Esta explicação produziu-nos muito bom effeito.

Passou a ter a palavra o sr. Vaz Preto, representante do partido constituinte.

Não querendo ficar pela carencia de citações eruditas abaixo dos dois tribunos que o haviam precedido, o sr. Vaz Preto começou por citar o *Deus Janno*, affirmando que o sr. Braamcamp, presidente do conselho de ministros, era bifronte.

O orador passou a dizer em seguida que as eleições em Portugal eram feitas pelos regedores e pelos cabos de policia, e que toda a *manobra* das fornadas feitas por este governo tinha unicamente por fim fazer passar n'aquella assembléa o negocio do caminho de ferro de Torres Vedras, do qual o ministro das obras publicas é um dos empresarios.

Emquanto á democracia, *cousa em que estava agora em moda falar-se muito*, s. ex.^a comparou-a com as gallinhas a quem se deita um cacho de uvas. A primeira gallinha que apanha o cacho foge com elle para um canto e principia a debical-o sósinha, até que outra gallinha lh'o arrebate para ir fazer o mesmo, e assim consecutivamente emquanto no cacho ha uvas. Os revolucionarios são a mesma cousa. Em elles encontrando cacho debaixo do bico fazem-se conservadores.

O sr. Vaz Preto teve a honestidade rethorica de declarar que esta conceituosa imagem do cacho de uvas não era descobrimento de s. ex.^a, mas sim obra de um amigo dedicado que desinteressadamente lh'a communicara.

Seguiu se o digno par sr. Antonio de Serpa, membro do extincto gabinete regenerador.

Este orador affirma que o sr. José Luciano de Castro, demittindo e transferindo funcionarios não só da confiança politica do governo mas de toda a ordem, como professores, reitores de lyceus, empregados do ministerio publico, de fazenda, etc., e restringindo as medidas de larga descentralisação e de absoluta tolerancia do ministro que o precedeu na pasta do reino, denotara em todos os seus actos durante vinte mezes de governo que tinha as mais auspiciosas tendencias para o despotismo administrativo, e que, se não é um tyranno, porque os tyrannos são impossiveis na sociedade moderna, o sr. José Luciano é pelo menos um tyrannete.

Com relação ás obras da Penitenciaria, disse o sr. Serpa que o resultado do inquerito foi este:

Uma commissão technica, examinando minuciosamente aquellas obras, declarou que ellas representavam um valor superior em alguns contos de réis ao preço por que tinham ficado!

Caso verdadeiramente prodigioso e certamente unico em os annaes administrativos! Faz-se uma obra, que se diz ter sido a capa dos roubos mais escandalosos.

Examina-se por fim a obra e reconhece-se que a tranquillidade dos constructores consistia no seguinte, segundo as conclusões do inquerito: Depois de haverem

recebido no fim de cada mez a importancia dos seus fornecimentos de ferro e de tijolo, elles iam arteiramente, de noite, de certo com chaves falsas, talvez com barbas postiças, e sem que ninguem os visse, tenebrosamente, lançavam gratuitamente mais ferro e mais tijolo em cima d'aquelle que lhes tinham pago. Examinada a obra deante das contas é claro que se descobriu tudo. A obra tem muito mais tijolo e muito mais ferro do que o Estado pagou aos constructores. Que dirão a isto os bandidos? Recusarão ainda confessar que puzeram na Penitenciaria muitos contos de réis de fornecimentos da sua algibeira? Talvez chegue a isso o cynismo dos sicarios! Mas nós, perante as provas recolhidas no inquerito, temos o direito de lhes dizer: — Mentis, impostores!

Depois do sr. Serpa vem o sr. Barros Gomes, ministro da fazenda.

S. ex.^a começa briosamente por chamar *Cassandra politica* ao orador que o precedeu. Em seguida s. ex.^a confessa modestamente que ao erguer sua debil voz perante um tão conspicuo auditorio, elle se sente oppresso e titubeante. O seu estylo torna-se lacrimoso, e é com pranto dentro do seu copo de agua que s. ex.^a se espraia em phrases lyricas, falando na *transparencia da abobada celeste*, nos *nevoeirinhos da serra*, e até nos *humildes tugurios do pobre!* Penetra depois com animo resolutivo nos

domínios da historia contemporanea e, depois de nos haver convencido de que conhece Napoleão, dizendo-nos d'elle que *fôra o primeiro capitão do seculo*, s. ex.^a cita com impeto a opinião de lord Wellington a respeito das *fornadas* na camara ingleza . . . Onde ha fornadas? Não. Onde as não ha. Para nos convencer da legalidade da fornada na camara portugueza o argumento não podia ser mais profundo nem mais convincente.

Depois do sr. Barros Gomes achava-se inscripto o sr. Fontes Pereira de Mello. A reputação de *nosso primeiro estadista*, de que gosa este personagem, fez encher completamente as galerias de pessoas curiosas de ouvil-o; e quando s. ex.^a perante a phrasa da presidencia—*Tem a palavra o digno par sr. Fontes Pereira de Mello*—se levantou, militarmente perfilado, de sobrecasaca abotoada, com o seu bigode cada vez mais empretecido nas luctas da palavra, a cabeça alta, o dedo energico extendido para o horizonte, houve no publico um susurro sympathico, de interesse commovido, como se todas as bôccas dissessem baixinho: *ouçam! ouçam!* E, depois de se haver assoado com fervor e adhesão, todo o publico se encostou ao parapeito da tribuna, com o guarda-chuva entre os joelhos, o chapéo debaixo do banco, a mão em concha sobre o pavilhão da orelha para ouvir com attenção e respeito.

O sr. Fontes foi claro, fluente, incisivo e energico. Ácêrca da politica propriamente dicta, disse que era *opportunist*a á maneira ingleza. Disse tambem que achava ridiculo o pretender fazer eleições livres. O discurso d'este orador não foi ainda publicado no *Diario das Camaras*. Apreciando-o pelos extractos que li nos jornaes, parece-me poder affirmar que, além da sua declaração de opportunismo á maneira ingleza e da sua peregrina opinião ácêrca das eleições livres, s. ex.^a nada affirmou sobre o seu modo de comprehender a civilisação, sobre os seus methodos de accelerar o progresso, sobre a sua maneira pessoal de comprehender a funcção do governo. No emtanto s. ex.^a — folgo em repetil-o — foi incisivo, foi energico, teve bellas inflexões sonoras, um porte correcto e bons gestos vigorosos e percucientes, que obrigavam a olhar na direcção do dedo extendido de s. ex.^a, na esperanza de que elle fizesse gallos na testa da presidencia.

Este discurso, finalmente, confirmou mais uma vez pelas bellezas que n'elle concorreram — sonoridade, incisão, sobrecasaca abotoada e luvas côr de cannela — a reputação indisputavel de *nosso primeiro parlamentar*, ligada ao nome de tão disserto e festejado estadista.

O sr. Saraiva de Carvalho, ministro das obras publicas, respondeu ao sr. Fontes, e demonstrou

com bastante logica, que eram de um caracter exclusivamente platonico as aspirações do antigo chefe do partido regenerador a representar na politica portugueza o opportunismo da eschola britannica.

Quem diz *opportunismo*, quer use esta palavra no sentido em que a toma Gambetta, quer a use no sentido em que a toma Gladstone, diz negação do *doutrinarismo* e do *auctoritarismo*; diz respeito do espirito publico considerado em todas as suas manifestações extra-politicas e extra-parlamentares; diz exame profundo e minucioso do estado das idéas e das aspirações populares, no intuito de pôr de acôrdo os actos do governo com as sollicitações do meio social, fazendo assim da politica o eixo coordenador das forças impulsivas do progresso, inherentes á commuidade que se tem por fim governar. O opportunismo rejeita por consequencia o principio da infallibilidade parlamentar, rectificando a expressão do voto, frequentemente viciada, pela analyse directa da energia e da mentalidade publica, expressas nos comicios e nos clubs populares, nos desenvolvimentos do trabalho, nos progressos da industria, na controversia do jornalismo, no estado dos costumes, na evolução economica e na evolução litteraria, nos factos do commercio, nos factos da arte, nos factos da esthetica e da critica, nos factos da philosophia e nos factos da propria religião. ¹⁴⁹

Ora o sr. Fontes Pereira de Mello é um espirito completamente enclausurado no parlamentarismo.

Em taes condições, onde é que o sr. Fontes, *opportunistista*, vae buscar os seus coefficients de correcção para o voto do parlamento, considerado como o interprete da opinião?

Não. Evidentemente, quando o sr. Fontes nos diz que é na politica um opportunistista, s. ex.^a revela apenas uma aspiração, generosa e louvavel, mas absolutamente esteril, a entrar n'um portico hermeticamente fechado ao accesso do seu espirito politico e da sua natureza individual.

O sr. Saraiva de Carvalho, negando ao sr. Fontes o direito de se proclamar opportunistista, foi, a meu vêr, perfeitamente justo. Quando porém o sr. Saraiva affirma por contraposição que o verdadeiro opportunistista é elle, sr. ministro das obras publicas, e o governo de que elle faz parte, parece-me que s. ex.^a principia tambem a abusar um pouco do direito, que se deveria talvez garantir mas que s. ex.^a contesta, de tomar cada um a designação philosophica que mais lhe appetença.

Um governo que, perante um facto tão profundamente caracteristico do estado das idéas e da orientação do espirito publico como foi o centenario de Camões, procede em hostilidade com essa manifes-

tação unanime da intelligencia nacional, como procedeu o governo de que é parte componente o sr. Saraiva de Carvalho, não tem nome em philosophia nenhuma.

No debate tomaram ainda parte tres ecclesiasticos: o sr. padre Pires de Lima, o sr. bispo de Vizeu e o sr. bispo de Bragança.

O sr. Pires de Lima é um sujeito alto, muito magro, macilento, estrabico. É o typo do mystico na sua expressão mais accentuada e mais completa. Dil-o-hiamos arrancado a um retabulo da Edade Média, se elle não tivesse tido a precaução de informar-nos de que não vinha da arte gothica, como poderiamos suppôr.

«Eu venho do povo!» disse s. ex.^a

S. ex.^a accrescentou mais, que era filho do mesmo povo, de onde vinha, e que era democrata, além de ser vigario capitular na diocese de Aveiro. Falou com um santo e legitimo rancor seraphico d'aquelles que não eram da opinião politica d'elle. Circumgiroo pela sala o seu estrabismo de vidente contrariado, demorou-o por algum tempo na contemplação affectuosa do ministerio que o nomeara par do reino, e, em seguida, tomando as duas abas da sua longa e austera sobrecasaca, com o mesmo gesto com que empolgaria as azas com que se librara por um momento na oratoria profana, baixou lentamente

te o coccyx, e sentou-se com a dôce serenidade dos justos.

O sr. bispo de Bragança traja a batina sacerdotal, e usa um barrete de seda de forma alta, com o aspecto de uma pequena mitra sem cerimonia, — de andar por casa. Fala com os braços erguidos para os céos, juntando os dedos indicadores e os pollegares, e abrindo o resto das mãos mimosamente, em aza de pombo, como se estivesse extrahindo da atmospherá pequeninas pitadas de bem-aventurança.

Este principe da egreja extranhou com viva magua que no discurso da corôa se não houvesse falado na China. Citou o Evangelho, citou quatro versos dos *Lusiadas*, chamou para a China a attenção do governo, e chamou para o governo a attenção da Divina Providencia. Depois do que, se lhe viu abrir os dedos com que beliscava o ambiente: S. ex.^a havia concluido.

O sr. bispo de Vizeu proferiu uma oração notavel, cuja synthese formulou na seguinte phrase textual: *Sr. presidente, n'esta camara anda uma coisa no ar!* E piscando o ôlho, galhofeiro e sagaz, mais não disse s. ex.^a

O sr. Carlos Bento não é inteiramente o que se chama um politico. Falta-lhe a dose de fé exigida, o *carolismo* indispensavel para tomar a serio qualquer dos nossos partidos. É um diletante.

Por taes razões nunca foi senão um estadista supplementar, uma ou outra vez aggregado a algum ministerio, na qualidade de parceiro de *whist*, que o presidente de ministros, chamado das salas do Gremio para os conselhos da corôa, se julgou na obrigação moral de não deixar ficar sem partida.

Apesar d'isso, ou antes precisamente por isso mesmo, o discurso do sr. Carlos Bento na camara dos pares foi o melhor d'aquelles com que se encerrou a discussão da resposta ao discurso da corôa.

A necessidade imperiosa para os governos portuguezes de equilibrar a receita com a despesa, pon-do ponto final nos supprimentos eventuaes e nos successivos recursos ao credito, foi posta por este orador á luz, que um verdadeiro estadista nacional se envergonharia de deixar penetrar no segredo da nossa miseria. O cotejo das nossas finanças com as finanças estrangeiras foi desenrolado pelo sr. Carlos Bento n'um largo extenal de factos profundamente instructivos.

Em França, no meio dos maiores erros e das maiores dissipações do segundo imperio, um ministro proclamava nas seguintes palavras a inviolabilidade do equilibrio orçamental: — *A organização da fazenda dar-nos-ha tudo mais, e tudo mais não nos dará nunca a organização da fazenda.* Depois da guerra de 1870-1871, perante encargos extraordi-
150

narios de cêrca de 600 milhões de libras, a França continua a manter, atravéz de todos os sacrificios, o equilibrio da receita e da despesa do Estado.

Nos Estados-Unidos, depois da guerra do Sul com o Norte, durante o longo periodo de tres annos, o orçamento da republica apresenta um saldo em vez de um *deficit*. No anno passado, as sobras da receita n'aquelle paiz montaram a 13 milhões de libras, e as sobras do anno corrente estão orçadas em 18 milhões.

Na Italia, depois da guerra de 1866, depois das perturbações politicas e economicas da unificação, o orçamento equilibra-se atravéz de todos os obstaculos, e ha cinco annos que n'este paiz ha um excesso de receita sobre a despesa publica.

O Brazil, que tinha gasto mais de 50 milhões de libras n'uma guerra que durou cinco annos, e 30:000 contos com a fome do Ceará, entendeu dever estabelecer o equilibrio entre a receita e a despesa do Estado; e estabeleceu-o realmente.

Em Hispanha, a amortisação da divida publica tem feito taes progressos nos ultimos quatro annos, que não é difficil prever a proxima extincção do *deficit* n'aquelle paiz.

Passando dos grandes Estados á analyse da questão economica nos pequenos paizes em condições mais analogas ás nossas, o sr. Carlos Bento mos-

tra-nos que a divida da Belgica é inferior em metade á nossa.

Na Hollanda, a divida publica é hoje de 80 milhões de libras, sendo de notar que em 1852 a Hollanda devia 100 milhões. Nós, que em 1852 deviamos apenas 20 milhões, devemos hoje 20 milhões mais do que deve a Hollanda. E todavia, durante esse periodo, a Hollanda teve que manter a guerra de Sumatra, emprehendendo e realisando conjuntamente os mais importantes melhoramentos publicos.

A Suecia, apesar de haver construido não menos de 6:000 kilometros de caminhos de ferro, deve apenas 12 milhões de libras.

A Dinamarca, apesar de gastar annualmente 1:300 contos no orçamento da sua marinha e de ter oito navios couraçados, emquanto nós não temos senão um, e apesar ainda dos encargos de uma guerra desastrosa, devendo 15 milhões de libras em 1866, deve hoje apenas 9 milhões.

Ácerca das finanças no Egypto, com o qual o *Times* nos comparava ha tempos, dando assim da nossa situação economica uma idéa que não pareceu aos patriotas portuguezes excessivamente lisonjeira, lamentou o sr. Carlos Bento que tivéssemos deixado de fazer ao Egypto nas difficuldades economicas a companhia que a folha ingleza nos attribue. Ha dois annos que o Egypto equilibrou o seu orçamento.

Sobre o modo de gastar fez-nos igualmente o sr. Carlos Bento algumas revelações interessantes.

Sabe-se que em Portugal não ha melhoramento de serviço em que a reforma não principie por augmentar a despesa. Reforma-se o serviço de correio, reforma-se o serviço da alfandega; o trabalho pode ficar um pouco menos ou um pouco mais desorganizado do que estava antes, mas em todo o caso, invariavelmente, indispensavelmente, desde que ha reforma, ha augmento de pessoal. Sobre este ponto citou o sr. Carlos Bento o exemplo da Inglaterra, onde, sem diminuir o rendimento aduaneiro, o pessoal das alfandegas foi reduzido de 7:000 a 5:000 empregados. Em França, durante os ultimos dez annos de regimen republicano, deixam de pesar sobre o Estado não menos de 7:000 guardas da alfandega. Na Inglaterra, o fisco custa á nação 4 por cento. Nos Estados-Unidos custa 3. Em Portugal custa 10.

Do discurso do sr. Carlos Bento, abundantissimo de factos, admiravelmente sobrio de palavras inuteis, resulta victoriosamente esta conclusão: que a questão da fazenda, para a qual se chama em cada anno a attenção do parlamento, dizendo-se que ella vae ser finalmente estudada e resolvida de vez, está, depois de vinte annos de tentativas successivas, absolutamente por decidir e absolutamente por estudar.

Como têm visto, a revista das idéas politicas não apresenta um espectáculo inteiramente fascinador.

D'aqui resulta para o paiz uma lição eminentemente saudavel, e vem a ser: que o paiz fará bem em não continuar a attribuir aos seus estadistas a obrigação de pensar por elle.

Toda a diminuição do poder politico, quer ella provenha das attenuações externas, quer provenha da decadencia propria, é sempre um lucro para uma sociedade em progresso.

Tão sómente, em taes condições, a responsabilidade social augmenta na mesma proporção em que decae o principio governativo, e é preciso que o sentimento de solidariedade, a iniciativa e a dedicação individual, a associação, a federação, o collectivismo, tomem o papel activo que compete a essas forças nos regimens de anarchia. ⁴⁵²

Fevereiro 1881.

XXXIII

Na camara dos srs. deputados pronunciou o sr. Santos Silva um discurso, que é qualificado de eminentemente patriótico pelos periodicos que o trasladaram do *Diario das Camaras*.

«Sr. presidente, eu sou um d'aquelles portuguezes que têm por habito e convicção não amesquinhar as cousas do seu paiz. (Vozes: Muito bem!)

«Entendo e creio — prosegue o orador — «que proporcionalmente» somos tão grandes como os maiores paizes.»

Em seguida opina o sr. Santos Silva que quem não estiver satisfeito com o seu paiz «que saia para fora, mas que não ridiculise a terra que lhe deu o ser» — a qual opinião foi coberta com muitos apoios da camara.

Nós não entendemos que a camara fizesse bem, antes que mostrou ignorancia do seu dever em apoiar

semelhante alvitre. Não foi decerto para que do parlamento os mandassem para o estrangeiro — sem todavia lhes subsidiarem a viagem — que os eleitores, mal contentes com a patria, votaram em ss. ex.^{as} para que lhe advogassem os interesses e lhes fomentassem a prosperidade.

Se ridiculisar a terra que nos deu o ser, é, como crêmos, critical-a pelo riso, o riso é muito melhor instrumento de critica do que a paixão de partido, o proposito de corrilho, a declamação de campanario, o velho lyrismo constitucional, as estafadas expectorações de uma rethorica banal, a animadversão de pessoas, a guerra de sujeitos ou a guerra de palavras, a provocação, a assuada, a insolencia, o doesto e a injuria, — isto é: as armas mais usualmente brandidas nas pugnas do parlamento lusitano.

Benemeritos da patria — ousamos dizel-o ao sr. Santos Silva, ao sr. presidente e á camara — não são os ôcos paroleiros que recalcam circularmente com gravidade tão enfatuada como inútil a peguinhada oratoria da atafona parlamentar. Chia a nora, rangem as engrenagens, sobem e descem os alcatruzes; bem vemos isso! o que não vemos é rebentar a agua da bica e escachoar a rega no alfobre.

Chiaes em sêcco.

Vejamos porém sobre quaes razões assenta o sr.

Santos Silva o seu amor á patria e o seu odio aos que riem. Diz s. ex.^a que viajou em França, em Hispanha e na Belgica, e que tendo-se extasiado n'esses paizes deante das maravilhas da arte, dos fructos do trabalho e dos prodigios do genio, nada viu no emtanto que, *como belleza natural*, se comparasse ás varzeas do nosso Minho, ás eminencias do nosso Mondego e á nossa Cova da Beira.

Ao estrangeiro que chamava a attenção do sr. Santos Silva para algum factio capital na Europa nunca o illustre deputado portuguez deixou de contrapor alguma das *bellezas naturaes* do seu abençoado torrão.

No Louvre por exemplo :

O cicerone apontando orgulhosamente uma tela :

— Esta é a celebre Mona Lissa...

O sr. Santos Silva, com um sorriso de desdem :

— Já viu Bajouca ?

O cicerone, cuidando que se trata de uma estatua : — De quem ?

O sr. Santos Silva, com enthusiasmo : — De Riba!

O cicerone : — Bajouca de Riba... nunca vi.

O sr. Santos Silva, com cruel sarcasmo : — Por isso !

E assim, em vista d'estas simples e exclusivas considerações, o digno deputado entranha-se de amor pela sua patria, e manda com semcerimonia notavel

e geral applauso dos seus collegas passear todos aquelles que requerem para o paiz a civilisação e o progresso!

Quando nós vos pedimos instrucção, justiça, moralidade, estimulos de intelligencia, de aperfeiçoamento e de elevação, vós, legisladores e sabios, daes suspiros bucolicos, tomaes attitudes de pastorinhas de leque, e extendeis o dedinho para o lyrio que viceja e para a bonina que floresce no valle!

Sabeis que mais, ó representantes da nação? se sois sinceros e convictos apoiando e applaudindo o sr. Santos Silva, deixae os estyletes de aço com que deverieis entalhar os vossos nomes nas tabuas da lei que vos deram a guardar: não tendes pulso para isso. Fazei odes, tossi lyrismo, cuspinhae rhetorica! Ponde lacinhos de fita nos cajados pastoris da vossa Arcadia, velho ninho de ratos, de caruncho e de persevejos! Libae leites de burra! levantae a espinhela! coroaе-vos de flôres de papel e de caspa! dae uma frauta ao sr. Santos Silva, e ide bailar a vossa tísica divertida para onde não tolhaes o juizo, a alegria e a saude de quem vae á sua vida!

17/20

INDEX DO TOMO IV

I Historia de uma vestimenta real. Parabola de introdução	5
II Um partido e suas divisões.	26
III Sua Reverencia o presidente da camara.....	28
IV A situação	35
V A eloquencia parlamentar e o seu codigo	42
VI Queda de ministerio	54
VII Reabertura de camaras	61
VIII O systema que felizmente nos rege.....	81
IX Um deputado.....	99
X As opiniões sobre a forma de governo.....	104
XI O amor ás instituições	132
XII Uma lei.....	137
XIII Um ministerio.....	144
XIV Discurso da corôa	151
XV Fornada de pares	156
XVI O provimento dos empregos publicos	157
XVII Solemne sessão inaugural.....	162
XVIII Os deputados vão ao baile.....	174
XIX As sessões de uma semana	179
XX Os tres partidos e o povo.....	181
XXI A antiga arvore da liberdade.....	185
XXII Preparo de um ministro dos estrangeiros	187

XXIII	A sessão cordata	190
XXIV	Controversia metaphysica sobre o amor da patria.	201
XXV	Um discurso	212
XXVI	Restabelecimento da tribuna.....	218
XXVII	Idéas dos dignos pares sobre a gymnastica... ..	222
XXVIII	Dictas sobre a instrucção primaria	232
XXIX	A questão africana	250
XXX	A carta	271
XXXI	O juramento politico.....	284
XXXII	Os nossos primeiros estadistas.....	289
XXXIII	O abençoado torrão.....	306

